



BANCO BMG S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME 61.186.680/0001-74
NIRE 3530046248-3

**MANUAL PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A
SER REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2023, ÀS 10 HORAS**

São Paulo, 29 de março de 2023.

Índice

| | | |
|-----------|--|------------|
| 1. | Mensagem ao Acionista..... | 2 |
| 2. | Informações sobre a Assembleia Geral Ordinária | 3 |
| 2.1 | Data, Horário e Local | 3 |
| 2.2 | Quórum de Instalação | 3 |
| 2.3 | Quórum de Deliberação | 3 |
| 2.4 | Orientações para Participação..... | 3 |
| 2.5 | Orientações para Participação Pessoal..... | 4 |
| 2.6 | Orientações para Participação por Procuração | 5 |
| 2.7 | Boletim de Voto a Distância..... | 6 |
| 2.8 | Conflito de Interesses | 7 |
| 3. | Edital de Convocação | 8 |
| 4. | Propostas da Administração..... | 11 |
| 4.1 | Itens da Ordem do Dia | 11 |
| | Anexo I - Comentários da Administração (Item 2 do Formulário de Referência).. | 14 |
| | Anexo II - Proposta da Administração para Destinação do Lucro Líquido (Anexo A da Resolução CVM nº 81) | 90 |
| | Anexo III – Informações sobre Indicados ao Conselho Fiscal (Itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência)..... | 96 |
| | Anexo IV - Proposta de Remuneração dos Administradores (item 8 do Formulário de Referência) | 102 |



1. Mensagem ao Acionista

Prezados Acionistas,

O Banco Bmg S.A. (“Companhia” ou “Banco”) convida seus Acionistas a participarem da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 28 de abril de 2023, às 10 horas, na sede social da Companhia localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830, 9º andar, sala 94, bloco 04, 10º andar, sala 101, parte, bloco 01, sala 102, parte, bloco 02, sala 103, bloco 03 e sala 104, bloco 04 e 14º andar, sala 141, bloco 01, Condomínio Edifício São Luiz, CEP 04543-000, Bairro Vila Nova Conceição, Município de São Paulo, Estado de São Paulo (“Assembleia”).

Em linha com as boas práticas de governança corporativa, baseadas nos princípios de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, este Manual apresenta informações sobre as deliberações a serem tomadas na Assembleia. Os assuntos a serem deliberados na Assembleia estão listados na ordem do dia do Edital de Convocação reproduzido no item 3 deste Manual. Ainda, o item 2 deste Manual apresenta orientações adicionais para facilitar a participação na Assembleia. Por fim, o item 4 apresenta e detalha a proposta da Administração para cada um dos itens da ordem do dia.

Esperamos que este Manual lhes seja útil para o esclarecimento de suas eventuais dúvidas a respeito da Assembleia, bem como possibilite uma tomada de decisão informada.

A participação de V.Sas. na Assembleia e o seu voto são de fundamental importância para a Companhia. Contamos com a sua presença.

Cordialmente,

FLÁVIO PENTAGNA GUIMARÃES NETO

Diretor Executivo Vice-Presidente e de Relações com Investidores

2. Informações sobre a Assembleia Geral Ordinária

2.1 Data, Horário e Local

Data: 28 de abril de 2023.

Horário: 10 horas.

Local: sede da Companhia localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830, 9º andar, sala 94, bloco 04, 10º andar, sala 101, parte, bloco 01, sala 102, parte, bloco 02, sala 103, bloco 03 e sala 104, bloco 04 e 14º andar, sala 141, bloco 01, Condomínio Edifício São Luiz, CEP 04543-000, Bairro Vila Nova Conceição, Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

2.2 Quórum de Instalação

Nos termos do artigo 125 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei 6.404/76”), a Assembleia instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital votante e, em segunda convocação, com qualquer número.

2.3 Quórum de Deliberação

Nos termos do artigo 129 da Lei 6.404/76, as deliberações serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco. Os titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia terão direito de voto em todas as matérias da ordem do dia. Os Acionistas titulares de ações preferenciais de emissão da Companhia terão direito de voto em caso de eleição em separado, pelos Acionistas preferencialistas, de membro do Conselho Fiscal, nos termos do artigo 161, §4º, ‘a’ da Lei 6.404/76.

2.4 Orientações para Participação

Os Acionistas poderão comparecer à sede da Companhia na data da Assembleia e proferir seus votos ou, caso não possam fazer-se presentes, lhes é facultado nomear um procurador, observando-se as regras de legitimação e representação a seguir descritas, nos termos da Lei 6.404/76 e da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM nº 81”).

A Companhia iniciará o cadastramento de Acionistas para tomar parte na Assembleia logo após a publicação do Edital de Convocação, conforme orientações que constam deste Manual.

2.5 Orientações para Participação Pessoal

O Acionista que desejar participar pessoalmente da Assembleia deverá, no dia da Assembleia, comparecer na sede da Companhia, com razoável antecedência do horário indicado no Edital de Convocação, portando os seguintes documentos:

- (i) original ou cópia autenticada do documento de identificação com foto do Acionista ou do seu representante legal, conforme aplicável (exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte, carteira de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da administração pública que contenham foto de seu titular);
- (ii) comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia; e
- (iii) *se Acionista pessoa jurídica*: original ou cópia autenticada do estatuto social ou contrato social consolidado e mais recente, acompanhado de documentos societários que possam evidenciar a representação legal do Acionista; ou
- (iv) *se Acionista constituído sob a forma de fundo de investimento*: original ou cópia autenticada dos seguintes documentos: (a) regulamento consolidado e mais recente; e (b) estatuto social ou ato constitutivo consolidado e mais recente do administrador ou gestor, conforme o caso, de acordo com a política de voto do fundo e documentos societários que possam evidenciar poderes de representação.

A Companhia solicita que documentos produzidos no exterior sejam consularizados ou apostilados, conforme aplicável, e acompanhados da respectiva tradução juramentada.

Para uma melhor organização da Assembleia, a Companhia solicita que os Acionistas que optarem por participar pessoalmente da Assembleia efetuem seu cadastramento até o dia 21 de abril de 2023 (inclusive), mediante o envio dos documentos acima indicados aos cuidados da área de Relações com Investidores da Companhia, através do e-mail ri@bancobmg.com.br. Em caso de dúvidas a respeito do cadastramento prévio, favor

contatar a área de Relações com Investidores da Companhia através do e-mail ri@bancobmg.com.br.

Lembramos que a solicitação de cadastramento prévio tem por objetivo facilitar os trabalhos de preparação da Assembleia, de maneira que a ausência de cadastramento prévio não representará qualquer óbice à participação do Acionista.

2.6 Orientações para Participação por Procuração

O Acionista que não puder comparecer à Assembleia poderá ser representado por procurador, constituído há menos de 1 (um) ano e na forma prevista no parágrafo 1º do artigo 126 da Lei 6.404/76. As procurações somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser Acionista ou administrador da Companhia; (ii) ser advogado; ou (iii) ser instituição financeira. Contudo, para os Acionistas que sejam pessoas jurídicas, conforme entendimento proferido pelo Colegiado da CVM, em reunião realizada em 04 de novembro de 2014 (Processo CVM RJ2014/3578), não há a necessidade de o procurador ser Acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira.

O procurador deverá, no dia da Assembleia, comparecer na sede da Companhia com razoável antecedência do horário indicado no Edital de Convocação, portando os seguintes documentos:

- (i) procuração com firma reconhecida em cartório ou assinada digitalmente com certificação nos padrões disponibilizados pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil;
- (ii) original ou cópia autenticada do documento de identificação com foto do procurador (exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte, carteira de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da administração pública que contenham foto de seu titular);
- (iii) comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia; e
- (iv) *se Acionista pessoa jurídica*: original ou cópia autenticada do estatuto social ou contrato social consolidado e mais recente, acompanhado de documentos societários que possam evidenciar a representação legal do Acionista; ou

- (v) *se Acionista constituído sob a forma de fundo de investimento*: original ou cópia autenticada dos seguintes documentos: (a) regulamento consolidado e mais recente; e (b) estatuto social ou ato constitutivo consolidado e mais recente do administrador ou gestor, conforme o caso, de acordo com a política de voto do fundo e documentos societários que possam evidenciar poderes de representação.

A Companhia solicita que documentos produzidos no exterior sejam consularizados ou apostilados, conforme aplicável, e acompanhados da respectiva tradução juramentada.

Para uma melhor organização da Assembleia, a Companhia solicita que os Acionistas que optarem por ser representados por procurador efetuem seu cadastramento até o dia 21 de abril de 2023 (inclusive), mediante o envio dos documentos acima indicados aos cuidados da área de Relações com Investidores da Companhia, através do e-mail ri@bancobmg.com.br. Em caso de dúvidas a respeito deste cadastramento prévio, favor contatar a área de Relações com Investidores da Companhia através do e-mail ri@bancobmg.com.br.

Lembramos que a solicitação de entrega prévia da procuração, pelos Acionistas que pretendem fazer-se representar por procurador legalmente constituído, tem por objetivo facilitar os trabalhos de preparação da Assembleia, de maneira que a ausência de cadastramento prévio não representará qualquer óbice à sua participação.

2.7 Boletim de Voto a Distância

Os Acionistas poderão votar na Assembleia mediante o envio, a partir desta data, do boletim de voto a distância, conforme disponibilizado nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da Companhia (www.bancobmg.com.br/ri): (i) por transmissão de instruções de preenchimento do boletim de voto para seus custodiantes, caso as ações estejam depositadas em depositário central; (ii) por transmissão de instruções de preenchimento do boletim de voto para a instituição financeira contratada pela Companhia para a prestação dos serviços de escrituração de valores mobiliários, caso as ações não estejam depositadas em depositário central; ou (iii) diretamente para a Companhia, por correio postal ou eletrônico. As instruções de voto deverão ser recebidas pelo custodiante, pelo escriturador ou pela Companhia em até 7 (sete) dias antes da data da Assembleia, ou seja, até 21 de abril de 2023 (inclusive).

2.8 Conflito de Interesses

Durante a realização da Assembleia, assim como ocorre nas reuniões dos órgãos de administração e fiscalização da Companhia, os Acionistas presentes deverão manifestar-se em razão da existência de eventual situação de conflito de interesses em quaisquer matérias em discussão ou deliberação, nas quais sua independência venha a ser comprometida. Também deverá manifestar-se qualquer Acionista presente que tenha conhecimento de situação conflituosa em relação a outro Acionista e a matéria objeto da deliberação.

Quando manifestado o conflito de interesses, o Acionista conflitado deverá abster-se na deliberação em relação àquele assunto. Caso o Acionista conflitado se recuse de abster-se das deliberações, poderá ocorrer a anulação das deliberações tomadas em decorrência de votos conflitados proferidos, ainda que posteriormente ao conclave, observado o disposto no artigo 115, §4º da Lei 6.404/76.



3. Edital de Convocação

BANCO BMG S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME 61.186.680/0001-74
NIRE 3530046248-3

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores Acionistas do Banco Bmg S.A. (“Companhia”) para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária (“Assembleia”), a realizar-se no dia 28 de abril de 2023, às 10 horas, na sede da Companhia, localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, 9º andar, sala 94, bloco 04, 10º andar, sala 101, parte, bloco 01, sala 102, parte, bloco 02, sala 103, bloco 03 e sala 104, bloco 04 e 14º andar, sala 141, bloco 01, Condomínio Edifício São Luiz, CEP 04543-000, Bairro Vila Nova Conceição, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, do Comitê de Auditoria e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022;
- (ii) examinar, discutir e votar a destinação do lucro líquido apurado com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e ratificar a declaração de juros sobre o capital próprio aos Acionistas da Companhia;
- (iii) eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia para um mandato unificado até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2024; e
- (iv) fixar a remuneração anual e global dos administradores da Companhia, bem como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal.

Informações Gerais:

1. O Manual para Participação na Assembleia (“Manual”), contendo a proposta da Administração e orientações detalhadas para participação na Assembleia, bem como todos os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas na Assembleia, encontram-se à disposição dos Acionistas, a partir desta data, na sede social da Companhia, no seu website de relações com investidores (www.bancobmg.com.br/ri), bem como nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

2. A participação do Acionista poderá ser pessoal ou por procurador devidamente constituído, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam do Manual. Sem prejuízo das informações detalhadas no Manual, a Companhia destaca as seguintes informações acerca das formas de participação na Assembleia:

- **Participação Pessoal:** o Acionista deverá comparecer à Assembleia munido de documentos que comprovem **(i)** a titularidade das ações pelo Acionista, e **(ii)** no caso de **(a)** pessoa física, a sua identidade e **(b)** no caso de pessoa jurídica e/ou fundos, a sua devida representação, apresentando os documentos societários que investem o seu representante de poderes bastantes, bem como o documento de identidade do representante, sendo certo que, para fins de apresentação dos documentos neste item, deverão ser observadas pelo Acionista todas as formalidades indicadas no Manual.
- **Participação por Procurador:** as procurações devem conter firma reconhecida ou serem assinadas digitalmente com certificação nos padrões disponibilizados pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP-Brasil, observado o disposto no artigo 126 da Lei nº 6.404/76 e no Manual. O representante legal do Acionista deverá comparecer à Assembleia munido da procuração e demais documentos indicados no Manual, além de documento que comprove a sua identidade.

3. Para uma melhor organização da Assembleia, a Companhia solicita que, se possível, os documentos indicados no item 2 acima sejam entregues à Companhia até 21 de abril de 2023 (inclusive), nos termos descritos no Manual.

4. Alternativamente, os Acionistas poderão votar na Assembleia mediante o envio, a partir desta data, do boletim de voto a distância, conforme disponibilizado nos



websites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da Companhia (www.bancobmg.com.br/ri): (i) por transmissão de instruções de preenchimento do boletim de voto para seus custodiantes, caso as ações estejam depositadas em depositário central; (ii) por transmissão de instruções de preenchimento do boletim de voto para a instituição financeira contratada pela Companhia para a prestação dos serviços de escrituração de valores mobiliários, caso as ações não estejam depositadas em depositário central; ou (iii) diretamente para a Companhia, por correio postal ou eletrônico. As instruções de voto deverão ser recebidas pelo custodiante, pelo escriturador ou pela Companhia em até 7 (sete) dias antes da data da Assembleia, ou seja, até 21 de abril de 2023 (inclusive).

São Paulo, 29 de março de 2023.

RICARDO ANNES GUIMARÃES

Presidente do Conselho de Administração da Companhia

4. Propostas da Administração

Senhores Acionistas,

Diante da convocação, nesta data, da Assembleia, a administração da Companhia submete aos seus Acionistas a presente Proposta da Administração (“Proposta”) com todas as informações necessárias para avaliação das matérias constantes na ordem do dia da Assembleia, sendo certo que os documentos relevantes para a discussão de tais matérias encontram-se anexos ao fim desta Proposta.

4.1 Itens da Ordem do Dia

- (i) ***Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, do Comitê de Auditoria e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.***

Neste tópico, será realizado o exame, discussão e deliberação sobre o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras da Companhia, ambos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, devidamente acompanhados das respectivas Notas Explicativas, do Parecer dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal do Parecer do Comitê de Auditoria e de todos os demais documentos e necessários.

As Demonstrações Financeiras foram devidamente auditadas pela Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, que emitiu parecer aprovando as Demonstrações Financeiras sem ressalvas. Além disso, as Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 13 de fevereiro de 2023.

Ressalta-se ainda que o comentário dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 2 do Formulário de Referência, acompanha a presente Proposta como seu Anexo I.

A Administração da Companhia recomenda a apreciação e aprovação de todas as matérias constantes deste item (i).

- (ii) *Examinar, discutir e votar a destinação do lucro líquido apurado com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e ratificar a declaração de juros sobre o capital próprio aos Acionistas da Companhia.*

O Anexo II ao presente Manual contém a proposta para a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, nos termos da Resolução CVM nº 81.

A Administração da Companhia recomenda a ratificação das declarações de juros sobre o capital próprio aos Acionistas, a serem imputados ao dividendo mínimo obrigatório, no valor total bruto de R\$ 213.000.000,00 (duzentos e treze milhões de reais) com retenção de 15% (quinze por cento) de Imposto de Renda na Fonte, exceto para os Acionistas comprovadamente imunes ou isentos, resultando em juros sobre capital próprio líquidos de R\$ 0,310532970 por ação ordinária e preferencial de emissão da Companhia, aprovados nas Reuniões do Conselho de Administração da Companhia realizadas em 13 de outubro de 2022 e 15 de dezembro de 2022.

- (iii) *eleger os seus membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal para um mandato unificado até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2024.*

Nos termos do artigo 36 do Estatuto Social, a Companhia tem um Conselho Fiscal de funcionamento permanente, composto de, no mínimo, 3 (três) membros e, no máximo, 5 (cinco) membros, e igual número de suplentes.

Os Acionistas controladores da Companhia indicaram os seguintes candidatos para composição do referido órgão:

| EFETIVO | SUPLENTE |
|---------------------------------|-------------------------------|
| Roberto Faldini | Fernando Marques Cleto Duarte |
| Fernando Antônio Fraga Ferreira | Mirtes Kinuko Yamamoto |
| Daniel Souza Barros | Antonio Patrus de Sousa Neto |

Vale ressaltar que, nos termos do artigo 161, parágrafo 4º, da Lei 6.404/76, os titulares de ações preferenciais da Companhia terão direito de eleger, em votação em separado, 1 (um) membro e seu respectivo suplente. Igual direito possuem os Acionistas minoritários, desde que representem, em conjunto, 10% (dez por cento) ou mais das ações com direito a voto.

Ressalvado o direito de eleição em separado, conforme descrito acima, os demais Acionistas com direito a voto poderão eleger na Assembleia membros efetivos e suplentes que, em qualquer caso, serão em número igual aos dos eleitos em separado mais 1 (um).

Até o momento, a Companhia não recebeu indicação de outros candidatos para compor o Conselho Fiscal. Os Acionistas que pretendam indicar candidatos ao Conselho Fiscal deverão apresentar, na Assembleia, os comprovantes necessários de atendimento dos requisitos mínimos de elegibilidade aplicáveis ao cargo, previstos na Lei 6.404/76 e na Resolução CMN nº 4.970 de 25 de novembro de 2021.

Para melhor organização dos trabalhos da Assembleia e para permitir a prévia análise dos requisitos de elegibilidade dos candidatos, sugerimos a apresentação dos documentos à Companhia até o dia 21 de abril de 2023 (inclusive).

As informações sobre candidatos ao Conselho Fiscal indicados pelos Acionistas controladores, nos termos do artigo 11 da Resolução CVM nº 81, podem ser encontradas no Anexo III deste Manual.

(iii) Fixar a remuneração anual e global dos administradores da Companhia, bem como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal.

Na Assembleia, será discutida a remuneração global e anual dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2023.

Para remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria no exercício social de 2023, a Administração propõe o montante global de até R\$ 66.200.000,00 (sessenta e seis milhões e duzentos mil reais).

Já para remuneração dos membros do Conselho Fiscal no exercício social de 2023, a Administração propõe a remuneração global de R\$800.000,00 (oitocentos mil reais).

Em atendimento ao disposto no artigo 13 da Resolução CVM nº 81, todas as informações referentes à fixação da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria encontram-se detalhadas no Anexo IV ao presente Manual.

Anexo I - Comentários da Administração (Item 2 do Formulário de Referência)

2. Comentários dos Diretores

2.1 Os diretores devem comentar sobre:

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11 devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas do Banco relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 (“Demonstrações Financeiras Consolidadas”) e suas respectivas notas explicativas.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas e as Demonstrações Financeiras Consolidadas Intermediárias do Banco foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade – International Financial Reporting Standards (“IFRSs”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

Os termos “AH” e “AV” nas colunas de determinadas tabelas no item 2 do Formulário de Referência significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha nas demonstrações financeiras do Banco ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação à receita de juros e rendimentos similares para os períodos aplicáveis para os resultados das operações do Banco, ou em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração de seu balanço patrimonial.

Todas as informações apresentadas neste item 2.1 foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma, gerando com isso arredondamentos na última unidade e podendo, portanto, divergir imaterialmente nos cálculos.

a. Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Condições Macroeconômicas Brasileiras

Como as operações do Banco são no Brasil, seus resultados são significativamente afetados pelas condições macroeconômicas, políticas e sociais brasileiras, que têm sido voláteis nos últimos anos. Eventos externos, como acontecimentos em outras economias de mercado, também afetam, em menor escala ou indiretamente, a condição financeira e os resultados de operações do Banco.

A condição financeira e os resultados de operações do Banco são diretamente afetados pelas condições econômicas gerais predominantes no Brasil e são especialmente afetados por variáveis como PIB, inflação, taxas de juros, variações cambiais e políticas fiscais do governo. Além disso, o nível de atividade na economia brasileira afeta a demanda por produtos e serviços bancários.

Em 2022, o PIB brasileiro cresceu 2,9% e o real apreciou 6,5% em relação ao dólar norte-americano, atingindo R\$ 5,22 para cada US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2022. O COPOM manteve a tendência de aumento das taxas de juros iniciada em 2021, aumentando a SELIC cinco vezes ao longo de 2022, encerrando o ano em 13,75%. A taxa média de desemprego em 2022 foi de 9,3%, de acordo com o IBGE. No período de 12 meses encerrado em dezembro de 2022, a taxa de inflação, medida pelo IPCA e pelo IGP-M, foi de 5,8% e 5,5%, respectivamente.

A tabela abaixo apresenta o crescimento do PIB, a inflação, as taxas de juros e a taxa de câmbio do dólar norte-americano para os períodos indicados.

| | Exercício findo em 31 de dezembro de | |
|---|--------------------------------------|--------|
| | 2022 | 2021 |
| Crescimento do PIB ⁽¹⁾ | 2,9% | 4,6% |
| Inflação (IGP-M) ⁽²⁾ | 5,5% | 17,8% |
| Inflação (IPCA) ⁽³⁾ | 5,8% | 10,1% |
| CDI ⁽⁴⁾ | 12,4% | 4,4% |
| SELIC (fim de período) ⁽⁵⁾ | 13,75% | 9,25% |
| (Apreciação) Depreciação do real em relação ao dólar norte-americano (fim de período) | (6,5%) | 7,4% |
| Taxa de câmbio no fim do período (R\$ para US\$ 1,00) | 5,2177 | 5,5805 |
| Taxa de câmbio média (R\$ para US\$ 1,00) ⁽⁶⁾ | 5,14 | 5,41 |

Fontes: IBGE, Banco Central, FGV, B3 (segmento CETIP) e Reuters

- (1) Crescimento do PIB do ano em questão em relação ao ano anterior.
- (2) A Inflação (IGP-M) é o índice geral de preços do mercado avaliado pela Fundação Getúlio Vargas.
- (3) A Inflação (IPCA) é o índice de preços ao consumidor amplo avaliado pelo IBGE.
- (4) A taxa de CDI é a média das taxas fixas de depósitos interbancários referente a um dia útil, conforme registrada e consolidada pela B3 (segmento CETIP).
- (5) O COPOM periodicamente estabelece a taxa SELIC.
- (6) Representa a média das taxas de câmbio no último dia de cada mês durante o período relevante.

Desempenho Financeiro

| <i>(Em R\$ mil, exceto %)</i> | Exercício social encerrado em 31 de dezembro de | |
|---|--|-------------|
| | 2022 | 2021 |
| Lucro Líquido | 65.350 | 172.161 |
| Retorno sobre o patrimônio líquido médio - % ⁽¹⁾ | 1,6% | 4,3% |
| Retorno sobre o ativo médio - % ⁽¹⁾ | 0,2% | 0,6% |
| Margem financeira líquida - % ⁽¹⁾ | 10,0% | 11,2% |
| Índice de eficiência operacional - % ⁽¹⁾ | 67,1% | 72,9% |
| Ativo Total | 44.588.270 | 34.250.370 |
| Carteira de crédito total ⁽²⁾ | 23.888.978 | 15.999.893 |
| Patrimônio líquido | 4.130.867 | 3.823.900 |
| Captação ⁽³⁾ | 29.174.466 | 20.604.344 |

(1) Os itens acima estão definidos no item “2.5” deste Manual.

(2) Empréstimos e recebíveis ao custo amortizado

(3) A composição do saldo de captação está demonstrada no item “2.1 (d) - Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas”.

Em 31 de dezembro de 2022 e no exercício social findo em tal data

O lucro líquido do Banco alcançou R\$ 65.350 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, apresentando uma redução de 62,0% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. A redução no lucro líquido ocorreu principalmente em razão do aumento no custo de captação decorrente do aumento na curva de juros.

A margem financeira líquida atingiu 10,0% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, uma redução de 1,2 ponto percentual em relação a margem financeira líquida no exercício social de 2021, reflexo do custo de captação citado acima e do aumento dos ativos geradores de receita.

O índice de eficiência operacional atingiu 67,1% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, uma redução de 5,8 pontos percentuais quando comparado com o índice no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. O Banco manteve os investimentos em linha com a transformação de um banco de nicho para um banco completo, ao mesmo tempo que criou iniciativas internas de ganhos de eficiência e controle de custos.

O patrimônio líquido do Banco era R\$4.130.867 mil em 31 de dezembro de 2022 (R\$3.823.900 mil em 31 de dezembro de 2021). O retorno sobre o patrimônio líquido médio atingiu 1,6% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

O ativo totalizava R\$44.588.270 mil em 31 de dezembro de 2022 (R\$34.250.370 mil em 31 de dezembro de 2021), aumento decorrente, principalmente, do crescimento da carteira de crédito. O retorno sobre o ativo médio atingiu 0,2% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

O saldo da carteira de crédito total era de R\$23.888.978 mil em 31 de dezembro de 2022 (R\$15.999.893 mil em 31 de dezembro de 2021, representando um crescimento de 49,3%), tendo como destaque: a liberação do benefício LOAS, a definição da margem para o empréstimo consignado em 35%; e o lançamento do cartão consignado de benefício e antecipação do FGTS.

O saldo de captação era de R\$29.174.466 mil em 31 de dezembro de 2021 (R\$20.604.344 mil em 31 de dezembro de 2021). O aumento no saldo de captação deu-se principalmente pelo aumento de depósitos a prazo.

b. Estrutura de Capital

A administração do Banco acredita que a atual estrutura de capital apresentou, nas datas indicadas na tabela abaixo, um equilíbrio entre capital próprio e de terceiros, e condizente, em sua visão, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

| <i>(Em R\$ mil, exceto %)</i> | Em 31 de dezembro de | |
|--|-----------------------------|-------------|
| | 2022 | 2021 |
| Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante) (a) | 40.457.403 | 30.426.470 |
| Participação de acionistas não controladores (b) | 31.104 | 23.117 |
| Capital próprio (patrimônio líquido) (c) | 4.099.763 | 3.800.783 |
| Capital total (a + b + c) | 44.588.270 | 34.250.370 |
| Percentual de capital de terceiros | 90,7% | 88,8% |
| Percentual de capital próprio | 9,2% | 11,1% |

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A política de gestão de ativos e passivos do Banco é maximizar o lucro bruto de intermediação financeira e retorno sobre ativos e patrimônio, garantindo liquidez e capital adequados, bem como a gestão efetiva dos riscos de taxas de juros, liquidez e vencimento.

O Banco busca minimizar os riscos associados a descasamentos entre ativos e passivos, combinando, na medida do possível, seus termos de financiamento com a estrutura de vencimento, moeda e taxa de juros dos empréstimos e arrendamentos prorrogados pelo Banco.

A área de tesouraria do Banco é responsável pela diversificação de suas fontes de financiamento, pela administração da disponibilidade de caixa e pelo controle de vencimento, exposição cambial e desencontros de taxas de juros.

A área de tesouraria do Banco segue as diretrizes estabelecidas por seu fórum de ativos e passivos (“ALCO”), que define políticas de financiamento e toma decisões sobre a estrutura de seus ativos e passivos. O ALCO também estabelece medidas de risco “*overnight*” e “*intraday*” afetadas por limites para seus desencontros de vencimentos nas posições de taxa de juros e em moeda estrangeira, levando em consideração seus limites de exposição para cada produto e o segmento de mercado, bem como a volatilidade e as correlações de risco em diferentes mercados.

A Administração entende que o Banco apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros de curto e longo prazo. A Liquidez de Curto Prazo (LCR) do Banco em 31 de dezembro de 2022 era de 928%, quando comparada com a LCR de 31 de dezembro de 2021 de 1.529%. Em 31 de dezembro de 2022, o Banco possuía R\$ 29.174.466 mil de saldo de captações.

Para maiores informações sobre a capacidade de pagamento do Banco, vide item 2.1(d) abaixo.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não- circulantes utilizadas

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, as principais fontes de financiamento do Banco foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; (ii) depósitos a prazo; e (iii) letras financeiras.

Captação

A tabela a seguir apresenta um resumo dos tipos de financiamento (captações) obtidos pelo Banco até as datas indicadas:

| <i>(Em R\$ mil, exceto %)</i> | Em 31 de dezembro de | |
|------------------------------------|-----------------------------|-------------------|
| | 2022 | 2021 |
| Depósitos a prazo | 23.986.100 | 16.954.995 |
| Cessões de crédito e securitização | 2.836.177 | 1.536.250 |
| Letras financeiras e de crédito | | |
| Sênior & LFG | 1.664.092 | 1.937.649 |
| Subordinadas & Perpétuas | 670.025 | 129.486 |
| Repasses | 18.072 | 45.964 |
| Saldo de Captação Total | 29.174.466 | 20.604.344 |

Depósitos a prazo

O Banco busca diversificar seu financiamento, procurando linhas sustentáveis e de longo prazo. Neste sentido, nos últimos anos houve uma mudança no perfil de captação do Banco, visando reforçar a estratégia de redução dos custos de captação.

O Banco acredita que os depósitos a prazo com o mercado são uma fonte importante de financiamento. Os depósitos a prazo encerraram 31 de dezembro de 2022 com um saldo de R\$ 23.986.100 mil, representando 82,2% do total de captações do Banco na data. O saldo de CDBs vem aumentando ao longo dos anos como resultado de sua estratégia de focar em depósitos de longo prazo para varejo, que notoriamente apresenta tickets baixos, visando pulverizar sua base de passivo com um maior número de clientes. Os depósitos são compostos das seguintes linhas: (i) CDB: depósitos a prazo para varejo e investidores institucionais; e (ii) CDI: depósitos interbancários exclusivamente para instituições brasileiras.

Letras financeiras e de crédito

Em 31 de dezembro de 2022, o Banco tinha R\$ 2.334.117 mil de letras financeiras (LF) e letras de crédito (LCA e LCI) em circulação. Do total de letras financeiras em 31 de dezembro de 2022, R\$ 110.890 mil referem-se a Letras Financeiras Subordinadas Perpétuas e R\$ 559.135 mil referem-se a Letras Financeiras Subordinadas. Ainda, o Banco tem como estratégia de se estabelecer como emissor recorrente, aproximando dos investidores institucionais. Ao longo de 2022, o Banco realizou duas emissões públicas de Letras Financeiras, nos montantes de R\$ 300 milhões e R\$ 220 milhões e realizou duas

emissões privadas de Letras Financeiras Subordinadas, nos montantes de R\$ 251 milhões e R\$ 250 milhões.

Cessões de crédito e securitização

O Banco historicamente realizou cessões de crédito com e sem retenção de riscos e benefícios e securitizações de sua carteira de crédito em troca de pagamentos em dinheiro. Em 31 de dezembro de 2022, o Banco tinha um saldo de R\$ 2.836.177 mil em empréstimos cedidos com retenção de riscos e benefícios a outras instituições financeiras e a investidores institucionais. Ainda, seguindo a sua estratégia de se estabelecer como emissor recorrente, realizou duas emissões de debêntures via companhia securitizadora ao longo de 2022, nos montantes de R\$ 1 bilhão e R\$ 500 milhões.

Captações Externas

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, o Banco não tinha captações no mercado internacional em aberto no seu balanço.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Devido às fontes estáveis e diversificadas de captação de recursos do Banco, que incluem uma grande base de depósito de seus clientes conforme detalhado no item 2.1.d acima, o Banco historicamente não teve problemas de liquidez.

Como parte da gestão do risco de liquidez, o Banco possui um plano formal com medidas a serem tomadas em cenários de crise de liquidez sistêmica e/ou decorrentes de eventual risco de imagem do Banco. Esse plano de contingência de liquidez contém parâmetros de atenção, além de medidas e ações preventivas a serem acionadas em momentos de deficiência de liquidez, caso as reservas fiquem abaixo de determinados parâmetros.

Como fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas para cobertura de deficiências de liquidez, poderão ser utilizados os seguintes recursos: (i) redução da produção de ativos; (ii) reforço na captação de depósitos; (iii) liquidação de operações de derivativos que possam gerar caixa; e (iv) outras iniciativas de securitização em mercado de capitais reforçando o caixa.

Além disso, em algumas circunstâncias, o Banco poderá obter recursos de emergência do Banco Central do Brasil por meio de uma transação denominada “redesconto”. Redesconto é uma linha de crédito que o Banco Central do Brasil disponibiliza a uma instituição financeira como fonte de liquidez adicional. Os empréstimos de redesconto são garantidos por títulos públicos federais de propriedade da instituição financeira que toma esses recursos emprestados. O montante de títulos públicos federais mantidos por uma instituição financeira como disponíveis para venda limita o valor do empréstimo de redesconto que a instituição financeira pode tomar emprestado.

As operações de redesconto não são comuns no mercado brasileiro e são celebradas, na maioria dos casos, por instituições em dificuldades financeiras. O Banco nunca obteve recursos do Banco Central do Brasil com o uso de operações de redesconto.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em agosto de 2011, o FGC, dentro de seu propósito institucional, concedeu uma linha de crédito ao Banco para viabilizar a aquisição de 100% do capital social do Banco Schahin. O saldo remanescente de tal obrigação é de R\$ 575.387 mil, considerando a data-base de 31 de dezembro de 2022, e sua liquidação ocorrerá no prazo de 15 anos a contar da data de fechamento do Contrato de Compra e Venda.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há relações de longo prazo com outras instituições financeiras que sejam relevantes para o Banco e suas controladas.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Conforme indicado no item 2.1(d)(i) acima, o Banco emitiu Letras Financeiras Subordinadas e Subordinadas Perpétuas que, em 31 de dezembro de 2022, totalizavam R\$ 559.135 mil e R\$ 110.890 mil, respectivamente.

Em caso de liquidação judicial ou extrajudicial ou decretação de falência do Banco, a lei estabelece a ordem de preferência quanto ao pagamento dos diversos credores da massa.

Especificamente com relação às dívidas que compõem o endividamento do Banco, deve ser observada a seguinte ordem de pagamento: (i) dívidas com garantia real, até o limite do valor do bem gravado; (ii) dívidas quirografárias; (iii) dívidas subordinadas elegíveis a compor o Nível II do Patrimônio de Referência do Banco; e (iv) dívidas subordinadas elegíveis a compor o Nível I do Patrimônio de Referência do Banco. Vale dizer que, em relação às dívidas com garantia real, os credores preferem aos demais até o limite do ativo dado em garantia, sendo considerados credores quirografários em relação ao sobejo. Não há grau de subordinação entre os diversos credores quirografários, assim como não há grau de subordinação entre os credores da mesma classe de dívida subordinada, preferindo, entretanto, os credores de dívidas subordinadas elegíveis a compor o Nível II do Patrimônio de Referência do Banco aos credores de dívidas subordinadas elegíveis a compor o Nível I do Patrimônio de Referência do Banco.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

As instituições financeiras estão sujeitas aos limites operacionais estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil para funcionamento, conforme disposições da regulamentação em vigor, em especial a Lei nº 4.595/1964, que instituiu o Sistema Financeiro Nacional, a Resolução do CMN nº 4.019/2011, que dispõe sobre medidas prudenciais preventivas destinadas a assegurar a solidez, a estabilidade e o regular funcionamento do Sistema Financeiro Nacional, e a Resolução do CMN nº 4.958/2021, que dispõe sobre os requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e sobre o Adicional de Capital Principal (ACP).

Dentre os limites estabelecidos, destacam-se: (i) Patrimônio de Referência compatível com os riscos de sua atividade; (ii) de imobilizações, que limita a 50% do valor do Patrimônio de Referência o total dos recursos aplicados no ativo permanente; (iii) de exposição por cliente, que estabelece o limite máximo de 25% do valor do Patrimônio de Referência de exposição por cliente; e (iv) limites mínimos de capital realizado e patrimônio líquido para funcionamento.

Na data do Formulário de Referência, o Banco e suas controladas cumprem com todas as obrigações e limites estabelecidos pela regulamentação em vigor.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Na data do Formulário de Referência, o Banco não mantém linhas de crédito pré-aprovadas cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

A utilização dos financiamentos contratados pelo Banco em novas operações de crédito é limitada à manutenção de seu Índice de Basileia acima do mínimo regulatório de 10,5%, sendo que o índice do Banco em 31 de dezembro de 2022 era de 13,5%.

h. Alterações significativas em itens das demonstrações financeiras de resultado e de fluxo de caixa

As análises e discussões a seguir fornecem aos investidores informações derivadas das Demonstrações Financeiras Consolidadas e das Demonstrações Financeiras Consolidadas Intermediárias do Banco, de acordo com as normas do IFRS, emitidas pelo IASB, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

| <i>(Em R\$ mil, exceto %)</i> | Exercício social findo em | | | | |
|---|---------------------------|--------------|------------------|--------------|--------------|
| | 31 de dezembro de | | | | |
| | 2022 | AV | 2021 | AV | AH |
| Receita de juros e rendimentos similares | 6.317.400 | 100,0% | 4.671.884 | 100,0% | 35,2% |
| Despesa de juros e rendimentos similares | (3.699.905) | -58,6% | (1.881.423) | -40,3% | 96,7% |
| Receita líquida de juros | 2.617.495 | 41,4% | 2.790.461 | 59,7% | -6,2% |
| Receita de prestação de serviços | 181.494 | 2,9% | 95.848 | 2,1% | 89,4% |
| Resultado de participação em coligadas | 23.748 | 0,4% | 19.007 | 0,4% | 24,9% |
| Ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros | 525.398 | 8,3% | 37.314 | 0,8% | 1308,0% |
| Provisão ao valor recuperável de ativos financeiros | (1.554.191) | -24,6% | (1.096.102) | -23,5% | 41,8% |
| Recuperação de créditos baixados como prejuízo | 184.274 | 2,9% | 204.142 | 4,4% | -9,7% |
| Despesas gerais e administrativas | (1.592.925) | -25,2% | (1.420.618) | -30,4% | 12,1% |

| | | | | | |
|--|------------------|--------------|-----------------|--------------|---------------|
| Despesas tributárias | (112.346) | -1,8% | (162.000) | -3,5% | -30,7% |
| Outras receitas (despesas) operacionais | (561.513) | -8,9% | (592.335) | -12,7% | -5,2% |
| Outros resultados não operacionais | 37.512 | 0,6% | 65.097 | 1,4% | -42,4% |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | (251.054) | -4,0% | (59.186) | -1,3% | 324,2% |
| Imposto de renda e contribuição social corrente | (138.319) | -2,2% | (68.034) | -1,5% | 103,3% |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | 454.723 | 7,2% | 299.381 | 6,4% | 51,9% |
| Lucro líquido do exercício | 65.350 | 1,0% | 172.161 | 3,7% | -62,0% |
| Atribuível a: | | | | | |
| Controladora do banco | 60.342 | | 169.662 | | |
| Participação de não-controladores | 5.008 | | 2.499 | | |
| Lucro básico e diluído por ação | 0,1035 | | 0,2909 | | |
| Lucro líquido do exercício | 65.350 | | 172.161 | | |

O lucro do Banco atingiu R\$ 65.350, uma redução de 62,0% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, em comparação a R\$ 172.161 mil no mesmo período de 2021. A redução no lucro líquido deu-se principalmente pelo aumento no custo de captação decorrente do aumento na curva de juros.

Receita de juros e rendimentos similares

A receita de juros e rendimentos similares aumentou em 35,2% para R\$ 6.317.400 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, em comparação a R\$ 4.671.884 mil no mesmo período em 2021. A receita de juros e rendimentos similares inclui receita de operações de crédito, líquida das despesas de comissão e operações de títulos e valores mobiliários. Esse aumento na receita de juros do Banco foi atribuível, principalmente, pelo crescimento da carteira de crédito total, em razão do (i) crescimento do empréstimo consignado que foi impulsionado pela liberação do benefício LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) para elegibilidade aos produtos de consignação, ampliando o público dentro do INSS, e pela definição da margem consignável de 35% para o produto; (ii) pelo lançamento do cartão consignado de benefício para o INSS que ocorreu nos últimos dias de setembro; e (iii) pela antecipação do saque aniversário do FGTS.

Despesa de juros e encargos similares

A despesa de juros e encargos similares aumentou em 96,7% para R\$ 3.699.905 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, em comparação a R\$ 1.881.423 mil

no mesmo período em 2021. Esse crescimento ocorreu principalmente em razão do aumento da taxa básica de juros e do aumento no saldo médio de captações. Conforme descrito acima, devido a estrutura de *hedge* natural, o aumento das despesas de captação em decorrência do IPCA tem como contrapartida a linha de receita com operações de títulos e valores mobiliários.

Receita de prestação de serviços

A receita de prestação de serviços reduziu em 89,4% para R\$ 181.494 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, em comparação a R\$ 95.848 mil no mesmo período em 2021. O aumento é justificado por conta do crescimento da receita de intercâmbio advinda do uso para compras do cartão de crédito consignado e dos cartões abertos, e também do crescimento das receitas de tarifas e *fees* oriundos do segmento de atacado e da nossa parceria com varejistas.

Resultado de participação em coligadas

O resultado de participação em coligadas atingiu R\$ 23.748 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, em comparação a R\$ 19.007 mil no mesmo período de 2021. Tal aumento é decorrente, principalmente, (i) do crescimento do lucro líquido da Bmg Corretora no exercício de 2022 e reflete o resultado proporcional a participação do Banco na empresa. A Bmg Corretora atua na comercialização de seguros massificados nos canais de venda do Banco e é responsável pelo recebimento das comissões de corretagem; e (ii) pelo resultado da Araújo Fontes, cuja aquisição teve como objetivo trazer competência dedicada para ampliar a oferta de produtos e serviços para acelerar o crescimento dos negócios de atacado, bem como criar o segmento de gestão de recursos, com alta proposta de valor para atrair novos clientes para o banco digital, ampliando assim as fontes de captação.

Ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros

O ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros atingiu R\$ 525.398 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, em comparação a um ganho de R\$ 37.314 mil no mesmo período em 2021, devido a variação nos indexadores que é compensada nas despesas de juros. O Banco faz uso de instrumentos financeiros derivativos exclusivamente para *hedge* próprio e de clientes, visando a proteção de balanço.

Provisão ao valor recuperável de ativos financeiros e Recuperação de créditos baixados como prejuízo

A provisão ao valor recuperável de ativos financeiros líquida da recuperação de créditos baixados como prejuízo aumentou 53,6% para uma despesa de R\$ 1.369.917 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, em comparação a uma despesa de R\$ 891.960 mil no mesmo período em 2021, principalmente devido ao crescimento da carteira de crédito no período.

Despesas gerais e administrativas, tributárias e outras receitas (despesas) operacionais

As despesas gerais, administrativas, tributárias e outras receitas (despesas) operacionais aumentaram em 4,2% para R\$ 2.266.784 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, em comparação a R\$ 2.174.953 mil no mesmo período em 2021. Esse aumento nas despesas foi, principalmente, devido ao processo de modernização para transformação do Banco para um banco completo e evolução da estratégia FIGITAL. Nesse contexto, o Banco investiu no desenvolvimento de projetos internos atrelados aos negócios, em especial em digitalização, qualidade e novos produtos. Com isso, o Banco investiu na contratação de novos talentos, reforçou seus investimentos em marketing, contratou sistemas e trouxe consultoria e prestadores de serviços para auxiliar em temas específicos. O aumento das despesas também está associado ao forte aumento na originação de crédito no período.

Ainda, em relação as ações cíveis massificadas, o Banco segue atuando proativamente em duas frentes estratégicas: mitigar a entrada de novas ações e projetos específicos envolvendo matéria jurídica. Atuando na causa raiz, o Banco vem evoluindo por meio de um grupo multifuncional (extrajurídico) que trata de várias iniciativas de forma a melhorar a qualidade da originação. Dentro dessa estratégia, o Banco avançou na implementação de formalizações digitalizadas que representaram 99% da originação em 2022.

Outros resultados não operacionais

Os outros resultados não operacionais reduziram para uma receita de R\$ 37.512 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, em comparação a R\$ 65.097 mil no mesmo período em 2021. O resultado de 2022 foi impactado positivamente pelo

reconhecimento de uma receita de *earn-out* referente a performance da Bmg Corretora. O resultado de 2021 foi positivamente impactado pelo resultado da diluição da participação societária do Banco na Granito.

Imposto de renda e contribuição social

As despesas relacionadas a imposto de renda, CSLL, imposto de renda e CSLL diferidos e distribuição de lucros foram uma receita de R\$ 316.404 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, em comparação a uma receita de R\$ 231.347 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Essa variação deveu-se principalmente pelo benefício fiscal pelo pagamento de juros sobre capital próprio que afetou ambos os exercícios sociais, porém com impacto mais evidente no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 como reflexo de um *payout* maior.

FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDO

A tabela a seguir apresenta as principais variações na saída de caixa durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, conforme indicado abaixo:

| <i>(Em R\$ mil)</i> | Exercício findo em 31 de dezembro de | |
|--|--------------------------------------|----------------|
| | 2022 | 2021 |
| Caixa líquido gerados pelas (aplicado nas) Atividades Operacionais | 230.106 | 507.891 |
| Caixa líquido gerados pelas (aplicado nas) Atividades de Investimento | (220.453) | (145.490) |
| Caixa líquido gerados pelas (aplicado nas) Atividades de Financiamento | 211.232 | (106.890) |
| Aumento (redução) líquido no caixa | 220.885 | 255.511 |

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) nas atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou R\$ 230.106 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 comparado ao caixa gerado nas atividades operacionais de R\$ 507.891 mil no exercício social findo em 31 de dezembro

de 2021. Essa variação no caixa líquido gerado pelas atividades operacionais negativa de R\$ 277.785 mil, ou 54,7%, é justificada, principalmente, pela variação em TVMs pelo valor justo de outros resultados abrangentes e passivos financeiros ao custo amortizado, neutralizados pela variação em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$ 220.453 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a um fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento de R\$ 145.490 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Essa variação negativa de R\$ 74.963 mil, ou 51,5%, é justificada principalmente pela aquisição de participação acionária.

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 211.232 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 comparado a um caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento de R\$ 106.890 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Essa variação positiva de R\$ 318.122 mil é justificada principalmente pela emissão de instrumentos de dívida elegíveis a capital.

2.2 Os diretores devem comentar:

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As receitas financeiras do Banco são compostas pelas receitas de juros e rendimentos similares e receitas de prestação de serviços.

Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, as receitas de juros e rendimentos similares eram oriundas da carteira de crédito, principalmente das operações de consignado e de crédito pessoal, já líquidas das despesas de comissão e dos resultados com títulos e valores mobiliários (TVM). As receitas de operações de crédito estão diretamente vinculadas às taxas de juros cobradas sobre tais operações e na variação da demanda por crédito. As receitas de TVM estão diretamente vinculadas à remuneração de cada título, sendo principalmente atreladas à taxa de juros e inflação no Brasil.

As receitas de prestação de serviços referem-se principalmente a tarifas bancárias e *fees* cobradas dos clientes oriundos do segmento de atacado e das parceria com varejistas, *interchange fee* recebido da bandeira dos cartões de crédito consignados e cartões abertos devido a compras e comissão pela venda de produtos de parceiros nos canais do Banco.

Com base nas demonstrações financeiras em IFRS, a tabela abaixo apresenta os principais componentes da receita para os períodos/exercícios informados:

| (em milhares de R\$) | Exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 |
|--|---|
| Receita de juros e rendimentos similares | 6.317.400 |
| Receitas de prestação de serviços | 181.494 |
| Total das receitas | 6.498.894 |

ii. Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais.

Os resultados operacionais do Banco são substancialmente oriundos das operações de consignação e crédito pessoal, variáveis macroeconômicas, tais como inflação e flutuações nas taxas de juros impactam diretamente a sua demanda por crédito e a sua capacidade de captação, indicados no item 2.2 (c) abaixo.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

As receitas de juros e rendimentos similares foram beneficiadas principalmente pelo forte aumento da carteira de crédito no período (+49% em doze meses), impulsionado: pela liberação do benefício LOAS, definição da margem para o empréstimo consignado em 35%, lançamento do cartão consignado de benefício e antecipação do FGTS (produto lançado em agosto de 2021, mas com empuxo de crescimento no início de 2022). Ainda, as receitas de títulos e valores mobiliários tiveram um leve aumento de 2,2% em 2022, devido ao maior volume de títulos públicos e ao aumento na taxa de juros no Brasil.

As receitas de prestação de serviços aumentaram em especial por conta do aumento da receita de intercâmbio advinda do uso para compras dos cartões consignados e dos cartões abertos, e também das tarifas oriundas da nossa parceria com varejistas.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os resultados operacionais do Banco são oriundos principalmente da concessão de operações de crédito pessoal e de cartão de crédito consignado, sendo que as seguintes variáveis macroeconômicas podem impactar seus resultados:

- **Taxa de Juros:** um aumento nas taxas de juros eleva também o custo médio da captação pós-fixada do Banco, atrelada ao CDI – Certificado de Depósito Interbancário. Em um cenário de queda da taxa de juros ocorre o oposto: há uma queda no custo de captação, dado que reduz o custo de captação da parcela pós-fixada da carteira.
- **Inflação:** a inflação também é um elemento de efeito direto e indireto sobre a captação, com seu efeito na taxa de juros sendo o mais impactante no que se refere a captação. Diretamente, pois parte do saldo de captação do Banco é pós-fixado atrelado ao IPCA - Índice de Preços ao Consumidor. Indiretamente, pois o principal instrumento de política monetária à disposição do Banco Central do Brasil para mitigar pressões inflacionárias é a taxa de juros. Quando há um aumento generalizado de preços, aumentos na taxa de juros são realizados no intuito de conter a espiral de preços, pois elevam o custo do dinheiro ao longo do tempo. Por outro lado, quando a inflação está ancorada em níveis confortáveis o Banco Central do Brasil tem espaço para cortar a taxa de juros, reduzindo tal custo.

Importante destacar que esses impactos são mitigados através de operações de proteção de balanço (*hedge*) e na gestão da precificação no momento da originação dos ativos.

2.3 Os diretores devem comentar:

a. Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Em junho de 2022, o Banco reclassificou ativos financeiros da categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes” para “custo amortizado”. Conforme disposto no parágrafo 5.6.5 do IFRS 9. Como reflexo da

reclassificação, a perda acumulada anteriormente reconhecida em outros resultados abrangentes foi transferida do patrimônio líquido e ajustada contra o valor justo do ativo financeiro.

(i) Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado

O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda de crédito esperada. Os ativos mensurados ao custo amortizado são administrados para obtenção de fluxos de caixas constituídos apenas de pagamentos de principal e juros (SPPI Test). Os ativos são inicialmente reconhecidos a valor justo mais custos de transação e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando-se a taxa de juros efetiva. Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos.

(ii) Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes

Ativos administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros (SPPI Test), quanto para a venda. Estes ativos são inicialmente e subsequentemente reconhecidos a valor justo mais custos de transação. Os ganhos e perdas não realizados (exceto perda de crédito esperada, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, na rubrica Resultado Abrangente Acumulado.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Vide item (a) acima.

c. Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não ocorreram ressalvas ou ênfases no relatório dos auditores independentes.

2.4 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve alteração relevante a ser citada.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Aquisição de participação societária na Araújo Fontes Consultoria e Negócios Imobiliários Ltda. e na AF Invest Administração de Recursos Ltda.

Em 02 de julho de 2021 o Banco Bmg celebrou acordo de investimento para aquisição de 50% da AF Controle S.A., *holding* que detém a participação societária da Araújo Fontes Consultoria e Negócios Imobiliários Ltda. e AF Invest Administração de Recursos Ltda., uma das principais boutiques de assessoria de investimento independentes no Brasil, com o objetivo de trazer competência dedicada para o Bmg ampliar a oferta de produtos e serviços para acelerar o crescimento dos negócios de atacado e criar o segmentos de gestão de recursos, com alta proposta de valor para atrair novos clientes para o banco digital, ampliando assim as fontes de captação. O montante total envolvido é de, aproximadamente, R\$150.000 mil, composto por uma parcela fixa de R\$85.000 mil e por um potencial valor variável, estimado em R\$65.000 mil. A conclusão da operação ocorreu em 31 de janeiro de 2022.

Aquisição de participação societária na O2OBOTS Inteligência Artificial Ltda.

Em de 20 de outubro de 2021, o Banco, por meio de sua subsidiária CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda. (“CBFácil”), firmou um instrumento contratual com a intenção de adquirir participação societária da O2OBOTS Inteligência Artificial Ltda. (“O2OBOTS”). A O2OBOTS é uma *fintech* que atua no desenvolvimento, licenciamento e manutenção de *software* especializado em *chatbots* com inteligência artificial para venda de produtos financeiros e de seguros. A operação faz parte da estratégia do Bmg de criar um ecossistema de *startups* com competências especializadas, visando a expansão dos negócios atuais, geração de eficiência operacional e criação de novas unidades de negócios. A conclusão da operação ocorreu em 20 de julho de 2022.

Intenção de aquisição de participação societária na FRP Ieger Software Ltda.

Em de 06 de maio de 2022, o Banco, por meio de sua subsidiária CBFácil, firmou um instrumento contratual com a intenção de adquirir participação societária da FRP Ieger Software Ltda. (“iCertus”). A iCertus detém um software inteligente de gestão (ERP) que atua como *SaaS* e leva crédito a pequenas e médias empresas. A operação faz parte da estratégia do Bmg de criar um ecossistema de *startups* com competências especializadas, visando a expansão dos negócios atuais, geração de eficiência operacional e criação de novas unidades de negócios. A efetiva conclusão da Operação aguarda a aprovação pelo Banco Central do Brasil - BACEN, nos termos da regulamentação em vigor.

Criação Bmg Seguridade

Em 11 e 13 de outubro de 2022, respectivamente, foram constituídas a Bmg Seguridade S.A. e a Bmg Participações em Seguradoras Ltda., tendo como objetivo organizar o braço de seguros do Grupo Bmg, de forma a: (i) construir e organizar a capacidade interna necessária para atender às novas demandas dos diferentes canais e clientes do Bmg, cuja forte expansão recente tem originado oportunidades de ofertas e de ampliação dos relacionamentos existentes; (ii) consolidar as atividades do ramo securitário do Bmg; (iii) fortalecer a ampliação da Bmg Corretora; (iv) proporcionar ganhos de escala nessas operações; (v) obter reduções de custos e despesas no segmento de seguridade.

Aquisição da Bmg Seguradora

Em 30 de agosto de 2022, foi celebrado o contrato para aquisição da totalidade das ações de emissão da MG Seguros, Vida e Previdência S.A. (“Bmg Seguradora”). A operação foi concluída em 14 de dezembro de 2022, de forma que 60% do capital social total e votante da Bmg Seguradora passou a ser detido pela Bmg Participações em Seguradoras Ltda., subsidiária do Banco, e os 40% remanescentes pela Phoenix One Participações S.A., veículo de investimento detido pela Integra Participações S.A. O valor fixo envolvido na operação foi de R\$ 18 milhões, na proporção das participações societárias adquiridas.

Intenção de aquisição de participação societária na QGX

Em 25 de novembro de 2022, o Bmg através de sua subsidiária direta CBFácil Corretora de Seguros e Negócios Ltda. e Raro Recrutamento em TI Ltda. celebraram um

instrumento contratual com a intenção de adquirir participação societária da QGX Instituição de Pagamentos S.A. (“QGX”). A QGX é uma fintech que atua com BaaS (*Banking as a Service*) fornecendo estrutura digital completa e customizada para a operação de bancos digitais, além de realizar a intermediação e agenciamento de serviços e negócios relacionados ao Mercado Financeiro. A conclusão da operação aguarda a homologação do Banco Central do Brasil.

c. Eventos ou operações não usuais

Não houve, durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação ao Banco ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas suas demonstrações financeiras ou seus resultados.

2.5 Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

As informações deste item são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 do Banco, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

São também apresentadas no item 2.11 deste Formulário de Referência as informações constantes deste item 2.5 derivadas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 do Banco, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada e as normas estabelecidas pelo Banco Central (“BACEN GAAP”).

a. Informar o valor das medições não contábeis

O Banco divulgou neste Formulário de Referência para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 as seguintes medições não contábeis, derivadas das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com o IFRSs:

| | Exercício findo em 31/12/2022 |
|---|--|
| Retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) | 1,6% |
| Retorno sobre o ativo médio (ROAA) | 0,2% |
| Margem financeira líquida | 10,1% |
| Índice de eficiência operacional | 67,3% |
| Despesa de Provisão Líquida de Recuperação sobre carteira média | 6,9% |

Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE)

O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio corresponde ao lucro líquido do período dividido pelo patrimônio líquido médio dos últimos 5 trimestres, considerando os saldos de final de trimestre para o cálculo da média aritmética simples.

Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio não é uma medida reconhecida pelas IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos. Não possui significado padrão e a sua definição pode não ser comparável com medidas com nomenclaturas semelhantes utilizadas por outras instituições.

Retorno Sobre o Ativo Médio (ROAA)

O Retorno sobre o Ativo Médio corresponde ao lucro líquido do período dividido pelo ativo total médio dos últimos 5 trimestres, considerando os saldos de final de trimestre para o cálculo da média aritmética simples. O Retorno Sobre o Ativo Médio não é uma medida reconhecida pelas IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos. Não possui significado padrão e a sua definição pode não ser comparável com medidas com nomenclaturas semelhantes utilizadas por outras instituições.

Margem Financeira Líquida

A Margem Financeira Líquida é calculada por meio da divisão da (i) receita líquida de juros, acrescida do ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros e receitas de prestação de serviços pelos (ii) ativos rentáveis médios dos últimos 5 trimestres, considerando os saldos de final de trimestre para o cálculo da média aritmética simples.

A Margem Financeira Líquida não é uma medida reconhecida pelas IFRS, tampouco deve ser considerada isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez, não sendo, ainda, considerada como base para distribuição de dividendos. A Margem Financeira Líquida não possui significado padrão e a sua definição pode não ser comparável com medidas com nomenclaturas semelhantes utilizadas por outras instituições.

Índice de Eficiência Operacional

O Índice de Eficiência Operacional é definido pela razão entre (i) o somatório das despesas gerais e administrativas com outras despesas operacionais líquidas de receitas e (ii) o somatório da receita líquida de juros, com o ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros, com receita de prestação de serviços com despesas tributárias.

O Índice de Eficiência Operacional não é uma medida reconhecida pelas IFRSs, tampouco deve ser considerada isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez, não sendo considerada como base para distribuição de dividendos. O Índice de Eficiência Operacional não possui significado padrão e a sua definição pode não ser comparável com medidas com nomenclaturas semelhantes utilizadas por outras instituições.

Despesa de Provisão sobre Carteira Média

A Despesa de Provisão sobre Carteira Média corresponde a despesa de provisão ao valor recuperável de ativos financeiros, líquida da receita de recuperação de crédito baixado como prejuízo dividida pela carteira de crédito total média dos últimos 5 trimestres, considerando os saldos de final de trimestre para o cálculo da média aritmética simples. A Despesa de Provisão sobre Carteira Média não é uma medida reconhecida pelas IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como

medida de liquidez e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos. Não possui significado padrão e a sua definição pode não ser comparável com medidas com nomenclaturas semelhantes utilizadas por outras instituições.

b. Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras

Retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE)

| (Em mil de reais, exceto %) | Exercício findo em 31/12/2022 |
|---|----------------------------------|
| Lucro líquido no período | 65.350 |
| Patrimônio líquido no período (t) | 4.130.867 |
| Patrimônio líquido no período (t-1) | 4.047.685 |
| Patrimônio líquido no período (t-2) | 4.099.617 |
| Patrimônio líquido no período (t-3) | 3.782.157 |
| Patrimônio líquido no período (t-4) | 3.823.900 |
| Retorno sobre o patrimônio líquido médio | 1,6% |

Para fins da tabela acima: t = trimestre de referência; t-1 = trimestre anterior; t-2 = dois trimestres anteriores; t-3 = três trimestres anteriores e t-4 = quatro trimestres anteriores.

Retorno sobre o ativo médio (ROAA)

| (Em mil de reais, exceto %) | Exercício findo em 31/12/2022 |
|------------------------------------|----------------------------------|
| Lucro líquido no período | 65.350 |
| Ativo total no período (t) | 44.588.270 |
| Ativo total no período (t-1) | 43.341.785 |
| Ativo total no período (t-2) | 40.719.133 |
| Ativo total no período (t-3) | 34.096.289 |
| Ativo total no período (t-4) | 34.250.370 |
| Retorno sobre o ativo médio | 0,2% |

Para fins da tabela acima: t = trimestre de referência; t-1 = trimestre anterior; t-2 = dois trimestres anteriores; t-3 = três trimestres anteriores e t-4 = quatro trimestres anteriores.

Margem Financeira Líquida

| (Em mil de reais, exceto %) | Exercício findo em 31/12/2022 |
|---|-------------------------------|
| Receita Líquida de Juros | 2.617.495 |
| Ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros | 525.398 |
| Receita de prestação de serviços | 181.494 |
| Margem Financeira Líquida | 3.324.387 |
| Ao custo amortizado | |
| Aplicações no mercado aberto, em depósitos interfinanceiros e títulos e valores mobiliários | 9.191.409 |
| Empréstimos e outros valores com instituições financeiras | 61.342 |
| Operações de crédito e arrendamento mercantil | 23.888.978 |
| Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes | |
| Títulos e valores mobiliários | 2.309.682 |
| Ao valor justo por meio do resultado | |
| Instrumentos financeiros derivativos | 203.775 |
| Títulos e Valores Mobiliários | 1.518.298 |
| Ativo gerador de receita exercício atual t-0 | 37.465.251 |
| Ativo gerador de receita exercício anterior t-1 | 36.733.346 |
| Ativo gerador de receita exercício anterior t-2 | 34.739.884 |
| Ativo gerador de receita exercício anterior t-3 | 28.274.726 |
| Ativo gerador de receita exercício anterior t-4 | 28.877.778 |
| Margem Financeira Líquida | 10,0% |

Para fins da tabela acima: t = trimestre de referência; t-1 = trimestre anterior; t-2 = dois trimestres anteriores; t-3 = três trimestres anteriores e t-4 = quatro trimestres anteriores.

Índice de Eficiência Operacional

| (Em mil de reais, exceto %) | Exercício findo em 31/12/2022 |
|-----------------------------------|-------------------------------|
| Despesas gerais e administrativas | (1.592.925) |

| | |
|---|--------------------|
| Outras receitas (despesas) operacionais | (561.513) |
| Total de Despesas | (2.154.438) |
| Receita líquida de juros | 2.617.495 |
| Ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros | 525.398 |
| Receitas de prestação de serviços | 181.494 |
| Despesas tributárias | (112.346) |
| Total de Receitas | 3.212.041 |
| Índice eficiência operacional | 67,1% |

Despesa de provisão sobre carteira média

| (Em mil de reais, exceto %) | Exercício findo em 31/12/2022 |
|---|--|
| Provisão ao valor recuperável de ativos financeiros | (1.554.191) |
| Recuperação de crédito baixado para prejuízo | 184.274 |
| Despesa de Provisão Líquida de Recuperação | (1.369.917) |
| Carteira de crédito t-0 | 23.888.978 |
| Carteira de crédito t-1 | 22.966.658 |
| Carteira de crédito t-2 | 20.802.116 |
| Carteira de crédito t-3 | 17.110.445 |
| Carteira de crédito t-4 | 15.999.893 |
| Despesa de provisão sobre carteira média | -6,8% |

Para fins da tabela acima: t = trimestre de referência; t-1 = trimestre anterior; t-2 = dois trimestres anteriores; t-3 = três trimestres anteriores e t-4 = quatro trimestres anteriores.

c. Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Retorno sobre o patrimônio líquido (ROAE): o Banco entende que a medição é adequada pois é a melhor forma de mensurar sua capacidade de gerar valor a partir dos recursos de seus acionistas.

Retorno sobre ativo médio (ROAA): o Banco entende que a medição é adequada pois é a melhor forma de mensurar sua capacidade de gerar valor a partir dos seus ativos.

Margem financeira líquida: o Banco entende que a medição é adequada pois demonstra a capacidade do Banco em gerar receita através da gestão de seus ativos rentáveis.

Índice de Eficiência: o Banco entende que a medição é adequada pois demonstra a eficiência do Banco em gerir suas operações, visto que representa a relação entre as despesas operacionais incorridas para a geração de receita.

Despesa de provisão sobre carteira média: o Banco entende que a medição é adequada pois demonstra o custo de risco da carteira de crédito do Banco.

Os indicadores acima mencionados são amplamente utilizados por instituições financeiras no mercado.

2.6 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente.

Não houve evento subsequente às demonstrações financeiras de exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

2.7 Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

| EXERCÍCIO SOCIAL DE 2022 | |
|---|---|
| a. Regras sobre retenção de lucros | <p>Em linha com a Lei nº 6.404/76 e com o Estatuto Social do Banco, a administração propôs para que as destinações dos resultados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 sejam realizadas da seguinte forma:</p> <ul style="list-style-type: none">• 5% na constituição da reserva legal, sendo certo que o atual montante da reserva legal não excedeu o limite de 20% do capital social;• 94,18% para distribuição aos acionistas. O Banco tem como estratégia maximizar o pagamento de juros sobre o capital próprio e, assim, declarou durante o exercício social de 2022 o montante de R\$ 213.000.000,00. A proposta da administração é que tais valores declarados a título de juros sobre o capital próprio sejam imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, o que resultará em montante superior ao mínimo exigido no Estatuto Social do Banco e na legislação em vigor; e• 0,82% para destinação à reserva estatutária para investimentos e capital de giro, que terá por fim custear investimentos para crescimento e expansão e financiar o capital de giro do Banco, observadas as limitações legais e estatutárias. <p>Adicionalmente, o Banco pode destinar parcela do resultado para constituição de reserva de contingência e reserva de incentivos fiscais (decorrente de</p> |

| | |
|--|---|
| | subvenções governamentais para investimentos). Ressalta-se que tais reservas não foram movimentadas ou não tinham saldo no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. |
| a.i. Valores das Retenções de Lucros | Reserva Legal: R\$ 11.307.560,41 Juros sobre capital próprio imputados aos dividendos: R\$ 213.000.000,00 Reserva estatutária de investimento e capital de giro: R\$ 1.843.647,83 Retenções: não houve retenções de lucro. |
| a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados | Reserva legal: 5% Juros sobre capital próprio imputados aos dividendos: 94,18% Reserva estatutária de investimento e capital de giro: 0,82% Retenções: não houve retenções de lucro. Reserva para contingências: não houve destinação para tal reserva. Reserva de incentivos fiscais: não houve destinação para tal reserva. |
| b. Regras sobre distribuição de dividendos | O estatuto social do Banco estabelece que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório. Em conformidade com a Lei nº 6.404/76, os dividendos somente podem ser distribuídos, depois de efetuada a dedução, antes de qualquer participação, dos prejuízos acumulados e da provisão para o imposto sobre a renda. Ainda, a Lei nº 6.404/76 autoriza que o Banco pague dividendos à conta do lucro líquido do exercício, de lucros acumulados ou de reserva de lucros (excluída a reserva legal). |
| c. Periodicidade das distribuições de dividendos | A prática de distribuição de dividendos segue a regra da Lei nº 6.404/76, ou seja, de distribuição anual, podendo também o Banco, por deliberação do Conselho de Administração, declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. Ainda, o Conselho de Administração pode levantar balanço e declarar dividendos, à conta de lucro apurado nesses balanços, em períodos mensais, bimestrais ou trimestrais, respeitado o limite legal. |
| d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais | Salvo pelo disposto na Lei nº 6.404/76, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pelo Banco. Em certas situações, o Banco Central do Brasil poderá, nos termos da regulação em vigor, determinar a adoção de medidas prudenciais preventivas para propor a limitação ou suspensão da distribuição de dividendos em o montante superior aos limites mínimos legais. |
| e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de | O Banco não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada. Contudo, conforme Artigo 40, alínea “b” de seu Estatuto Social, é assegurado aos acionistas o direito ao recebimento de dividendos não inferiores a 25% do lucro líquido do exercício social, em consonância com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76, deduzindo-se destes dividendos o valor dos juros pagos ou creditados a título de remuneração do capital próprio. A periodicidade da distribuição de dividendos é anual, entretanto, nos termos do Artigo 41 de seu Estatuto Social, o Banco poderá levantar balanços semestrais e com base nestes declarar dividendos intermediários, à conta do lucro apurado, de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral ou, conforme parágrafo primeiro do referido artigo, levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, ou, ainda, conforme parágrafo segundo do referido artigo, autorizar a distribuição de lucros aos acionistas a |

| | |
|--|---|
| computadores onde o documento pode ser consultado | título de juros sobre o capital próprio, cuja discussão e deliberação dar-se-á em reunião trimestral do Conselho de Administração (conforme reunião ordinária do Conselho de Administração de 24/11/2022), respeitado o limite legal. |
|--|---|

2.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

Os ativos e passivos detidos pelo Banco, direta ou indiretamente, considerados *off-balance sheet*, estão evidenciados na nota explicativa 4.1.1, que faz parte das Demonstrações Financeiras do Banco em IFRS.

Abaixo estão demonstrados os montantes que representam o risco total dos itens não registrados no balanço patrimonial (*off balance*):

| (Reais mil) | Exercício social (31.12.2022) |
|--------------------|-------------------------------|
| Avais e Fianças | 246.743 |
| Créditos a liberar | 8.218.093 |
| Total | 8.464.836 |

i. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais o Banco mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados em seu balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022.

ii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados no balanço patrimonial do Banco em 31 de dezembro de 2022.

iii. Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados no balanço patrimonial do Banco em 31 de dezembro de 2022.

iv. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados no balanço patrimonial do Banco em 31 de dezembro de 2022.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2022.

2.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8 acima, os diretores devem comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras do Banco relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

b. Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras do Banco relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras do Banco relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

2.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

Em 2022, o Banco investiu R\$ 237 milhões (crescimento de 9,22% comparado com o ano anterior) no suporte de sua operação e na melhoria contínua de seus sistemas.

O Banco prioriza o investimento em dois segmentos:

Inovação. O Banco incorpora em seus sistemas funcionalidades que o diferenciam dos concorrentes por meio da utilização de tecnologia inovadora e disruptiva. A experiência e conhecimento do Banco foram construídos a partir da constante pesquisa interna, além do desenvolvimento de associações com Fintechs. No ano de 2022 o Banco, através de suas subsidiárias diretas CBFácil Corretora de Seguros e Negócios e Raro Recrutamento em TI (“Raro Labs”), celebrou um instrumento contratual com a intenção de adquirir participação societária da QGX Instituição de Pagamentos. A QGX é uma *fintech* que atua com BaaS (Banking as a Service) fornecendo estrutura digital completa e customizada para a operação de bancos digitais, além de realizar a intermediação e agenciamento de serviços e negócios relacionados ao mercado financeiro. Neste sentido, destacam-se abaixo os principais investimentos realizados:

- Criação de uma estrutura de laboratório de inovação técnica, em parceria com a Raro Labs, visando a construção de MVP (*Minimum Viable Product*) para experimentar novas tecnologias e validar novas oportunidades de negócio, como, por exemplo, o *split* de pagamentos, uma solução que permite ao cliente dividir um pagamento digital entre dois ou mais recebedores, entregue no ano de 2022;
- Migração de soluções para AWS: visando obter redução de custos operacionais, aumento de produtividade da equipe de TI, escalabilidade e resiliência, o Banco acelerou a sua adoção de *cloud* com a migração da solução de PIX para a nuvem (AWS), de APIs relacionadas à funcionalidade de cartão e conta digital, além firmar um contrato de longo prazo (36 meses) com a AWS, trazendo benefícios financeiros para a corporação;

- Open Banking: ao longo de 2022, o Banco avançou na solução de Open Banking, fornecendo novas integrações vinculadas a outras instituições e melhorando a experiência dos nossos clientes; e
- Foco em avenidas de crescimento, tais como a vertical de Parcerias Varejo, ampliando o portfólio e parcerias com *players* desse segmento e a vertical de Help/Corban com a implantação do cartão benefício.

Melhoria Contínua. O Banco investe constantemente em seus produtos e infraestrutura de TI, de forma a apresentar aos seus clientes um diferencial no atendimento, sempre com foco na estratégia digital e na cultura do Banco de centralidade no cliente. Neste sentido, destacam-se os investimentos realizados em infraestrutura e segurança, que são pilares fundamentais do Banco. Desta forma, o Banco investe continuamente em seus sistemas para garantir a alta disponibilidade e contingência. No plano de modernização da infraestrutura, destaca-se a migração do Data Center para Tier 3, buscando ter sempre uma infraestrutura tecnológica de qualidade, com acesso rápido, estável e que suporte picos de acesso e crescimento da quantidade de clientes. Na âmbito de Cyber Segurança, 2022 foi um ano de fortalecimento do processo de prevenção a fraude por conta do crescimento do banco digital e de implantação de ações e controles visando evitar os ataques cibernéticos que ocorreram de forma global.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A fonte dos recursos investidos nas soluções de tecnologia é resultado da geração de caixa em razão do exercício regular das atividades do Banco.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data do Formulário de Referência, o Banco não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente as operações do Banco.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

As pesquisas em andamento já divulgadas são mencionadas no item 2.10 (a), acima.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Os montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços são mencionados no item 2.10 (a), acima.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Os projetos em desenvolvimentos já divulgados são mencionados no item 2.10 (a), acima.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os montantes totais gastos nos desenvolvimentos de novos produtos ou serviços são mencionados no item 2.10 (a), acima.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Em 2022, o Banco criou a Gerência Executiva de ASG e o Comitê de ASG, composto por membros da Diretoria e do Conselho de Administração, bem como desenvolveu o plano estratégico AGS 2022 e 2023, totalmente alinhado ao negócio.

O plano estratégico de ASG focou em três frentes:

- Ações afirmativas de diversidade e inclusão com foco no valor agregado ao negócio. Destaca-se, como exemplo, o programa para inclusão de pessoas 50+, voltado para a contratação de pessoas com mais de 50 anos para atuar nas centrais

de atendimento do Banco, notadamente no atendimento online dos clientes aposentados, garantindo, de um lado, oportunidade para tal público, que ainda é marginalizado no mercado de trabalho e, de outro lado, atendimento eficiente, humanizado e empático aos clientes aposentados.

- Estruturação da ação social do Banco, com a criação do Instituto Marina e Flavio Guimarães, que centraliza as ações de filantropia e de investimento social do Banco, potencializando seu impacto transformador na sociedade.
- Constante observação do modelo de governança do Banco, a fim de garantir sua robustez e o fortalecimento do programa de ética e integridade.

Além disso, em 2022, o Banco aderiu ao Pacto Global da ONU com o objetivo de operar em linha com os princípios universais de sustentabilidade, de acordo com as melhores práticas socioambientais e de governança.

Em 2023, o Plano Estratégico ASG prioriza:

- a revisão de políticas e adequações estruturais, a fim de garantir a longevidade e maior eficiência através da adoção de parâmetros de sustentabilidade no negócio; e
- a estruturação dos indicadores e elaboração de relatos baseados na metodologia da Global Reporting Initiative (GRI).

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Por sermos uma instituição financeira, seguimos a regulamentação do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil para preparação das demonstrações financeiras. Dessa forma, além das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as IFRSs emitidas pelo IASB, elaboramos demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN GAAP”) que incluem (i) as normas e regulamentos do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional; (ii) a Lei das Sociedades por Ações e (iii) as normas a seguir, emitidas pelo Comitê de

Pronunciamentos Contábeis e aprovadas pelo Banco Central: CPC 00 (R2) – Pronunciamento conceitual básico; CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa; CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas; CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro; CPC 24 – Eventos Subsequentes; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; CPC 28 – Propriedade para Investimento; CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados; CPC 41 (R1) – Resultado por Ação; CPC 46 (R1) – Mensuração do Valor Justo; e CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

Apresentamos a seguir informações derivadas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 do Banco, elaboradas de acordo com as normas aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As normas aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil divergem em certos aspectos das práticas contábeis adotadas no Brasil (“Princípios Contábeis Brasileiros”), das IFRSs emitidas pelo IASB.

Todas as informações apresentadas neste item 2.11 foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma, gerando com isso arredondamentos na última unidade e podendo, portanto, divergir imaterialmente nos cálculos.

PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ELABORADAS DE ACORDO COM AS NORMAS EMITIDAS PELO BANCO CENTRAL E IFRSs EMITIDAS PELO IASB

As normas da CVM diferem de maneira relevante em vários aspectos em relação às normas do Banco Central do Brasil, inclusive quanto às práticas contábeis adotadas na preparação de informações financeiras. De acordo com as normas da CVM, são adotadas as IFRSs emitidas pelo IASB e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade, uma vez que as instituições financeiras seguem as práticas contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações e as normas emitidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN GAAP).

Abaixo, apresentamos as principais diferenças entre a adoção do BACEN GAAP e as IFRSs emitidas pelo IASB nas demonstrações financeiras do Banco:

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa considera a expectativa de recebimento dos recursos de acordo a classificação de riscos dos clientes e considera os dias em atraso das operações.

A norma internacional comparativa é o IFRS 9, vigente a partir de 01 de janeiro de 2018, na qual as provisões são baseadas nas perdas esperadas.

O ajuste divulgado refere-se a despesa maior de provisão para as perdas nas operações de crédito nas Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com as IFRSs emitidas pelo IASB.

Diferimento de comissão

Nas normas internacionais, as comissões pagas por originação de operações de crédito são amortizadas linearmente pelo prazo de cada operação, ou de forma imediata quando ocorre baixa da operação de crédito, diferentemente das normas do BACEN GAAP que estabelece que as comissões sejam reconhecidas no mesmo momento da saída de caixa

Amortização do ágio de aquisição

Os ativos intangíveis, no BACEN GAAP, são diferidos de acordo com a expectativa de realização destes. Na norma internacional, IFRS 3 – *Business Combination*, não há previsão de amortização do ágio. Contudo, o valor recuperável deve ser avaliado anualmente, ou quando existir indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável.

O ajuste divulgado refere-se ao estorno no resultado e no patrimônio líquido, nas Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com as IFRSs emitidas pelo IASB, da despesa de amortização do ágio da aquisição dos Bancos BCV e Cifra.

IFRS 16 – Arrendamento Mercantil

O Grupo adotou a IFRS 16 pelo método de transição retrospectivo modificado em 1º de janeiro de 2019, utilizando-se os seguintes critérios:

- taxa de desconto, considerando uma carteira de contratos;
- cálculo do passivo de arrendamento e do Ativo de Direito de Uso pelo valor presente dos pagamentos remanescentes.

O IFRS 16 – elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento, que consiste em: (a) reconhecer inicialmente todos os arrendamentos no ativo (Ativo de Direito de Uso) e passivo (Outros Passivos Financeiros) a valor presente; e (b) reconhecer a depreciação do Ativo de Direito de Uso e os juros do arrendamento separadamente no resultado.

Efeito fiscal sobre os ajustes de IFRS

A norma internacional, IAS 12 – *Income Taxes*, requer a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidas para as diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis, exceto para impostos diferidos originados de reconhecimento inicial de ágios, reconhecimento inicial de um passivo originado ou ativo adquirido não qualificado como combinação de negócios e que na data da transação não afetem o resultado e o lucro/perda para fins fiscais.

Considerando os pontos acima mencionados, apresentamos abaixo a reconciliação entre as práticas contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações e as normas emitidas pelo Banco Central do Brasil e IFRSs emitidas pelo IASB:

| | Em R\$ milhões | |
|---|--|--------------|
| | Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 | |
| | Patrimônio Líquido | Resultado |
| BACEN GAAP | 3.939,4 | 226,2 |
| Ajustes de IFRS | | |
| Provisão para Créditos de liquidação Duvidosa | (1.070,9) | (330,5) |
| Diferimento de comissão | | 27,9 |
| Tributos diferidos | (185,6) | 135,5 |
| Amortização do ágio de aquisição | 1.020,2 | 1,3 |
| Outros | 388,2 | |

IFRS

4.130,9

65,4

MEDIÇÕES NÃO CONTÁBEIS ELABORADAS EM BACEN GAAP

Abaixo, apresentamos as medições não contábeis com base nas informações contábeis derivadas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas em BACEN GAAP.

| Medições não contábeis BACEN GAAP (Em milhões de reais, exceto %) | Exercício findo em 31/12/2022 |
|---|--|
| Retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) | 5,8% |
| Retorno sobre o ativo médio (ROAA) | 0,6% |
| Índice de Basileia Total | 13,5% |
| Margem financeira líquida | 15,4% |
| Margem Financeira Líquida ajustada ao custo do crédito | 8,1% |
| Índice de eficiência operacional | 65,0% |
| Índice de Inadimplência Carteira Total | 4,9% |
| Lucro Líquido Recorrente | 226 |
| Retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) recorrente | 5,8% |
| Despesa de Provisão Líquida de Recuperação sobre carteira média | 5,2% |

Retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE)

Retorno sobre o patrimônio líquido médio corresponde ao lucro líquido do período dividido pelo patrimônio líquido médio dos últimos 5 trimestres, considerando os saldos de final de trimestre para o cálculo da média aritmética simples.

Retorno sobre o patrimônio líquido médio não é uma medida reconhecida pelo BACEN GAAP nem pelas IFRSs emitidas pelo IASB, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos. Não possui significado padrão e a sua definição pode não ser comparável com medidas com nomenclaturas semelhantes utilizadas por outras instituições.

Retorno sobre o ativo médio (ROAA)

Retorno sobre o ativo médio corresponde ao lucro líquido do período dividido pelo ativo total médio dos últimos 5 trimestres, considerando os saldos de final de trimestre para o cálculo da média aritmética simples.

Retorno sobre o ativo médio não é uma medida reconhecida pelo BACEN GAAP nem pelas IFRSs emitidas pelo IASB, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos. Não possui significado padrão e a sua definição pode não ser comparável com medidas com nomenclaturas semelhantes utilizadas por outras instituições.

Índice de Basileia

As instituições financeiras que operam no Brasil estão sujeitas a uma metodologia de medição e padrões de capital baseada em um índice ponderado de ativos por risco. Os parâmetros dessa metodologia são semelhantes aos parâmetros internacionais para medições de capital mínimo aprovado, segundo adotado pelo Acordo de Basileia.

As instituições financeiras brasileiras devem estar aderentes aos requisitos mínimos de capital regulatório, em consonância com as principais diretrizes do Acordo de Basileia III, estabelecidos pelo Banco Central do Brasil a partir de outubro de 2013, de forma gradual até janeiro de 2019, definindo diretrizes para apuração do Patrimônio de Referência, dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), além de definição das parcelas de Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

Atualmente, para atendimento dos requisitos mínimos regulatórios, as instituições financeiras devem observar a Resolução nº 4.955, de 21 de outubro de 2021, que dispõe sobre a metodologia para apuração do Patrimônio de Referência e Resolução nº 4.958, de 21 de outubro de 2021, que dispõe sobre os requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível 1, de Capital Principal e sobre o Adicional de Capital Principal (ACP), além de normas complementares no atendimento a totalidade dos requisitos regulatórios de capital e parcelas de Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

O Patrimônio de Referência (ou capital regulatório) é o montante de capital disponível levado em consideração para fins da determinação dos limites operacionais das instituições financeiras brasileiras e é composto por dois níveis. O capital de Nível I é

representado pela composição do patrimônio líquido acrescido pelo saldo de determinadas reservas, rendas e instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados pelo Banco Central, sendo dividido em Capital Principal (deduzidos os Ajustes Prudenciais – abaixo definido) e Capital Complementar. Já o capital de Nível II é composto pelas reservas de reavaliação, reservas de contingências, reservas especiais de lucros relacionadas a dividendos obrigatórios ainda não distribuídos, ações preferenciais com cumulatividade de dividendos, determinados instrumentos de dívida subordinada e híbridos e lucros a realizar relacionados a ajustes no valor de mercado de valores mobiliários disponíveis para venda.

Os “Ajustes Prudenciais” foram instituídos pelas diretivas do Acordo de Basileia III com o intuito de melhorar a qualidade do capital de instituições financeiras. Tais ajustes compreendem deduções do Capital Principal de elementos patrimoniais que, em determinadas situações, possam comprometer a qualidade do Capital Principal em decorrência de sua baixa liquidez, dependência de lucro futuro para realização ou dificuldade de mensuração de valor (“Ajustes Prudenciais”).

Índice de Basileia não é uma medida reconhecida pelo BACEN GAAP nem pelas IFRSs emitidas pelo IASB, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos. Não possui significado padrão e a sua definição pode não ser comparável com medidas com nomenclaturas semelhantes utilizadas por outras instituições.

Margem Financeira Líquida e Margem Financeira Líquida ajustada ao custo do crédito

A Margem Financeira Líquida é calculada por meio da divisão da (i) margem financeira de juros, acrescidas as receitas de prestação de serviços pelos (ii) ativos rentáveis médios dos últimos 5 trimestres, considerando os saldos de final de trimestre para o cálculo da média aritmética simples. Os ativos rentáveis são compostos por: (i) aplicações interfinanceiras, (ii) títulos e valores mobiliários e instrumento financeiros derivativos (iii) operações com características de concessão de crédito, e (iv) transações de pagamentos adquiridas de instituições de pagamentos. A Margem Financeira Líquida ajustada ao custo do crédito é calculada por meio da divisão da (i) margem financeira de juros, acrescidas as receitas de prestação de serviços, acrescidos da despesa de provisão

líquida de recuperação e despesas de comissão pelos (ii) ativos rentáveis médios conforme descritos acima. Receitas e despesas com base na DRE Gerencial.

Margem Financeira Líquida e a Margem Financeira Líquida ajustada ao custo do crédito não são medidas reconhecidas pelo BACEN GAAP nem pelas IFRSs emitidas pelo IASB, tampouco devem ser considerada isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez, não sendo, ainda, considerada como base para distribuição de dividendos. A Margem Financeira Líquida e a Margem Financeira Líquida ajustada ao custo do crédito não possuem significado padrão e a sua definição pode não ser comparável com medidas com nomenclaturas semelhantes utilizadas por outras instituições.

Índice de Eficiência Operacional

Índice de Eficiência Operacional é definido pela razão entre (i) o somatório das despesas de pessoal com outras despesas administrativas, com outras despesas operacionais líquidas de receitas e (ii) o somatório do resultado da intermediação financeira antes da dedução do crédito para liquidação duvidosa, com as receitas de prestação de serviços e as despesas tributárias. Receitas e despesas com base na DRE Gerencial.

Índice de Eficiência Operacional não é uma medida reconhecida pelo BACEN GAAP, tampouco deve ser considerada isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez, não sendo considerada como base para distribuição de dividendos. Índice de Eficiência Operacional não possui significado padrão e a sua definição pode não ser comparável com medidas com nomenclaturas semelhantes utilizadas por outras instituições.

Índice de Inadimplência

O Índice de Inadimplência corresponde aos contratos vencidos há mais de 90 dias, considerando parcelas vencidas mais vincendas, dividida pela carteira de crédito total na data.

Índice de Inadimplência não é uma medida reconhecida pelo BACEN GAAP nem pelas IFRSs emitidas pelo IASB, tampouco deve ser considerada isoladamente, ou como uma

alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez, e não sendo considerada como base para distribuição de dividendos. Índice de Inadimplência não possui significado padrão e a sua definição pode não ser comparável com medidas com nomenclaturas semelhantes utilizadas por outras instituições.

Lucro Líquido recorrente

Lucro líquido recorrente corresponde ao lucro líquido do Banco Bmg excluindo o efeito da amortização do ágio e do imposto de renda e contribuição social referentes ao ágio. Em agosto de 2011 o Banco Bmg adquiriu instituições financeiras, apurando um ágio no montante de R\$1.450 milhões, fundamentado na expectativa de rentabilidade futura. O ágio possui amortização linear mensal no montante de R\$ 12 milhões, tendo encerrado sua amortização em agosto de 2021. Visto que todos os efeitos do ágio já estão integralmente deduzidos do patrimônio de referência para cálculo de Basileia, o Banco optou por demonstrar seus resultados excluindo o efeito da amortização do ágio. Outros eventos não recorrentes também podem ser excluídos do cálculo do lucro líquido recorrente. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, não houve eventos não recorrentes, portanto, o lucro líquido recorrente foi igual ao lucro líquido contábil no período.

Lucro Líquido recorrente não é uma medida reconhecida pelo BACEN GAAP nem pelas IFRSs emitidas pelo IASB, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos. Não possui significado padrão e a sua definição pode não ser comparável com medidas com nomenclaturas semelhantes utilizadas por outras instituições.

Retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) recorrente

Retorno sobre o patrimônio líquido médio recorrente corresponde ao lucro líquido recorrente (conforme descrito acima) do período dividido pelo patrimônio líquido (também ajustado aos efeitos do ágio e outros eventos não recorrentes, quando aplicável) médio dos últimos 5 trimestres, considerando os saldos do final de cada trimestre para o cálculo da média aritmética simples. No exercício social findo em 31 de dezembro de

2022, não houve eventos não recorrentes, portanto, o ROAE recorrente foi igual ao ROAE no período.

Retorno sobre o patrimônio líquido médio recorrente não é uma medida reconhecida pelo BACEN GAAP nem pelas IFRSs emitidas pelo IASB, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos. Não possui significado padrão e a sua definição pode não ser comparável com medidas com nomenclaturas semelhantes utilizadas por outras instituições.

Despesa de provisão sobre carteira média

Despesa de provisão sobre carteira média corresponde a despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida da receita de recuperação de crédito baixado para prejuízo, dividida pela carteira de crédito total média dos últimos 5 trimestres, considerando os saldos de final de trimestre para o cálculo da média aritmética simples. Receitas e despesas com base na DRE Gerencial.

Despesa de provisão sobre carteira média não é uma medida reconhecida pelo BACEN GAAP nem pelas IFRSs emitidas pelo IASB, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos. Não possui significado padrão e a sua definição pode não ser comparável com medidas com nomenclaturas semelhantes utilizadas por outras instituições.

Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras

Retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE)

| (Em milhões de reais, exceto %) | Exercício findo em 31/12/2022 |
|-------------------------------------|----------------------------------|
| Lucro líquido no período | 226 |
| Patrimônio líquido no período (t) | 3.939 |
| Patrimônio líquido no período (t-1) | 3.839 |
| Patrimônio líquido no período (t-2) | 3.839 |

| | |
|---|-------------|
| Patrimônio líquido no período (t-3) | 3.861 |
| Patrimônio líquido no período (t-4) | 3.863 |
| Retorno sobre o patrimônio líquido médio | 5,8% |

Para fins da tabela acima: t = trimestre de referência; t-1 = trimestre anterior; t-2 = dois trimestres anteriores; t-3 = três trimestres anteriores e t-4 = quatro trimestres anteriores.

Retorno sobre o ativo médio (ROAA)

| (Em milhões de reais, exceto %) | Exercício findo em 31/12/2022 |
|------------------------------------|----------------------------------|
| Lucro líquido no período | 226 |
| Ativo total no período (t) | 44.318 |
| Ativo total no período (t-1) | 43.074 |
| Ativo total no período (t-2) | 40.521 |
| Ativo total no período (t-3) | 34.404 |
| Ativo total no período (t-4) | 34.399 |
| Retorno sobre o ativo médio | 0,6% |

Para fins da tabela acima: t = trimestre de referência; t-1 = trimestre anterior; t-2 = dois trimestres anteriores; t-3 = três trimestres anteriores e t-4 = quatro trimestres anteriores.

Índice de Basileia

| (Em milhões de reais, exceto %) | Exercício findo em 31/12/2022 |
|-----------------------------------|----------------------------------|
| Patrimônio de referência | 3.251 |
| Patrimônio de referência Nível I | 2.700 |
| Ativo ponderado pelo risco | 24.005 |
| Índice de Basileia total | 13,5% |
| Índice de Basileia Nível 1 | 11,3% |

Margem Financeira Líquida e Margem Financeira Líquida ajustada ao custo do crédito

| (Em milhões de reais, exceto %) | Exercício findo em 31/12/2022 |
|---|----------------------------------|
| Resultado da intermediação financeira antes do crédito para liquidação duvidosa | 2.971 |
| Comissões de Agentes ⁽¹⁾ | 828 |
| Receitas de Prestação de Serviços | 147 |

| | |
|--|----------------|
| Produto Bancário (a) | 3.946 |
| Despesa de Provisão Líquida de Recuperação | (1.046) |
| Comissões de Agentes ⁽¹⁾ | (828) |
| Custo do crédito (b) | (1.874) |
| Aplicações Interfinanceiras ⁽²⁾ | 201 |
| Títulos de Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos, exceto vinculado a operações compromissadas | 6.504 |
| Operações com características de concessão de crédito | 22.013 |
| Transações de Pagamentos Adquiridas de Instituições de Pagamentos ⁽³⁾ | 653 |
| Ativo gerador de receita no período (t) | 29.371 |
| Ativo gerador de receita média (c) | 25.690 |
| Margem Financeira Líquida (a/c) | 15,4% |
| Margem Financeira Líquida ajustada ao custo do crédito (a+b/c) | 8,1% |

⁽¹⁾ A despesa de comissões de agentes foi realocada da margem financeira de juros para o custo do crédito.

⁽²⁾ Inclui aplicações interfinanceiras de liquidez e aplicações em depósitos interfinanceiros.

⁽³⁾ A partir de 31 de dezembro de 2021 o saldo de transações de pagamentos adquiridas de instituições de pagamentos foi reclassificada da linha de operações com características de concessão de crédito para linha de relações interfinanceiras.

Índice de Eficiência Operacional

| (Em milhões de reais, exceto %) | Exercício findo em 31/12/2022 |
|--|--|
| Despesa de pessoal | (332) |
| Outras despesas administrativas | (1.040) |
| Outras despesas/ receitas operacionais | (541) |
| Total de Despesas | (1.912) |
| Resultado bruto da intermediação financeira antes da provisão e após realocações | 2.971 |
| Receita de prestação de serviços | 147 |
| Despesas tributárias | (175) |
| Total de Receitas | 2.943 |
| Índice eficiência operacional | 65,0% |

Índice de Inadimplência

| (Em milhões de reais, exceto %) | Exercício findo em 31/12/2022 |
|--|--|
|--|--|

| | |
|---|---------------|
| Operações vencidas Over90 | 1.160 |
| Carteira de crédito total | 23.857 |
| Índice de inadimplência Carteira Total | 4,9% |

Lucro líquido recorrente

Conforme informado acima, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 não houve eventos não recorrentes, portanto, o lucro líquido recorrente foi igual ao lucro líquido contábil no período.

Retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) recorrente

Conforme informado acima, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 não houve eventos não recorrentes, portanto, o ROAE recorrente foi igual ao ROAE no período.

Despesa de provisão sobre carteira média

| (Em milhões de reais, exceto %) | Exercício findo em 31/12/2022 |
|---|--|
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (1.230) |
| Recuperação de crédito baixado para prejuízo | 184 |
| Despesa de Provisão Líquida de Recuperação | (1.046) |
| Carteira de crédito no período (t) | 23.857 |
| Carteira de crédito no período (t-1) | 22.924 |
| Carteira de crédito no período (t-2) | 20.750 |
| Carteira de crédito no período (t-3) | 17.082 |
| Carteira de crédito no período (t-4) | 15.967 |
| Despesa de provisão sobre carteira média | 5,2% |

Para fins da tabela acima: t = trimestre de referência; t-1 = trimestre anterior; t-2 = dois trimestres anteriores; t-3 = três trimestres anteriores e t-4 = quatro trimestres anteriores.

Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Retorno sobre o patrimônio líquido (ROAE): o Banco entende que a medição é adequada pois é a melhor forma de mensurar sua capacidade de gerar valor a partir dos recursos de seus acionistas.

Retorno sobre ativo médio (ROAA): o Banco entende que a medição é adequada pois é a melhor forma de mensurar sua capacidade de gerar valor a partir dos seus ativos.

Índice de Basileia: o Banco entende que a medição é adequada pois demonstra a solvabilidade do Banco, visto que representa o nível de capital de referência perante os ativos ponderados pelo risco.

Margem financeira líquida e Margem Financeira Líquida ajustada ao custo do crédito: o Banco entende que as medições são adequadas pois demonstram a capacidade do Banco em gerar receita através da gestão de seus ativos rentáveis, inclusive após o custo do crédito.

Índice de Eficiência: o Banco entende que a medição é adequada pois demonstra a eficiência do Banco em gerir suas operações, visto que representa a relação entre as despesas operacionais incorridas para a geração de receita.

Índice de inadimplência: o Banco entende que a medição é adequada pois demonstra a qualidade dos ativos de crédito de acordo com o seu nível de risco.

Lucro líquido recorrente: o Banco entende que a medição é adequada pois reflete o desempenho do Banco oriundo de seu negócio principal, excluindo os efeitos da amortização do ágio e do imposto de renda e contribuição social referente ao ágio e de outros eventos não recorrentes.

Retorno sobre o patrimônio líquido recorrente: o Banco entende que a medição é adequada pois é a melhor forma de mensurar sua capacidade de gerar valor a partir dos recursos de seus acionistas, considerando apenas o desempenho do Banco oriundo de seu negócio, excluindo os efeitos da amortização do ágio e de outros eventos não recorrentes.

Despesa de provisão sobre carteira média: o Banco entende que a medição é adequada pois demonstra o custo de risco da carteira de crédito do Banco.

Os indicadores acima mencionados são amplamente utilizados por instituições financeiras no mercado.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DERIVADAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ELABORADAS DE ACORDO COM BACEN GAAP

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Desempenho Financeiro

| (Em milhões de R\$, exceto %) | Em 31 de dezembro de | |
|--|----------------------|----------|
| | 2022 | 2021 |
| Lucro líquido | 226,2 | 241,9 |
| Lucro líquido recorrente⁽¹⁾ | 226,2 | 271,3 |
| Retorno sobre patrimônio líquido médio - %⁽¹⁾ | 5,8% | 6,0% |
| Retorno sobre patrimônio líquido médio recorrente - %⁽¹⁾ | 5,8% | 6,8% |
| Retorno sobre ativo médio - %⁽¹⁾ | 0,6% | 0,8% |
| Margem financeira líquida - %⁽¹⁾ | 15,4% | 17,9% |
| Índice de eficiência operacional⁽¹⁾ | 65,0% | 64,1% |
| Ativo Total | 44.318,2 | 34.398,5 |
| Carteira de crédito total | 23.856,5 | 15.967,4 |
| Índice de Inadimplência – Over90⁽¹⁾ | 4,9% | 4,8% |
| Patrimônio líquido | 3.939,4 | 3.862,9 |
| Captação com o mercado⁽²⁾ | 29.255,1 | 20.699,4 |

(1) Os itens acima estão definidos no início deste item no capítulo Medições não contábeis elaboradas em BACEN GAAP.

(2) A composição do saldo de captação está demonstrada no item “2.11 (b) - Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas”.

Em 31 de dezembro de 2022 e no exercício social findo em tal data

O lucro líquido do Banco alcançou R\$226,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, apresentando uma redução de 6,5% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. A redução no lucro líquido ocorreu principalmente em razão do aumento no custo de captação decorrente do aumento na curva de juros.

Não houve eventos não recorrentes no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, portanto, o lucro líquido recorrente foi igual ao lucro líquido contábil no período.

A margem financeira líquida atingiu 15,4% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, uma redução de 2,6 pontos percentuais em relação a margem financeira líquida

no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, reflexo do custo de captação citado acima e do aumento dos ativos geradores de receita.

O índice de eficiência operacional atingiu 65,0% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, aumento de 0,9 pontos percentuais quando comparado com o índice no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. O Banco manteve os investimentos em linha com a transformação de um banco de nicho para um banco completo, ao mesmo tempo que criou iniciativas internas de ganhos de eficiência e controle de custos.

O patrimônio líquido do Banco era R\$3.939,4 milhões em 31 de dezembro de 2022 e R\$3.862,9 milhões em 31 de dezembro de 2021. O retorno sobre o patrimônio líquido médio atingiu 5,8% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 não houve eventos não recorrentes, portanto, o ROAE recorrente foi igual ao ROAE contábil no período.

O ativo totalizava R\$44.318,2 milhões em 31 de dezembro de 2022 (R\$34.398,5 milhões em 31 de dezembro de 2021), aumento decorrente, principalmente, do crescimento da carteira de crédito. O retorno sobre o ativo médio atingiu 0,6% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

O saldo da carteira de crédito total era de R\$23.856,5 milhões em 31 de dezembro de 2022 (R\$15.967,4 milhões em 31 de dezembro de 2021), tendo como destaque: a liberação do benefício LOAS, a definição da margem para o empréstimo consignado em 35% e o lançamento do cartão consignado de benefício e antecipação do FGTS.

O índice de inadimplência over90 atingiu 4,9% em 31 de dezembro de 2022, relativamente estável em comparação ao indicador de 4,8% apresentado em 31 de dezembro de 2021.

O saldo de captação era de R\$29.255,1 milhões em 31 de dezembro de 2022 (R\$20.699,4 milhões em 31 de dezembro de 2021). O aumento no saldo de captação deu-se principalmente pelo aumento de depósitos a prazo.

Índice de Basileia

As instituições financeiras brasileiras devem estar aderentes aos requisitos mínimos de capital regulatório, em consonância com as principais diretrizes do Acordo de Basileia

III, estabelecidos pelo Banco Central do Brasil a partir de outubro de 2013, de forma gradual até janeiro de 2019, definindo diretrizes para apuração do Patrimônio de Referência, dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), além de definição das parcelas de Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

Atualmente, para atendimento dos requisitos mínimos regulatórios, as instituições financeiras devem observar a Resolução nº 4.955, de 21 de outubro de 2021, que dispõe sobre a metodologia para apuração do Patrimônio de Referência e Resolução nº 4.958, de 21 de outubro de 2021, que dispõe sobre os requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência, além de normas complementares no atendimento a totalidade dos requisitos regulatórios de capital e parcelas de Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

A tabela a seguir apresenta as posições de capital do banco em relação ao total de ativos com base em risco, bem como os requerimentos mínimos de capital instituídos pelo BACEN, nas datas indicadas:

| <i>(Em milhões de R\$, exceto %)</i> | Em 31 de dezembro de | |
|---------------------------------------|-----------------------------|-----------------|
| | 2022 | 2021 |
| Capital de Referência | | |
| Nível I | 2.700,3 | 2.625,0 |
| Capital Principal | 2.589,4 | 2.515,9 |
| Capital Complementar | 110,9 | 109,1 |
| Nível II | 550,2 | 20,4 |
| Total | 3.250,5 | 2.645,3 |
| Alocação de Capital | | |
| Risco de Crédito | 22.360,9 | 16.841,9 |
| Risco de Mercado | 81,5 | 102,2 |
| Risco Operacional | 1.562,9 | 1.099,1 |
| Exposição ponderada pelo risco | 24.005,4 | 18.043,2 |
| Índice do BIS | 13,5% | 14,7% |
| Nível I | 11,3% | 14,6% |
| Nível II | 2,3% | 0,1% |

Em 31 de dezembro de 2022, o Índice de Basileia do Banco era de 13,5%, apresentando redução de 1,2 ponto percentual no comparativo com 31 de dezembro de 2021. O Patrimônio de Referência está sendo substancialmente impactado pela marcação a mercado de títulos públicos, tendo um efeito de cerca de 2,5 pontos percentuais na Basileia. Considerando o cenário de mercado do fechamento do 4T22, cerca de 47% do accrual dessa marcação ocorrerá até o final de 2023. O saldo de R\$ 550,2 milhões de Letras Financeiras Subordinadas e R\$ 110,9 milhões de Letras Financeiras Perpétuas estão refletidos no Patrimônio de Referência.

b. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, as principais fontes de financiamento do Banco foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; (ii) depósitos a prazo; (iii) letras financeiras; e (iv) cessões de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios.

Captação

A tabela a seguir apresenta um resumo dos tipos de financiamento (captações) obtidos pelo Banco até as datas indicadas:

| <i>(Em milhões de R\$)</i> | Em 31 de dezembro de | |
|--|-----------------------------|-----------------|
| | 2022 | 2021 |
| Depósitos a prazo | 24.057,6 | 17.052,2 |
| CDB | 23.668,7 | 15.359,9 |
| DPGE | - | 1.614,7 |
| CDI | 388,9 | 77,6 |
| Letras financeiras | 2.244,8 | 1.961,1 |
| Sênior | 1.574,7 | 718,1 |
| Subordinada | 559,1 | 20,4 |
| Perpétua | 110,9 | 109,1 |
| LFG | - | 1.113,5 |
| Securitização e Cessão de Crédito | 2.834,5 | 1.534,0 |
| Letras de crédito LCA & LCI | 100,1 | 106,1 |
| Repasses | 18,1 | 46,0 |
| Saldo de captação com o mercado | 29.255,1 | 20.699,4 |
| Subsidiárias ¹ | 831,0 | 770,5 |
| Saldo de Captação Total | 30.086,1 | 21.469,9 |

(1) A CBFácil aplicou os recursos no Banco via CDB e Letra Financeira Sênior, em contrapartida ao aumento de capital realizado no 1T20. Dessa forma, a operação em conjunto, não teve efeito de caixa.

A captação total encerrou 31 de dezembro de 2022 com saldo de R\$ 30.086,1 milhões, apresentando um aumento de 40,1% em relação a 31 de dezembro de 2021, enquanto a captação com o mercado encerrou 31 de dezembro de 2022 com saldo de R\$ 29.255,1 milhões, apresentando um aumento de 41,3% em relação a 31 de dezembro de 2021. O Banco trabalha na diversificação do *fundings*, buscando linhas sustentáveis de forma a garantir o melhor casamento entre seus ativos e passivos. O Banco opera via estrutura própria de captação e via mais de 50 distribuidores.

Depósitos a prazo

O Banco acredita que os depósitos a prazo com o mercado são uma fonte importante de financiamento. Os depósitos a prazo encerraram 31 de dezembro de 2022 com um saldo de R\$24.057,6 milhões, representando 82,2% do saldo de captações com o mercado do Banco na data. O saldo de CDBs vem aumentando ao longo dos anos como resultado de sua estratégia de focar em depósitos de longo prazo para varejo, que notoriamente apresenta tickets baixos, visando pulverizar sua base de passivo com um maior número de clientes. Os depósitos são compostos das seguintes linhas: (i) CDB: depósitos a prazo para varejo e investidores institucionais; e (ii) CDI: depósitos interbancários exclusivamente para instituições brasileiras.

Letras financeiras e de crédito

Os recursos do Banco provenientes de aceites e da emissão de títulos incluem letras financeiras e letras de crédito. Em 31 de dezembro de 2022, o Banco tinha R\$ 2.244,8 milhões de letras financeiras e R\$ 100,1 milhões em letras de crédito imobiliário e em letras de crédito do agronegócio em circulação. Do total de letras financeiras em 31 de dezembro de 2022, R\$ 110,9 milhões referem-se a Letras Financeiras Subordinadas Perpétuas e R\$ 559,1 milhões referem-se a Letras Financeiras Subordinadas. Ainda, o Banco tem como estratégia se estabelecer como emissor recorrente, aproximando dos investidores institucionais. Ao longo de 2022, o Banco realizou duas emissões públicas de Letras Financeiras, nos montantes de R\$ 300 milhões e R\$ 220 milhões e realizou duas emissões privadas de Letras Financeiras Subordinadas, nos montantes de R\$ 251 milhões e R\$ 250 milhões.

Cessões de crédito e securitização

O Banco historicamente já realizou cessões de crédito com e sem retenção de riscos e benefícios e securitizações de sua carteira de crédito em troca de pagamentos em dinheiro. Em 31 de dezembro de 2022, o Banco tinha um saldo de R\$ 2.834,5 milhões em empréstimos cedidos com retenção de riscos e benefícios a outras instituições financeiras e a investidores institucionais. Ainda, seguindo a sua estratégia de se estabelecer como emissor recorrente, realizou duas emissões de debêntures via companhia securitizadora ao longo de 2022, nos montantes de R\$ 1 bilhão e de R\$ 500 milhões.

Captações Externas

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, o Banco não tinha captações externas em aberto no seu balanço.

c. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As análises e discussões a seguir fornecem aos investidores informações derivadas das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco, em BACEN GAAP, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

| (Em milhões de R\$, exceto %) | Exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 | | Exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 | | |
|---|--|---------------|--|---------------|--------------|
| | 2022 | AV | 2021 | AV | AH |
| Receita da intermediação financeira | 6.218,4 | 100,0% | 4.670,4 | 100,0% | 33,1% |
| Operações de crédito | 5.132,7 | 82,5% | 3.811,7 | 81,6% | 34,7% |
| Carteira de Crédito ⁽¹⁾ | 5.960,7 | 95,9% | 4.631,7 | 99,2% | 28,7% |
| Comissões de Agentes | (828,0) | -13,3% | (820,0) | -17,6% | 1,0% |
| Resultado de operações com títulos e Valores Mobiliários | 1.085,7 | 17,5% | 858,7 | 18,4% | 26,4% |
| Despesas da intermediação financeira | (3.247,6) | -52,2% | (1.896,2) | -40,6% | 71,3% |
| Captação no mercado | (3.629,2) | -58,4% | (1.987,6) | -42,6% | 82,6% |
| Resultado com instrumentos financeiros | | | | | |
| Derivativos | 447,5 | 7,2% | 118,0 | 2,5% | 279,3% |
| Operações de empréstimos e Repasses | (65,9) | -1,1% | (26,7) | -0,6% | 147,2% |
| Resultado da intermediação financeira antes do crédito para crédito de liquidação duvidosa | 2.970,8 | 47,8% | 2.774,1 | 59,4% | 7,1% |
| Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa | (1.229,9) | -19,8% | (923,4) | -19,8% | 33,2% |
| Recuperação de crédito baixado para prejuízo | 184,1 | 3,0% | 204,1 | 4,4% | -9,8% |
| Resultado Bruto da intermediação financeira | 1.925,0 | 31,0% | 2.054,9 | 44,0% | -6,3% |
| Outras receitas (despesas) operacionais | (1.845,4) | -29,7% | (1.954,6) | -41,9% | -5,6% |
| Receita de prestação de serviços | 147,1 | 2,4% | 76,9 | 1,6% | 91,2% |
| Resultado de participações em coligadas e controladas | 94,8 | 1,5% | 48,0 | 1,0% | 97,7% |
| Despesas com Pessoal | (332,1) | -5,3% | (273,2) | -5,8% | 21,6% |

| (Em milhões de R\$, exceto %) | Exercício social findo em 31 de dezembro de | | Exercício social findo em 31 de dezembro de | | |
|--|---|-------------|---|-------------|---------------|
| | 2022 | AV | 2021 | AV | AH |
| Outras Despesas Administrativas | (1.039,5) | -16,7% | (1.036,1) | -22,2% | 0,3% |
| Despesas tributárias | (174,9) | -2,8% | (138,1) | -3,0% | 26,7% |
| Outras Receitas (Despesas) Operacionais | (540,7) | -8,7% | (632,2) | -13,5% | -14,5% |
| Resultado Operacional | 79,5 | 1,3% | 100,3 | 2,1% | -20,7% |
| Resultado Não Operacional | (0,2) | 0,0% | 27,9 | 0,6% | -100,7% |
| Resultado Antes da tributação sobre o lucro e participações | 79,3 | 1,3% | 128,2 | 2,7% | -38,1% |
| Impostos e Distribuição de Lucro | 146,8 | 2,4% | 113,7 | 2,4% | 29,1% |
| Lucro líquido | 226,2 | 3,6% | 241,9 | 5,2% | -6,5% |

(1) A receita da carteira de crédito é a soma do crédito direto ao consumidor pessoal, da carteira comercial e da variação cambial referente a carteira de empréstimo consignado nos Estados Unidos.

O lucro do Banco atingiu R\$ 226,2 milhões, uma redução de 6,5% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, com relação a R\$ 241,9 milhões para o mesmo período de 2021. A redução no lucro líquido deu-se principalmente pelo aumento no custo de captação decorrente do aumento na curva de juros.

Receita com intermediação financeira

A receita com intermediação financeira aumentou em 33,1% para R\$ 6.218,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, em comparação a R\$ 4.670,4 milhões no mesmo período em 2021, pelos motivos explicados abaixo. A receita com intermediação financeira inclui receita de operações de crédito (que incluem receita de juros da carteira de crédito do Banco e comissões pagas a bancos terceiros correspondentes) e operações de títulos e valores mobiliários.

Receita com operações de crédito

A receita com operações de crédito é composta da receita de juros da carteira e despesas com comissões de agentes e representou 82,5% do total de receita com intermediação financeira do Banco no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. A receita com operações de crédito aumentou 34,7% para R\$ 5.132,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, em comparação a R\$ 3.811,7 milhões no mesmo período em 2021.

- Receita de juros da carteira de crédito. A receita de juros da carteira de crédito do Banco no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 aumentou em 28,7% para R\$ 5.960,7 milhões, em comparação a R\$ 4.631,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento na receita de juros da carteira de crédito do Banco foi atribuível, principalmente, ao aumento da carteira de crédito total, em razão (i) do crescimento do empréstimo consignado que foi impulsionado pela liberação do benefício LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) para elegibilidade aos produtos de consignação, ampliando o público dentro do INSS e pela definição da margem consignável de 35% para o produto; (ii) do lançamento do cartão consignado de benefício para o INSS que ocorreu nos últimos dias de setembro; e (iii) da antecipação do saque aniversário do FGTS.
- Despesas com comissões de agentes. As despesas com comissões de agentes no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 aumentaram em 1,0% para R\$ 828,0 milhões, em comparação a R\$ 820,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. A despesa de comissão mantém a sua tendência de crescimento em linha com o crescimento das operações de crédito. A eficiência na relação de comissão comparada com a receita de crédito vem por meio do crescimento de canais B2C e também a mudança na forma de pagamento e revisão de critérios contábeis.

Receita com operações de títulos e valores mobiliários

A receita com operações de títulos e valores mobiliários aumentou em 26,4% para R\$ 1.085,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, em comparação a R\$ 858,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Tal variação deu-se pelo aumento da taxa básica de juros e pelo aumento no volume de títulos e valores mobiliários detidos pelo Banco, decorrente da estratégia do Banco de aumentar sua posição de caixa visando o crescimento da carteira no curto prazo e da posição de *hedge* natural com a aquisição de NTN-Bs. Ainda, com a estrutura de *hedge* natural, essa linha tende a oscilar de acordo com a oscilação do IPCA, tendo como contrapartida a linha de despesas de captação.

Despesas com Intermediação financeira

As despesas com intermediação financeira aumentaram em 71,3% para R\$ 3.247,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, em comparação a R\$ 1.896,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. As despesas com intermediação financeira incluem despesas com captações no mercado, resultado com instrumentos financeiros derivativos, empréstimos e repasses, os quais são discutidos abaixo.

- Despesas com captações no mercado. As despesas com recursos obtidos no mercado aumentaram em 82,6% para R\$ 3.629,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, em comparação a R\$ 1.987,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Tal aumento ocorreu principalmente devido ao aumento da taxa básica de juros e ao aumento no saldo médio de captações. Conforme descrito acima, devido a estrutura de *hedge* natural, o aumento das despesas de captação em decorrência do IPCA tem como contrapartida a linha de receita com operações de títulos e valores mobiliários.
- Resultado com instrumentos financeiros derivativos. A valorização dos instrumentos financeiros derivativos do Banco aumentou em 279,3%, com uma receita de R\$ 447,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, em comparação com uma receita de R\$ 118,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, devido a variação nos indexadores. O Banco faz uso de instrumentos financeiros derivativos exclusivamente para *hedge* próprio e de clientes, visando a proteção de balanço.
- Despesas com operações de empréstimos e repasses. As despesas com operações de empréstimos e repasses aumentaram em 147,2% para R\$ 65,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, em comparação a R\$ 26,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, principalmente como consequência do aumento na taxa básica de juros no período.

Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

A provisão para crédito de liquidação duvidosa líquida de recuperação de crédito aumentou em 45,4% a uma despesa de R\$ 1.045,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, em comparação a despesa de R\$ 719,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. O crescimento da despesa de crédito de liquidação duvidosa do Banco foi devido ao forte aumento da carteira de crédito no

período. Devido ao perfil de risco seguro da carteira, o Banco mantém o a inadimplência sob controle, o índice over90 encerrou 31 de dezembro de 2022 em 4,9%, em comparação com 4,8% em 2021.

Resultado Bruto da Intermediação Financeira

Como resultado dos fatores acima, o resultado bruto da intermediação financeira do Banco reduziu em 6,3% para R\$ 1.925,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, em comparação a R\$ 2.054,9 milhões no mesmo período em 2021.

Outras receitas (despesas) operacionais

As outras despesas operacionais do Banco reduziram em 5,6% para R\$ 1.845,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, em comparação a R\$ 1.954,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Esta redução nas despesas foi devido (i) ao aumento na receita de prestação de serviços, que é justificado pelo crescimento da receita de intercâmbio advinda do uso para compras do cartão de crédito consignado e dos cartões abertos, bem como do crescimento das receitas de tarifas e *fees* oriundos do segmento de atacado e da nossa parceria com varejistas; e (ii) no maior resultado de participações em coligadas e controladas, impulsionado principalmente pelo crescimento das operações de seguros. Ainda, o Banco segue com o processo de modernização para transformação do Banco para um banco completo e evolução da estratégia FIGITAL. Nesse contexto, o Banco investiu no desenvolvimento de projetos internos atrelados aos negócios, em especial em digitalização, qualidade e novos produtos. Com isso, o Banco investiu na contratação de novos talentos, reforçou seus investimentos em marketing, contratou sistemas e trouxe consultoria e prestadores de serviços para auxiliar em temas específicos.

Ainda, em relação as ações cíveis massificadas, o Banco segue atuando proativamente em duas frentes estratégicas: mitigar a entrada de novas ações e projetos específicos envolvendo matéria jurídica. Atuando na causa raiz, o Banco vem evoluindo por meio de um grupo multifuncional (extrajurídico) que trata de várias iniciativas de forma a melhorar a qualidade da originação. Dentro dessa estratégia, o Banco avançou na implementação de formalizações digitalizadas que representaram 99% da originação em 2022.

Resultado Operacional

Como resultado dos fatores acima indicados, o resultado operacional do Banco diminuiu para um lucro de R\$ 79,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, em comparação a um lucro de R\$ 100,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

Resultado Não Operacional

O resultado não operacional do Banco atingiu um prejuízo de R\$ 0,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, em comparação a um lucro de R\$ 27,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. O resultado de 2021 foi positivamente impactado pelo resultado da diluição da participação societária do Banco na Granito.

Impostos e Distribuição de Lucros

A receita relacionada a imposto de renda, CSLL, imposto de renda e CSLL diferidos e distribuição de lucros (participação nos lucros) foi de R\$ 146,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, em comparação a uma receita de R\$ 113,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Essa variação deveu-se principalmente pelo benefício fiscal pelo pagamento de juros sobre capital próprio que afetou ambos os exercícios sociais, porém com impacto mais evidente no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 como reflexo de um *payout* maior.

FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDO

A tabela a seguir apresenta as principais variações na saída de caixa durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, conforme indicado abaixo:

| <i>(Em milhões de R\$)</i> | Exercício findo em 31 de dezembro de | |
|--|---|---------|
| | 2022 | 2021 |
| Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais | 52,0 | 209,1 |
| Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento | (210,4) | 156,8 |
| Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento | 203,2 | (116,0) |

Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa

44,8

249,9

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou R\$ 52,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 comparado ao caixa gerado de R\$ 209,1 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Essa variação de R\$ 157,1 milhões no caixa líquido gerado pelas atividades operacionais é justificada principalmente pela variação do caixa aplicado em operações de concessão de crédito e nas relações interfinanceiras e interdependências, parcialmente neutralizados pela variação em depósitos e provisões e obrigações fiscais.

Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimento

O caixa líquido aplicado pelas atividades de investimento totalizou R\$ 210,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro 2022 comparado ao caixa gerado de R\$ 156,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Essa variação de R\$ 367,2 milhões no caixa líquido aplicado nas atividades de investimento é justificada principalmente pela redução de capital social da CBFácil, controlada do Banco, e pela aquisição de participação acionária na AF Controle e na Bmg Seguradora.

Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 203,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, comparado ao caixa líquido aplicado de R\$ 116,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Essa variação de R\$ 319,2 milhões no caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento é justificada, principalmente, pela emissão de letras financeiras subordinadas ao longo do ano de 2022, neutralizado pelo pagamento de juros sobre capital próprio.

INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS SELECIONADAS

As informações abaixo foram incluídas para fins analíticos e devem ser lidas em conjunto com os demais itens da seção 2 do Formulário de Referência, bem como com as

Demonstrações Financeiras Consolidadas e com as Demonstrações Financeiras Consolidadas Intermediárias do Banco em BACEN GAAP.

Dados de Balanço Médio e Taxa de Juros

As tabelas abaixo apresentam os saldos médios dos ativos geradores de receita e passivos onerosos do Banco, de outras contas de ativos e passivos, das respectivas receitas e despesas de juros e da taxa/rendimento real médio de cada período. Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, os dados do saldo médio anual foram calculados com base na média da soma dos saldos em cinco datas: em 31 de dezembro e no fim dos quatro trimestres anteriores. Da mesma forma, os dados de rendimento/taxa médios foram calculados com base nas receitas e despesas do período, divididas pelos saldos médios calculados conforme descrito acima.

| <i>(Em milhões de R\$, exceto %)</i> | No e referente ao exercício social findo em | | |
|--|---|----------------|--------------|
| | 31 de dezembro de 2022 | | |
| | Saldo Médio | Receita | Taxa média |
| Ativos: | | | |
| Operações de crédito | 18.434,6 | 5.132,7 | 27,8% |
| Carteira de Crédito | 18.434,6 | 5.960,7 | 32,3% |
| Comissões de Agentes | - | (828,0) | 0,0% |
| Operações de Títulos e Valores Mobiliários | 11.848,4 | 1.085,7 | 9,2% |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | 145,8 | 77,9 | 53,4% |
| Títulos e Valores Mobiliários | 11.702,6 | 1.007,8 | 8,6% |
| Operações de Arrendamento Mercantil | - | - | 0,0% |
| Ativos geradores de receita | 30.283,0 | 6.218,4 | 20,5% |
| Disponibilidades | 314,3 | | |
| Relações Interfinanceiras | 1.579,9 | | |
| Instrumentos Financeiros Derivativos | 358,8 | | |
| Provisão para crédito de liquidação duvidosa | (924,8) | | |
| Outros créditos | 5.990,8 | | |
| Outros valores e bens | 293,6 | | |
| Investimentos | 1.099,8 | | |
| Imobilizado de uso | 66,3 | | |
| Intangível | 281,6 | | |
| Ativos não remunerados | 9.060,3 | | |
| Total de ativos | 39.343,3 | | |

**No e referente ao exercício social findo em 31
de dezembro de 2022**

| | Saldo Médio | Despesas | Taxa média |
|--|--------------------|------------------|-------------------|
| Passivos: | | | |
| Depósitos | 20.865,1 | (2.233,8) | -10,7% |
| Depósitos interbancários | 168,5 | (18,3) | -10,9% |
| Depósitos a prazo | 20.696,6 | (2.215,5) | -10,7% |
| Recursos de aceite e emissão de títulos - local | 9.143,5 | (1.156,5) | -12,6% |
| Captações no mercado aberto ¹ | 6.414,5 | - | 0,0% |
| Valores mobiliários emitidos localmente ² | 2.386,1 | - | 0,0% |
| Dívida subordinada local | 342,9 | - | 0,0% |
| Recursos de aceite e emissão de títulos -exterior ³ | - | (0,8) | 0,0% |
| Valores mobiliários emitidos no exterior | - | - | 0,0% |
| Dívida Subordinada | - | - | 0,0% |
| Empréstimos e Repasses | 585,4 | (65,9) | -11,3% |
| Cessão de Crédito | 1.889,2 | (238,0) | -12,6% |
| Instrumentos Financeiros Derivativos | - | 447,5 | 0,0% |
| Passivos geradores de despesa | 32.483,3 | (3.247,6) | -10,0% |
| Depósitos à vista | 318,9 | | |
| Relações Interfinanceiras | 276,1 | | |
| Outras obrigações | 2.272,5 | | |
| Instrumentos Financeiros Derivativos | 124,1 | | |
| Passivos não remunerados | 2.991,6 | | |
| Participação Minoritária | 0,1 | | |
| Patrimônio Líquido | 3.868,4 | | |
| Total de passivos e patrimônio | 39.343,3 | | |

⁽¹⁾ Esses valores incluem as operações de venda e operações compromissadas.

⁽²⁾ Esses valores incluem as letras financeiras e letras de crédito

⁽³⁾ Esses valores incluem os valores mobiliários emitidos no exterior e a dívida subordinada.

Variações na Receita e Despesas de Juros – Análise de Volume e Taxa

As seguintes tabelas mostram os efeitos das variações em receita e despesas de juros do Banco resultantes das variações nos volumes médios e rendimentos/taxas médios para os períodos apresentados. O Banco calcula as variações no volume e taxa de juros com base na alteração dos saldos médios durante o período e variações nas taxas de juros médias em ativos geradores de receita e passivos onerosos. O Banco aloca a variação líquida dos efeitos combinados do volume e da taxa proporcionalmente ao volume e à taxa médios, em termos absolutos, sem considerar os efeitos positivos e negativos.

(Em milhões de R\$)

Em 31 de dezembro de 2022/2021

| | Aumento/Redução | | |
|--|-----------------------|------------------------------------|-----------------------------------|
| | Volume ⁽¹⁾ | Rendimento/ Taxa ⁽²⁾ | Varição Líquida ⁽³⁾ |
| Ativos remunerados: | | | |
| Operações de crédito | 1.423,7 | (94,7) | 1.329,0 |
| Carteira de Crédito | 1.423,7 | (94,7) | 1.329,0 |
| Comissões de Agentes | - | - | - |
| Operações de Títulos e Valores Mobiliários | 143,0 | 84,0 | 227,0 |
| Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | 28,3 | 43,1 | 71,4 |
| Títulos e Valores Mobiliários | 114,7 | 40,9 | 155,6 |
| Operações de Arrendamento Mercantil | - | - | - |
| Total | 1.566,7 | (10,7) | 1.556,0 |

⁽¹⁾ O volume é obtido por meio da variação dos saldos (que é o saldo do exercício atual subtraído o saldo do exercício anterior) multiplicado pela variação das taxas (que é a taxa do exercício atual subtraída a taxa do exercício anterior), ponderado pelo impacto da variação do volume somado ao efeito do volume. O efeito do volume é obtido através da multiplicação da variação dos saldos com a taxa do exercício anterior. O impacto da variação do volume é obtido pela divisão do efeito do volume pela soma do efeito do volume e do efeito da taxa.

⁽²⁾ O rendimento / taxa é obtido por meio da variação dos saldos (que é o saldo do exercício atual subtraído o saldo do exercício anterior) multiplicado pela variação das taxas (que é a taxa do exercício atual subtraída a taxa do exercício anterior) ponderado pelo impacto da variação da taxa somado ao efeito da taxa. O efeito da taxa é obtido através da multiplicação da variação da taxa com o saldo do exercício anterior. O impacto da variação da taxa é obtido pela divisão do efeito da taxa pela soma do efeito do volume e efeito da taxa.

⁽³⁾ A variação líquida é obtida pela soma do volume (1) com o rendimento/taxa (2).

(Em milhões de R\$)

Em 31 de dezembro de 2022/2021

| | Aumento/Redução | | |
|--|-----------------------|------------------------------------|-----------------------------------|
| | Volume ⁽¹⁾ | Rendimento/ Taxa ⁽²⁾ | Varição Líquida ⁽³⁾ |
| Passivos remunerados: | | | |
| Depósitos | (598,8) | (169,6) | (768,4) |
| Depósitos interbancários | (12,8) | (1,3) | (14,1) |
| Depósitos a prazo | (586,0) | (168,3) | (754,3) |
| Recursos de aceite e emissão de títulos - locais | (97,0) | (682,4) | (779,4) |
| Captações no mercado aberto | - | - | - |
| Valores mobiliários emitidos localmente | - | - | - |
| Dívida subordinada local | - | - | - |
| Recursos de aceite e emissão de títulos – exterior | - | - | - |
| Valores mobiliários emitidos no exterior | - | - | - |
| Dívida Subordinada | - | - | - |
| Empréstimos e repasses | 4,2 | (43,4) | (39,3) |
| Cessões de Crédito | (19,0) | (61,2) | (80,2) |
| Total | (710,6) | (956,6) | (1.667,3) |

⁽¹⁾ O volume é obtido por meio da variação dos saldos (que é o saldo do exercício atual subtraído o saldo do exercício anterior) multiplicado pela variação das taxas (que é a taxa do exercício atual subtraída a taxa do exercício anterior),

ponderado pelo impacto da variação do volume somado ao efeito do volume. O efeito do volume é obtido através da multiplicação da variação dos saldos com a taxa do exercício anterior. O impacto da variação do volume é obtido pela divisão do efeito do volume pela soma do efeito do volume e do efeito da taxa.

⁽²⁾ O rendimento / taxa é obtido por meio da variação dos saldos (que é o saldo do exercício atual subtraído o saldo do exercício anterior) multiplicado pela variação das taxas (que é a taxa do exercício atual subtraída a taxa do exercício anterior) ponderado pelo impacto da variação da taxa somado ao efeito da taxa. O efeito da taxa é obtido através da multiplicação da variação da taxa com o saldo do exercício anterior. O impacto da variação da taxa é obtido pela divisão do efeito da taxa pela soma do efeito do volume e efeito da taxa.

⁽³⁾ A variação líquida é obtida pela soma do volume (1) com o rendimento/taxa (2).

Margem Líquida de Juros e Spread

A seguinte tabela demonstra o saldo médio dos ativos geradores de receita e passivos onerosos e receita de juros líquida do Banco, e compara a margem líquida de juros e o spread líquido de juros para o período indicado.

| (Em milhões de R\$, exceto %) | Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 |
|--|--|
| Saldo médio dos ativos geradores de receita | 30.283,0 |
| Saldo médio dos passivos onerosos | 32.483,3 |
| Receita de juros líquida ⁽¹⁾ | 2.970,8 |
| Taxa de juros do saldo médio dos ativos geradores de receita | 20,5% |
| Taxa de juros do saldo médio dos passivos onerosos | 10,0% |
| Rendimento líquido em ativos geradores de receita ⁽²⁾ | 10,5% |
| Margem Líquida de Juros ⁽³⁾ | 15,4% |

⁽¹⁾ Receita com intermediação financeira menos despesas com intermediação financeira.

⁽²⁾ Diferença entre o rendimento médio da média dos ativos geradores de receita (incluindo despesa com comissões de crédito) e o rendimento médio da média dos passivos onerosos.

⁽³⁾ Com base na DRE Gerencial: resultado bruto com intermediação financeira (excluindo despesas de comissões de agentes) antes da provisão para crédito de liquidação duvidosa mais receita com serviços prestados como percentual da média dos ativos geradores de receita.

Retorno de Capital e Ativos

A tabela a seguir apresenta os indicadores financeiros selecionados para o período indicado.

| (Em milhões de R\$, exceto %) | Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 |
|--|--|
| Lucro líquido | 226,2 |
| Total de ativos médios | 39.343,3 |
| Patrimônio líquido médio | 3.868,4 |
| Retorno em ativos médios ⁽¹⁾ | 0,6% |
| Retorno de capital médio ⁽²⁾ | 5,8% |
| Patrimônio líquido médio como percentual da média do total de ativos | 9,8% |

Taxa de pagamento de dividendos⁽³⁾:

| | |
|--|-------|
| Total de dividendos declarados mais juros sobre capital próprio ⁽³⁾ | 213,0 |
| Total de dividendos declarados mais juros sobre capital próprio como % liquidado lucro líquido | 94,2% |

⁽¹⁾ Lucro líquido como percentual da média do total de ativos.

⁽²⁾ Lucro líquido como percentual do patrimônio líquido médio.

⁽³⁾ No exercício social de 2022 foi declarado apenas juros sobre capital próprio.

Carteira de Títulos e Valores Mobiliários

A tabela abaixo apresenta a carteira de títulos e valores mobiliários do Banco nas datas indicadas. O Banco declara a negociação e a disponibilidade para venda de valores mobiliários ao seu valor justo e valores mobiliários detidos até o vencimento ao seu custo amortizado de compra mais ganhos acumulados. O Banco apresenta instrumentos financeiros derivativos ao seu valor justo; se o valor justo de um instrumento financeiro derivativo for negativo, esse valor é registrado no passivo. Consulte a nota 2(e) das demonstrações financeiras consolidadas do Banco para uma descrição aprofundada do tratamento títulos e valores mobiliários do Banco.

| (Em milhões de R\$, exceto %) | Em 31 de dezembro de | |
|---|----------------------|---------------|
| | 2022 | % do Total |
| Títulos disponíveis para venda: | | |
| Títulos Públicos Federais | 1.395,1 | 11,5% |
| Debêntures | 1.123,0 | 9,3% |
| Certificado de Recebíveis do Agronegócio | 30,2 | 0,2% |
| Certificado de Recebíveis Imobiliários | 64,3 | 0,5% |
| Cotas de fundos de investimento | 242,9 | 2,0% |
| Títulos no exterior | 9,7 | 0,1% |
| Subtotal | 2.865,1 | 23,7% |
| Títulos para negociação: | | |
| Títulos Públicos Federais | 1.495,4 | 12,4% |
| Ações | 22,9 | 0,2% |
| Subtotal | 1.518,3 | 12,6% |
| Títulos mantidos até o Vencimento: | | |
| Títulos Públicos Federais | 7.207,7 | 59,6% |
| Debêntures | 292,0 | 2,4% |
| Subtotal | 7.499,7 | 62,0% |
| Instrumentos financeiros derivativos | 203,8 | 1,7% |
| Total | 12.086,8 | 100,0% |

Distribuição no Vencimento da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários

A tabela a seguir estabelece as datas de vencimento contratuais, em 31 de dezembro de 2022, dos títulos e valores mobiliários do Banco disponibilizados para venda, para negociação e mantidos até o vencimento, bem como as datas de vencimento dos instrumentos financeiros derivativos que apresentam uma posição de ativo nessa data. Em 31 de dezembro de 2022, o Banco não detinha valores mobiliários isentos de impostos na sua carteira.

(Em milhões de R\$)

| | Em 31 de dezembro de 2022 | | | | | | | Total | Em % do Total |
|---|---------------------------|----------------|--------------------|--------------------|------------------------|-------------------------|----------------------|-----------------|---------------------|
| | Sem Vencimento | Até 30 dias | De 31 a 60 dias | De 61 a 90 dias | De 91 a 180 dias | De 181 a 360 dias | Acima de 360 dias | | |
| Títulos disponíveis para venda: | | | | | | | | | |
| Títulos Públicos Federais | - | 1,8 | 66,6 | - | - | 197,6 | 1.129,0 | 1.395,1 | 11,5% |
| Debêntures | - | - | - | - | - | 72,0 | 1.051,0 | 1.123,0 | 9,3% |
| Certificado de Recebíveis do Agronegócio | - | - | - | - | - | - | 30,2 | 30,2 | 0,2% |
| Certificado de Recebíveis Imobiliários | - | - | - | - | 11,0 | - | 53,3 | 64,3 | 0,5% |
| Cotas de fundos de investimento | 242,9 | - | - | - | - | - | - | 242,9 | 2,0% |
| Títulos no exterior | - | 9,7 | - | - | - | - | - | 9,7 | 0,1% |
| Total | 242,9 | 11,5 | 66,6 | - | 11,0 | 269,6 | 2.263,5 | 2.865,1 | 23,7% |
| Títulos para negociação | | | | | | | | | |
| Títulos Públicos Federais | - | 1.495,4 | - | - | - | - | - | 1.495,4 | 12,4% |
| Ações | 22,9 | - | - | - | - | - | - | 22,9 | 0,2% |
| Total | 22,9 | 1.495,4 | - | - | - | - | - | 1.518,3 | 12,6% |
| Títulos mantidos até o vencimento: | | | | | | | | | |
| Títulos Públicos Federais | - | 122,9 | (24,4) | (27,1) | 1.113,0 | (112,5) | 6.135,8 | 7.207,7 | 59,6% |
| Debêntures | - | - | - | - | - | - | 292,0 | 292,0 | 2,4% |
| Total | - | 122,9 | (24,4) | (27,1) | 1.113,0 | (112,5) | 6.427,8 | 7.499,7 | 62,0% |
| Instrumentos financeiros derivativos | - | 16,7 | 5,0 | 4,6 | 139,5 | 5,9 | 32,1 | 203,8 | 1,7% |
| Total | 265,8 | 1.646,5 | 47,2 | (22,5) | 1.263,4 | 163,0 | 8.723,4 | 12.086,8 | 100,0% |

Instrumentos Financeiros Derivativos

A tabela a seguir estabelece os instrumentos financeiros derivativos do Banco na referida data.

Em 31 de dezembro de 2022

| | Ativo (passivo) | Valor nominal |
|--------------------------|------------------------|----------------------|
| | (em milhões de R\$) | |
| Operações de Swap | | |
| Diferencial a receber | 203,8 | 994,7 |
| Diferencial a pagar | (52,4) | 484,3 |
| Total | 151,4 | 1.479,1 |

Depósitos Compulsórios do Banco Central do Brasil

Em 31 de dezembro de 2022, de acordo com a Resolução BACEN nº 189 de 23 de fevereiro de 2022 e Resolução BCB nº 145 de 24 de setembro de 2021, o Banco mantinha compulsório de depósitos a prazo no valor de R\$ 1.210,7 milhões.

Operações de Crédito

A tabela a seguir resume a carteira de crédito do Banco em aberto por categoria de operação. Com exceção da carteira de crédito pessoal “Empréstimo Consignado nos Estados Unidos”, todos as operações de crédito do Banco são com tomadores domiciliados no Brasil.

| (Em milhões de R\$) | Em 31 de dezembro de |
|--|-----------------------------|
| | 2022 |
| Tipo de operações de crédito: | |
| Crédito pessoal ⁽¹⁾ | 15.717,4 |
| Veículos | 0,1 |
| Carteira comercial ⁽²⁾ | 2.265,3 |
| Operações de crédito cedidas ⁽³⁾ | 4.006,7 |
| Financiamentos à Importação | 23,9 |
| Subtotal | 22.013,4 |
| Outros créditos ⁽⁴⁾ | 1.843,1 |
| Total antes da provisão para crédito de liquidação duvidosa | 23.856,5 |
| Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa | (1.102,2) |
| Total | 22.754,3 |

⁽¹⁾ Refere-se às carteiras de cartão de crédito consignado, empréstimo consignado, cartão consignado de benefício, crédito na conta, cartão de crédito aberto, antecipação FGTS, empréstimo consignado nos Estados Unidos, Lendico e empréstimo imobiliário, exceto contratos classificados em operações de crédito cedidas e outros créditos.

⁽²⁾ Refere-se às operações de atacado (operações estruturadas e empresas), exceto contratos classificados em operações de crédito cedidas, outros créditos e financiamento à importação.

⁽³⁾ Refere-se às operações de crédito cedidas de crédito pessoal.

⁽⁴⁾ Refere-se a transações de pagamento (PJ Varejo), compras a faturar do cartão de crédito consignado e cartão de crédito aberto e a carteira de câmbio.

Os principais tipos de produtos são os seguintes:

Produtos de Varejo:

- **CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO.** É o principal produto do Banco. Trata-se de cartão de crédito consignado a aposentados e pensionistas do INSS e a servidores públicos, cujo pagamento mínimo é descontado diretamente na folha de pagamento a partir dos benefícios e salários. A forma de pagamento via consignação deste produto permite ao Banco praticar taxas significativamente mais baixas do que as cobradas por cartões de crédito tradicionais ou outros créditos pessoais.
- **EMPRÉSTIMO CONSIGNADO.** Assim como o cartão de crédito consignado, o empréstimo consignado é um produto estratégico para o Banco, dado que permite o relacionamento primário com o cliente e a oferta completa de produtos e serviços. O produto consiste em empréstimos consignados concedidos a aposentados e pensionistas do INSS e servidores públicos cujo pagamento mínimo é deduzido diretamente da folha de pagamento.
- **CARTÃO CONSIGNADO DE BENEFÍCIO.** O cartão consignado de benefício é um cartão de crédito que, além da taxa de juros reduzida dado o seu perfil de consignação, tem o diferencial de contar com benefícios extras para aposentados, pensionistas do INSS e servidores públicos, tais como seguro de vida, auxílio funeral e desconto em farmácias.
- **CRÉDITO NA CONTA.** São créditos pessoais cujo pagamento de juros e principal é deduzido diretamente das contas correntes individuais dos aposentados e pensionistas do INSS e de servidores públicos. Esta linha de crédito é complementar às linhas de produtos consignáveis, proporcionando aos clientes acesso a mais uma linha de financiamento caso precisem atender necessidades de crédito emergenciais.
- **CARTÃO DE CRÉDITO ABERTO.** São cartões de crédito vinculados ao banco digital, incluindo as parcerias com clubes de futebol e varejistas.
- **ANTECIPAÇÃO FGTS.** É a antecipação do saque-aniversário do FGTS. O saque-aniversário é um opcional que permite a retirada de parte do saldo da conta do FGTS

(Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), anualmente, no mês de aniversário de acordo com as faixas de saldo pré-definidas.

- **EMPRÉSTIMO CONSIGNADO NOS ESTADOS UNIDOS.** A Bmg Money, empresa detida por acionistas do Banco, oferece crédito consignado para funcionários do setor público nos Estados Unidos por meio de acordos de participação (*participation agreements*) celebrados entre Bmg Cayman, subsidiária integral do Banco e Bmg Money, nos termos dos quais o Bmg Cayman pode adquirir uma participação nos empréstimos consignados realizados pelo Bmg Money nos Estados Unidos. Essa operação é refletida no Banco em decorrência dos referidos acordos de participação (*participation agreements*) e da consolidação de tal subsidiária nos demonstrativos do Banco.
- **PJ VAREJO.** Refere-se a carteira de antecipação de recebíveis junto às bandeiras dos cartões de crédito, inclui também o cartão de crédito PJ atrelado as contas digitais. Essa carteira faz parte da estratégia do Banco de atuar em um ecossistema completo de varejo no Brasil: oferecer serviços bancários completos, incluindo soluções de pagamentos para os estabelecimentos comerciais e seus funcionários, tais como folha de pagamento, capital de giro, seguros e investimentos.

Produtos de Atacado:

- **OPERAÇÕES ESTRUTURADAS.** Refere-se a antecipação de recebíveis das comissões pagas pelo Banco ao longo do prazo dos contratos originados pelos correspondentes e antecipação de recebíveis dos direitos televisivos dos clubes de futebol.
- **EMPRESAS.** Para empresas nos segmentos de Corporate e Middle Market, o Banco oferece financiamento e prestação de serviços financeiros estruturados, focando em produtos com baixa alocação de capital, como proteção de balanço, seguros e serviços de *investment banking* como assessoria em M&A, DCM e ECM.

Produtos Securitários:

- **SEGUROS MASSIFICADOS.** O Banco, por meio da sua subsidiária indireta Bmg Corretora de Seguros, oferece aos seus clientes seguros massificados, incluindo seguro prestamista e de vida.

- **BMG SEGUROS.** O Banco, por meio de sua subsidiária indireta, Bmg Seguros, oferece seguros garantias aos seus clientes corporativos, em especial garantia de oferta, garantia de desempenho, garantias judiciais e garantias de pagamento. Atua também com seguro P&C (Property and Casualty), D&O (Directors and Officers), E&O (Errors and Omissions), entre outros.

Vencimentos da Carteira de Crédito

A tabela a seguir apresenta a distribuição de vencimentos da carteira de crédito por tipo em 31 de dezembro de 2022.

| | | Em 31 de dezembro de 2022 | | | | | | | Carteira de crédito após a provisão para crédito | Provisão para crédito | Carteira de crédito após a provisão para crédito |
|---------------------|----------------|---------------------------|--------------|-----------------|-----------------|------------------|-------------------|-------------------|--|-------------------------|--|
| | | Vincendo | | | | | | | | | |
| (Em milhões de R\$) | | Vencido | Até 30 dias | De 31 a 60 dias | De 61 a 90 dias | De 91 a 180 dias | De 181 a 360 dias | Acima de 360 dias | Carteira de crédito Total | de liquidaçã o duvidosa | de liquidaçã o duvidosa |
| Crédito pessoal | 1.323,2 | 7.211,0 | 762,8 | 420,8 | 1.160,2 | 1.694,7 | 8.255,1 | 20.827,8 | 1.044,8 | 19.783,0 | |
| CDC veículos | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,1 | 0,1 | (0,0) | |
| Carteira comercial | 56,4 | 512,0 | 206,4 | 187,2 | 160,8 | 294,7 | 1.611,1 | 3.028,6 | 57,3 | 2.971,4 | |
| Total | 1.379,6 | 7.723,0 | 969,2 | 608,1 | 1.321,0 | 1.989,4 | 9.866,3 | 23.856,5 | 1.102,2 | 22.754,3 | |

Principais Devedores

As tabelas abaixo fornecem determinadas informações relacionadas aos principais devedores do Banco, de acordo com regras de classificação determinadas pelo Banco Central do Brasil, nas datas apresentadas:

| | Em 31 de dezembro de | |
|--------------------------------------|----------------------|---------------|
| | 2022 | % da carteira |
| Maior devedor | 151,2 | 0,6% |
| 10 maiores devedores sucessivos..... | 874,7 | 3,7% |
| 20 maiores devedores sucessivos..... | 1.231,9 | 5,2% |
| 50 maiores devedores sucessivos..... | 1.820,8 | 7,6% |
| 100 maiores devedores sucessivos | 2.259,6 | 9,5% |
| Total da carteira de crédito | 23.856,5 | 100,0% |

Provisão para crédito de liquidação duvidosa

A provisão do Banco para créditos de liquidação duvidosa destina-se a ajustar o valor da sua carteira de crédito para prováveis créditos de liquidação duvidosa. O Banco determina o valor da sua provisão para créditos de liquidação duvidosa para a sua carteira de crédito seguindo os critérios de risco de crédito estabelecidos pela Resolução Conselho Monetário Nacional nº 2.682/99.

Créditos baixados para prejuízo

De acordo com a Resolução Conselho Monetário Nacional nº 2.682/99, as operações de crédito com vencimento em até 36 meses e as operações de crédito com vencimento acima de 36 meses são baixados para prejuízo quando estão vencidos há 360 dias e 540 dias, respectivamente.

Inadimplência e Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

A tabela a seguir apresenta um resumo das operações de crédito inadimplentes do Banco (que são classificados como “E” a “H” nos termos dos critérios de riscos creditórios do Conselho Monetário Nacional) e também na metodologia Over90 (operações de crédito em atraso acima de 90 dias), em conjunto com determinados índices de qualidade de ativos nas datas indicadas.

| <i>(Em milhões de R\$, exceto %)</i> | Em 31 de dezembro de 2022 |
|--|--------------------------------------|
| Carteira de crédito total | 23.856,5 |
| Créditos inadimplentes (“classificados de ‘E’ a ‘H’”) | 1.208,7 |
| Provisão para crédito de liquidação duvidosa | 1.102,2 |
| Baixa para prejuízo líquida de recuperação ⁽³⁾ | 794,3 |
| Créditos inadimplentes como percentual da carteira de crédito total ⁽¹⁾ | 5,1% |
| Créditos inadimplentes over90 como percentual da carteira total | 4,9% |
| Provisão para crédito de liquidação duvidosa como percentual da carteira de crédito total | 4,6% |
| Provisão para crédito de liquidação duvidosa como percentual dos créditos inadimplentes ⁽²⁾ | 91,2% |
| Baixa para prejuízo líquida de recuperação como percentual da carteira de crédito total | 3,3% |

⁽¹⁾ Operações de créditos inadimplentes são créditos classificados como “E” a “H” nos termos dos critérios de riscos creditórios do Conselho Monetário Nacional como um percentual da carteira de crédito total do Banco.

⁽²⁾ Saldo de provisão para crédito de liquidação duvidosa como percentual de créditos inadimplentes (créditos que são classificados como “E” a “H” nos termos dos critérios de riscos creditórios do Conselho Monetário Nacional).

⁽³⁾ Saldo refere-se aos Créditos de liquidação duvidosa baixados a débito de provisão menos Créditos recuperados.

A tabela a seguir apresenta a carteira de crédito total do Banco por produto e os saldos correspondentes dos créditos inadimplentes do Banco em 31 de dezembro de 2022:

(Em milhões de R\$, exceto %)

| Tipo de Operações de Crédito | Em 31 de dezembro de 2022 | | |
|---|---------------------------|------------------------------|---|
| | Carteira de Crédito Total | Créditos Inadimplentes (E-H) | Créditos Inadimplentes como % da Carteira de Crédito Total ⁽¹⁾ |
| Crédito Pessoal ⁽²⁾ | 15.717,4 | 1.152,8 | 7,3% |
| CDC – veículos | 0,1 | 0,1 | 100,6% |
| Comercial ⁽³⁾ | 2.265,3 | 37,8 | 1,7% |
| Operações de crédito cedidas ⁽⁴⁾ | 4.006,7 | 17,9 | 0,4% |
| Financiamentos à importação | 23,9 | - | 0,0% |
| Subtotal | 22.013,4 | 1.208,7 | 5,5% |
| Outros Créditos ⁽⁵⁾ | 1.843,1 | - | 0,0% |
| Carteira de crédito total | 23.856,5 | 1.208,7 | 5,1% |

⁽¹⁾ Créditos inadimplentes são créditos classificados como “E” a “H” nos termos dos critérios de riscos creditórios do Conselho Monetário Nacional como um percentual da carteira de crédito total do Banco.

⁽²⁾ Refere-se às carteiras de cartão de crédito consignado, empréstimo consignado, cartão consignado de benefício, crédito na conta, cartão de crédito aberto, antecipação FGTS, empréstimo consignado nos Estados Unidos, Lendico e empréstimo imobiliário, exceto contratos classificados em operações de crédito cedidas e outros créditos.

⁽³⁾ Refere-se às operações de atacado (operações estruturadas e empresas) exceto contratos classificados em operações de crédito cedidas e outros créditos e financiamento à importação.

⁽⁴⁾ Refere-se às operações de crédito cedidas de crédito pessoal e carteira comercial.

⁽⁵⁾ Refere-se a transações de pagamento (PJ Varejo), compras a faturar do cartão de crédito consignado e a carteira de câmbio.

Classificação de Operações de Crédito

A tabela a seguir apresenta a classificação da carteira de crédito total do Banco de acordo com a categoria de risco em 31 de dezembro de 2022, na qual “A” representa o risco creditório mínimo e “H” representa um risco creditório extremamente alto. Em 31 de dezembro de 2022, 93,7% da carteira de crédito do balanço patrimonial do Banco estava classificado nas categorias de risco creditório “AA”, “A”, “B” ou “C”.

(Em milhões de R\$, exceto %)

| Nível de Risco | % da Carteira de Crédito Total | Carteira de Crédito Total | Provisão para crédito de liquidação duvidosa | |
|----------------|--------------------------------|---------------------------|--|----------------|
| | | | Mínimo exigido pelo Banco Central | Real |
| AA | 2,6% | 629,7 | - | - |
| A | 88,2% | 21.045,9 | 105,2 | 105,2 |
| B | 1,5% | 351,8 | 3,5 | 3,5 |
| C | 1,4% | 324,3 | 9,7 | 9,7 |
| D | 1,2% | 296,1 | 35,3 | 35,3 |
| E | 0,8% | 186,8 | 56,1 | 56,1 |
| F | 0,7% | 174,5 | 90,3 | 90,3 |
| G | 0,6% | 150,6 | 105,4 | 105,4 |
| H | 2,9% | 696,7 | 696,7 | 696,7 |
| Total | 100,0% | 23.856,5 | 1.102,2 | 1.102,2 |

Provisão para crédito de liquidação duvidosa

A tabela a seguir apresenta a evolução da provisão para crédito de liquidação duvidosa do Banco para o período indicado.

(Em milhões de R\$)

| | Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 |
|---|---|
| Saldo do início do período | 850,6 |
| Constituição da provisão | 1.229,9 |
| Baixas para prejuízo (a) | (978,4) |
| Saldo do fim do período | 1.102,2 |
| Créditos recuperados (b) | 184,1 |
| Valores líquidos incobráveis (a + b) | (794,3) |

Com base nas informações disponíveis com relação aos tomadores de crédito, o Banco acredita que a provisão acumulada do Banco para crédito de liquidação duvidosa é suficiente para cobrir prováveis créditos de liquidação duvidosa da carteira de crédito total do Banco.

Alocação da Provisão para crédito de liquidação duvidosa

As tabelas abaixo estabelecem a alocação da provisão para crédito de liquidação duvidosa nas datas indicadas.

(Em milhões de R\$, exceto %)

| | Em 31 de dezembro de 2022 | | |
|--------------------------------------|---------------------------|--|---|
| | Provisão alocada | Provisão alocada como % do tipo de operação de crédito | Categoria de empréstimo como % da carteira de crédito total |
| Tipo de operações de crédito: | | | |
| Crédito pessoal | 1.044,8 | 5,0% | 87,3% |
| Financiamento de veículos | 0,1 | 100,0% | 0,0% |
| Comercial | 57,3 | 1,9% | 12,7% |
| Total | 1.102,2 | 4,6% | 100,0% |

Média de Saldos de Depósitos e Taxas de Juros

A tabela a seguir apresenta a média de saldos de depósitos e a média da taxa de juros paga sobre depósitos para o período indicado.

(em milhões de R\$, exceto %)

| | Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 | |
|--------------------------|---|------------------------------------|
| | Saldo Médio ⁽¹⁾ | Taxa de Juros Média ⁽²⁾ |
| Depósitos | 20.865,1 | -10,7% |
| Depósitos interbancários | 168,5 | -10,9% |
| Depósitos a prazo | 20.696,6 | -10,7% |

⁽¹⁾ Os dados do saldo médio anual foram calculados com base na média da soma dos saldos em cinco datas: em 31 de dezembro, 30 de setembro, 30 de junho, 31 de março e 31 de dezembro de ano anterior, para cada um dos exercícios sociais.

⁽²⁾ A taxa de juros média foi calculada com base nas despesas do período, divididas pelos saldos médios calculados conforme descrito acima.

Vencimento dos Depósitos

As seguintes tabelas estabelecem informações com relação ao vencimento dos depósitos do Banco nas datas indicadas.

(Em milhões de R\$)

| | Em 31 de dezembro de 2022 |
|---|---------------------------|
| | CDB / CDI |
| Vencimento em até 3 meses | 1.592,7 |
| Vencimento depois de 3 meses, mas em até 6 meses | 1.656,2 |
| Vencimento depois de 6 meses, mas em até 12 meses | 2.863,3 |
| Vencimento depois de 12 meses | 18.531,9 |
| Total | 24.644,1 |

Recursos de aceite e emissão de títulos

Valores mobiliários emitidos no exterior: os recursos do Banco provenientes de aceite e emissão de títulos incluem valores mobiliários emitidos pelo Banco no exterior. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, o Banco não realizou captações no mercado internacional.

Letras Financeiras e Letras de Crédito: os recursos do Banco provenientes de aceite e emissão de títulos incluem valores mobiliários que o Banco emitiu no Brasil. A tabela a seguir apresenta informações sobre o vencimento das letras financeiras e letras de crédito em aberto do Banco por vencimento, na data indicada.

| <i>(Em milhões de R\$)</i> | Em 31 de dezembro de 2022 | |
|---|----------------------------------|----------------|
| | LF / LCI / LCA | |
| Vencimento em até 3 meses | | 52,8 |
| Vencimento depois de 3 meses, mas em até 6 meses | | 53,0 |
| Vencimento depois de 6 meses, mas em até 12 meses | | 510,6 |
| Vencimento depois de 12 meses | | 1.973,1 |
| Total | | 2.589,4 |

Índices de Basileia e Requisitos de Capital Mínimo

Em outubro de 2013, entrou em vigor um novo arcabouço regulatório visando a implementação da estrutura do Acordo de Basileia III no Brasil, definindo novo conjunto de requerimentos para instituições financeiras, conforme abaixo.

Com o objetivo de fortalecer a estrutura de capital dos bancos e elevar a resiliência do sistema financeiro, o Acordo de Basileia III introduziu novas definições e exigências de capital que foram implementadas gradualmente até 2019. No Brasil, atualmente, as instituições financeiras, incluindo o Banco, devem manter os seguintes requisitos mínimos obrigatórios: I. Capital Principal de no mínimo 4,5%; II. Nível I de no mínimo 6%; III. Capital Regulatório Total de no mínimo 8%; IV. Capital de Conservação (ACP) de no mínimo 2,5%, totalizando 10,5% de exigência de capital.

O Banco informa seus requerimentos de capital de forma consolidada, incluindo o patrimônio de subsidiárias e afiliadas de propriedade majoritária e minoritária. O Banco calcula seu capital mínimo exigido de acordo com os parâmetros definidos pelas Resoluções nº 4.955 e nº 4.958, ambas de 21 de outubro de 2021. O índice entre o patrimônio de referência em relação aos ativos ponderados pelo risco foi de 13,5% em 31 de dezembro de 2022. A relação entre o Capital Nível I e o total de ativos ponderados pelo risco era de 11,3% em 31 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2022, os

ativos de liquidez de alta qualidade do Banco totalizavam R\$ 4.345,5 milhões e o seu índice de cobertura de liquidez, calculado por meio do total de ativos de alta qualidade e saídas líquidas por um período de 30 dias (LCR), era de 928%.

Exposição do Banco a Variações na Taxa de Câmbio

A maioria das operações do Banco é denominada em Real. Entretanto, conforme informações apresentadas no quadro do item 4.3, o Banco também tem exposição ao risco cambial, tanto em decorrência de ativos, passivos e itens fora do balanço patrimonial do Banco que são denominados ou indexados a moedas que não sejam o Real, tanto como resultado de negociação quanto no curso regular das atividades bancárias. O Banco busca controlar a exposição às movimentações de taxas de câmbio através do gerenciamento e monitoramento de disparidades de taxa de câmbio relevantes, conforme determina a sua Política de Risco de Mercado.

Em 31 de dezembro de 2022, a exposição líquida consolidada em moeda estrangeira do Banco era de -R\$ 18,5 milhões, ou 0,57% do patrimônio de referência do Banco. A exposição líquida consolidada em moeda estrangeira é a diferença entre o total de ativos indexados ou denominados em moeda estrangeira e o total de passivos indexados ou denominados em moeda estrangeira, incluindo instrumentos financeiros derivativos a valor justo.

A posição de moeda estrangeira do Banco também resulta da compra e venda de moeda estrangeira (principalmente dólares norte-americanos) pelo Banco de exportadores e importadores brasileiros, de outras instituições financeiras no mercado interbancário e em operações nos mercados de câmbio spot e futuro. O Banco Central do Brasil regula as posições cambiais do Banco.

Em 31 de dezembro de 2022, a composição dos ativos, passivos e exposição cambial líquida denominados em moeda estrangeira do Banco era como segue.

| <i>(Em milhões de R\$, exceto %)</i> | Em 31 de dezembro de 2022 |
|--|----------------------------------|
| Ativos denominados em moeda estrangeira | 3.516,7 |
| Passivos denominados em moeda estrangeira | 3.498,3 |
| Posição líquida de longo prazo | 77,8 |
| Posição líquida de curto prazo | 100,0 |
| Exposição cambial líquida ⁽¹⁾ | (18,5) |
| Patrimônio de referência | 3.250,6 |
| Exposição cambial líquida como % do patrimônio de referência | 0,57% |



Exposição cambial líquida máxima regulatória

30,0%

⁽¹⁾ Exposição cambial líquida calculada conforme a Circular nº3641 de 04/03/2013 do Banco Central do Brasil.

O caixa e os disponíveis do Banco em moeda estrangeira estão, principalmente, em dólares norte-americanos. Eventualmente, o Banco também pode possuir valores denominados em outras moedas estrangeiras, porém em baixa relevância, de modo que a exposição cambial do Banco é primordialmente em dólar norte-americano.

Adicionalmente, o Banco celebra contratos de derivativos de curto prazo com outras instituições para gerenciar sua exposição geral, bem como auxiliar clientes no gerenciamento de suas respectivas exposições. Essas operações envolvem contratos de derivativos, incluindo *swaps* cambiais e futuros. Em 31 de dezembro de 2022, o Banco possuía R\$ 2.310,5 milhões (em valor nominal) de derivativos cambiais.

Anexo II - Proposta da Administração para Destinação do Lucro Líquido (Anexo A da Resolução CVM nº 81)

1. Informar o lucro líquido do exercício.

R\$ 226.151.208,24 (duzentos e vinte e seis milhões, cento e cinquenta e um mil, duzentos e oito reais e vinte e quatro centavos), conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN GAAP”).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

O montante global bruto de R\$ 213.000.000,00 (duzentos e treze milhões de reais) foi declarado a título de juros sobre capital próprio, que corresponde ao valor bruto de R\$ 0,365332906 por ação ordinária e preferencial de emissão do Banco. Sobre o referido valor foi efetuada a dedução de 15% (quinze por cento) a título de Imposto de Renda Retido na Fonte, exceto aos acionistas comprovadamente imunes ou isentos, de acordo com o artigo 9º da Lei nº 9.249/95, sendo atribuído o valor líquido de R\$ 0,310532970 por ação ordinária e preferencial representativa do capital social do Banco. Referidos juros a título de remuneração sobre o capital próprio foram aprovados pelo Conselho de Administração do Banco em reuniões realizadas em 13 de outubro de 2022 e 15 de dezembro de 2022.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

94,18% (noventa e quatro inteiros e dezoito centésimos por cento).

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

Não aplicável, uma vez que não há dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

Não aplicável, uma vez que não haverá distribuição adicional aos juros sobre capital próprio já declarados.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.

Não aplicável, uma vez que não haverá distribuição adicional aos juros sobre capital próprio já declarados.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

Não aplicável.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

Não aplicável.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

a. informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.

Os juros sobre o capital próprio foram aprovados pelo Conselho de Administração do Banco em (i) reunião realizada em 13 de outubro de 2022, no valor total bruto de R\$ 140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de reais) referentes aos nove primeiros meses de 2022, sendo atribuído o valor bruto de R\$ 0,240124915 por ação ordinária e preferencial representativa do capital social do Banco; e (ii) reunião realizada em 15 de dezembro de 2022, no valor total bruto de R\$ 73.000.000,00 (setenta e três milhões de reais) referentes ao quarto trimestre de 2022, sendo atribuído o valor bruto de R\$ 0,125207991 por ação ordinária e preferencial nominativa representativa do capital social

do Banco. Sobre os referidos valores foi efetuada a dedução de 15% (quinze por cento) a título de Imposto de Renda Retido na Fonte, exceto para os acionistas comprovadamente imunes ou isentos, de acordo com o artigo 9º da Lei nº 9.249/95, sendo atribuído o valor total líquido de R\$ 0,310532970 por ação ordinária e preferencial representativa do capital social do Banco.

b. informar a data dos respectivos pagamentos.

Os juros sobre capital próprio, declarado nos termos do item 'a' acima, foram pagos aos acionistas em 16 de novembro de 2022 e 16 de fevereiro de 2023, respectivamente.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe: (a) lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores; e (b) dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores.

| | Exercício de 2022 | Exercício de 2021 | Exercício de 2020 |
|--|------------------------------|------------------------------|------------------------------|
| Lucro líquido do exercício | 226.151.208,24 | 241.912.601,48 | 329.043.468,57 |
| Total de ações ordinárias, excluídas as ações em tesouraria | 372.696.198 | 372.696.198 | 400.007.354 |
| Total de ações preferenciais, excluídas as ações em tesouraria | 210.333.681 | 210.485.106 | 187.874.677 |
| Lucro líquido do exercício por ação | 0,39 | 0,41 | 0,56 |
| Total de dividendos e juros sobre capital próprio distribuído | 213.000.000,00 | 184.000.000,00 | 105.000.000,00 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio distribuído por ação | 0,365332906 | 0,315510800 | 0,178607262 |

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

a. Identificar o montante destinado à reserva legal.

R\$ 11.307.560,41 (onze milhões, trezentos e sete mil, quinhentos e sessenta reais e quarenta e um centavos).

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal.

5% (cinco por cento) sobre o lucro líquido.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos: (a) informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos; (b) identificar se eventual parcela não paga é cumulativa; (c) identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais; e (d) identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe.

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório: (a) descrever a forma de cálculo prevista no estatuto; (b) informar se ele está sendo pago integralmente; e (c) informar o montante eventualmente retido.

a. O estatuto social do Banco estabelece que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório. Em conformidade com a Lei nº 6.404/76, os dividendos somente podem ser distribuídos, depois de efetuada a dedução, antes de qualquer participação, dos prejuízos acumulados e da provisão para o imposto sobre a renda. Ainda, a Lei nº 6.404/76 autoriza que o Banco pague dividendos à conta do lucro líquido do exercício, de lucros acumulados ou de reserva de lucros (excluída a reserva legal).

b. O dividendo mínimo obrigatório do Banco está sendo pago integralmente. Como regra geral, a periodicidade da distribuição de dividendos é anual, entretanto, conforme Artigo 41 do Estatuto Social, o Banco pode declarar dividendos intermediários e intercalares, respeitado o limite legal. Além disso, conforme Fato Relevante divulgado dia 24 de novembro de 2022, a partir de 2023, o Conselho de Administração do Banco se reunirá para deliberar, trimestralmente, sobre declaração de juros sobre o capital próprio.

c. Não há montante retido.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia, (a) informar o montante da retenção; (b) descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos; e (c) justificar a retenção dos dividendos.

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências, (a) identificar o montante destinado à reserva; (b) identificar a perda considerada provável e sua causa; (c) explicar porque a perda foi considerada provável; (d) justificar a constituição da reserva.

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar, (a) informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar; e (b) informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva.

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias, (a) descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva; (b) identificar o montante destinado à reserva; (c) descrever como o montante foi calculado.

a. O Estatuto Social do Banco estabelece em seu Artigo 40 que a Assembleia Geral, por proposta do Conselho de Administração, poderá destinar parcela dos lucros para constituição de reservas estatutárias ou retenções previstas em lei ou no Estatuto Social. Uma parcela do lucro líquido até o limite de 75% do lucro líquido anual ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei das S.A., após deduzida a reserva legal, pode ser destinada a formação de reserva para investimentos e capital de giro, com a finalidade de custear investimentos para crescimento e expansão e financiar o capital de giro do Banco, ficando ressalvado que o saldo acumulado desta reserva, somando os saldos das demais reservas de lucros (excetuadas as reservas de lucros a realizar, as reservas para contingências e

reserva de incentivos fiscais) e não ultrapassará 100% do capital social investido nos termos da Lei nº 6.404/76.

b. Destinação à reserva estatutária de R\$ 1.843.647,83 (um milhão, oitocentos e quarenta e três mil, seiscentos e quarenta e sete reais e oitenta e três centavos).

c. Total do lucro líquido, descontado o montante destinado à reserva legal (5%) e o montante declarado a título de juros sobre capital próprio imputados ao dividendo dos acionistas.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital, (a) identificar o montante da retenção; (b) fornecer cópia do orçamento de capital.

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais, (a) informar o montante destinado à reserva; e (b) explicar a natureza da destinação.

Não aplicável.

Anexo III – Informações sobre Indicados ao Conselho Fiscal (Itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência)

| | | | |
|--|---|--|---------------------------|
| Nome | Roberto Faldini | CPF | 070.206.438-68 |
| Data de Nascimento | 06/09/1948 | Profissão | Administrador de Empresas |
| Órgão | Conselho Fiscal | Mandatos consecutivos | 03 |
| Cargo na Companhia | Membro Efetivo do Conselho Fiscal, eleito em 29/04/2022 e empossado em 07/07/2022, após a homologação do Banco Central do Brasil, para um mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2023. | Indicado pelo controlador | Sim |
| | | Outros cargos ou funções na Companhia | Não há |
| Experiência profissional | | | |
| Empresário, Administrador de Empresas, Mediador, Palestrante e Consultor na Área de Governança Corporativa, formado em Administração de Empresas pela EAESP - FGV (1972), com especialização em Gestão Avançada (Fundação Dom Cabral e INSEAD - Fontainebleau - França, 1991); em Empreendedorismo (Babson College - Boston - USA, 2004); em Governança Corporativa – Corporate Governance Board Leadership - TOT – Training of Trainers (IFC – IBGC – 2009, 2011, 2013 e 2016); Conselheiro de Administração Certificado pelo IBGC em 2013. Vários cursos de especialização no Brasil e no exterior sobre governança corporativa e governança familiar e mercado de capitais. | | | |
| Cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor | | | |
| Árbitro da CAM - Câmara de Arbitragem do Mercado – B3. Membro do Conselho de Administração da: Vulcabras /Azaleia desde 2011, Marfrig Global Foods desde dezembro 2017, Irani Papel e Embalagem SA desde junho 2018; Cia Habitusul De Participações desde abril 2019, Odebrecht SA desde agosto de 2018 e Braskem S.A. desde julho 2019. Membro do Conselho Consultivo da Agroterenas SA - Grupo Jose Eugenio Resende Barbosa desde 2018 e da Scanntech desde 2018. Cofundador do IBGC em 1995 e participando ativamente em diversas de suas comissões. Professor Convidado da Fundação Dom Cabral. Membro do Conselho Consultivo Deliberativo Curador da ABRASCA - Associação Brasileira das Empresas de Capital Aberto, da Fundação Dorina Nowill para Cegos, da Fundação Crespi Prado e do ETCO - Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial. Diretor da Fundação Cultural Ema Gordon Klabin e da Fundação Crespi Prado. Empresário Voluntário da Endeavor Brasil. | | | |
| Declaração de eventuais condenações | | | |
| Declara que não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, (i) à condenação criminal; (ii) à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; e (iii) à condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. | | | |
| Percentual de participação nas reuniões | | | |
| 100% | | | |
| Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (i) os candidatos indicados; (ii) os candidatos indicados e administradores de controladas, diretas ou indiretas do Banco; (iii) os candidatos indicados e os controladores diretos ou indiretos do Banco; (iv) candidatos indicados e os administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do Banco. | | | |
| Não há. | | | |
| Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do Banco e (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; (iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas. | | | |
| Não há. | | | |

| | | | |
|--|---|--|----------------|
| Nome | Fernando Antônio Fraga Ferreira | CPF | 566.968.176-20 |
| Data de Nascimento | 04/07/1965 | Profissão | Advogado |
| Órgão | Conselho Fiscal | Mandatos consecutivos | 03 |
| Cargo na Companhia | Membro Efetivo do Conselho Fiscal, eleito em 29/04/2022 e empossado em 07/07/2022, após a homologação do Banco Central do Brasil, para um mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2023. | Indicado pelo controlador | Sim |
| | | Outros cargos ou funções na Companhia | Não há |
| Experiência profissional | | | |
| Advogado formado pela PUC/MG e doutorando em Ciências Jurídicas e Sociais pela UMSA/Argentina. Possui ampla experiência na qualidade de membro do conselho de administração de sociedades. Além disso, é sócio fundador e diretor executivo da Ferreira e Chagas Advogados, escritório Listado entre os 5 maiores escritórios de advocacia do Brasil, no ramo do contencioso de grandes volumes, com enfoque para a área do direito empresarial. | | | |
| Cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor | | | |
| Diretor executivo do Ferreira e Chagas Advogados. Membro do Conselho de Administração da Bossa Nova Investimentos e Adm. S/A, Tolife Tecnologia Para Saúde S/A, Netview Informática Ltda., Jardim Colonial Empreendimentos Ltda., Cataldo S/C Ltda., Jurify Tecnologia Ltda. | | | |
| Declaração de eventuais condenações | | | |
| Declara que não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, (i) à condenação criminal; (ii) à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; e (iii) à condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. | | | |
| Percentual de participação nas reuniões | | | |
| 100% | | | |
| Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (i) os candidatos indicados; (ii) os candidatos indicados e administradores de controladas, diretas ou indiretas do Banco; (iii) os candidatos indicados e os controladores diretos ou indiretos do Banco; (iv) candidatos indicados e os administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do Banco. | | | |
| Não há. | | | |
| Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do Banco e (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; (iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas. | | | |
| Não há. | | | |

| | | | |
|--|--------------------------------|--|--------------------------------|
| Nome | Daniel Souza Barros | CPF | 775.001.306-78 |
| Data de Nascimento | 15/11/1969 | Profissão | Empresário |
| Órgão | Conselho Fiscal | Mandatos consecutivos | 0 |
| Cargo na Companhia | Não ocupa cargos na Companhia. | Indicado pelo controlador | Sim |
| | | Outros cargos ou funções na Companhia | Não ocupa cargos na Companhia. |
| Experiência profissional | | | |
| Administrador formado pela PUC/MG e com MBA em Economia pelo IBMEC. É sócio fundador e conselheiro da Young, uma central de relacionamento jovem líder no segmento educacional, em que estruturou as áreas de governança e compliance. Além disso, atuou na liderança de uma plataforma para oferta de crédito consignado de forma digital e automatizada denominada YouBank; na consultoria de gestão educacional, com foco em sustentabilidade e captação de alunos para o ensino superior na Brand U; na definição de estratégias e estruturação da área de parceiros, no credenciamento e gestão de estabelecimentos comerciais (pequeno e médio varejo) da Elavon Financial Services Limited; e na estruturação e desenvolvimento das áreas de CDC (veículos leves e pesados, bem como outros bens), consignados e crédito pessoal do Banco BV. | | | |
| Cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor | | | |
| Presidente do Conselho de Administração do Grupo Young; Diretor Superintendente da BV Financeira; Diretor Comercial da Elavon adquirência; e Diretor Comercial Eight Asset. | | | |
| Declaração de eventuais condenações | | | |
| Declara que não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, (i) à condenação criminal; (ii) à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; e (iii) à condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. | | | |
| Percentual de participação nas reuniões | | | |
| Não aplicável. | | | |
| Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (i) os candidatos indicados; (ii) os candidatos indicados e administradores de controladas, diretas ou indiretas do Banco; (iii) os candidatos indicados e os controladores diretos ou indiretos do Banco; (iv) candidatos indicados e os administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do Banco. | | | |
| Não há | | | |
| Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do Banco e (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; (iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas. | | | |
| Não há | | | |

| | | | |
|--|--|--|----------------|
| Nome | Fernando Marques Cleto Duarte | CPF | 537.752.878-68 |
| Data de Nascimento | 19/11/1953 | Profissão | Economista |
| Órgão | Conselho Fiscal | Mandatos consecutivos | 03 |
| Cargo na Companhia | Membro Suplente do Conselho Fiscal, eleito em 29/04/2022 e empossado em 07/07/2022, após a homologação do Banco Central do Brasil, para um mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2023. | Indicado pelo controlador | Sim |
| | | Outros cargos ou funções na Companhia | Não há |
| Experiência profissional | | | |
| Graduado em economia pela Universidade Mackenzie e em Direito pela USP. Merece destaque em sua trajetória profissional, sua atuação como membro do conselho fiscal da Alpargatas S.A., como consultor na Diretoria de Controle Fiscal e Societário do Itaú Unibanco S.A. e, por dois mandatos consecutivos, como Conselheiro indicado pela Confederação Nacional das Instituições Financeira/Febraban no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Atualmente, presta consultoria em assuntos tributários, societários e regulatórios e é professor do curso de MBA da Escola Nacional de Seguros. | | | |
| Cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor | | | |
| Atualmente não ocupa cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. | | | |
| Declaração de eventuais condenações | | | |
| Declara que não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, (i) à condenação criminal; (ii) à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; e (iii) à condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. | | | |
| Percentual de participação nas reuniões | | | |
| 100% | | | |
| Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (i) os candidatos indicados; (ii) os candidatos indicados e administradores de controladas, diretas ou indiretas do Banco; (iii) os candidatos indicados e os controladores diretos ou indiretos do Banco; (iv) candidatos indicados e os administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do Banco. | | | |
| Não há. | | | |
| Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do Banco e (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; (iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas. | | | |
| Não há. | | | |

| | | | |
|--|--|--|------------------------|
| Nome | Mirtes Kinuko Yamamoto | CPF | 940.224.708-44 |
| Data de Nascimento | 23/10/1953 | Profissão | Administradora Pública |
| Órgão | Conselho Fiscal | Mandatos consecutivos | 03 |
| Cargo na Companhia | Membro Suplente do Conselho Fiscal, eleito em 29/04/2022 e empossado em 07/07/2022, após a homologação do Banco Central do Brasil, para um mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2023. | Indicado pelo controlador | Sim |
| | | Outros cargos ou funções na Companhia | Não há |
| Experiência profissional | | | |
| Graduada em Administração Pública pela FGV e em Direito pela USP, possui MBA em Controladoria pela USP e MBA em Gestão Contemporânea pela FGV. Atuou de 1993 a 2019 no Banco Central do Brasil, gerindo equipes de supervisão de bancos médios e pequenos, privados, nacionais e estrangeiros, nos diversos segmentos de atuação, bem como equipes de supervisão de financeiras e de administradoras de consórcios. | | | |
| Cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor | | | |
| Atualmente não ocupa cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. | | | |
| Declaração de eventuais condenações | | | |
| Declara que não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, (i) à condenação criminal; (ii) à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; e (iii) à condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. | | | |
| Percentual de participação nas reuniões | | | |
| 100% | | | |
| Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (i) os candidatos indicados; (ii) os candidatos indicados e administradores de controladas, diretas ou indiretas do Banco; (iii) os candidatos indicados e os controladores diretos ou indiretos do Banco; (iv) candidatos indicados e os administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do Banco. | | | |
| Não há. | | | |
| Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do Banco e (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; (iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas. | | | |
| Não há. | | | |

| | | | |
|--|--------------------------------|--|--------------------------------|
| Nome | Antonio Patrus de Sousa Neto | CPF | 094.373.516-51 |
| Data de Nascimento | 18/06/1989 | Profissão | Administrador |
| Órgão | Conselho Fiscal | Mandatos consecutivos | 0 |
| Cargo na Companhia | Não ocupa cargos na Companhia. | Indicado pelo controlador | Sim |
| | | Outros cargos ou funções na Companhia | Não ocupa cargos na Companhia. |
| Experiência profissional | | | |
| Graduado em ciências contábeis pela FUMEC e em direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, com especializações voltadas para direito empresarial e societário. Atualmente, é Diretor Financeiro da Bossa Nova Investimentos e Administração S.A., com vasta experiência no mercado de startups, contabilidade empresarial e administração de empresas. Atuou como consultor jurídico em direito empresarial, principalmente em questões de planejamento familiar, tributário, societário e imobiliário. | | | |
| Cargos de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor | | | |
| Diretor Financeiro da Bossa Nova Investimentos e Administração S.A. e membro da administração das demais empresas subsidiárias do grupo (Pool Bossa Nova Investimentos Ltda., Platta Serviços e Intermediação de Negócios S.A., BNI SH Administração Ltda., Bossa Nova Part. Ltda., Bossa Nova VC Eventos e Treinamentos Ltda.). Sócio Administrador da APN Consultoria e Tecnologia Ltda. Administrador da J.M Administração Patrimonial e Participações Ltda. Administrador da JTSE Empreendimentos Imobiliários Ltda. | | | |
| Declaração de eventuais condenações | | | |
| Declara que não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, (i) à condenação criminal; (ii) à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; e (iii) à condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. | | | |
| Percentual de participação nas reuniões | | | |
| Não aplicável. | | | |
| Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (i) os candidatos indicados; (ii) os candidatos indicados e administradores de controladas, diretas ou indiretas do Banco; (iii) os candidatos indicados e os controladores diretos ou indiretos do Banco; (iv) candidatos indicados e os administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do Banco. | | | |
| Não há | | | |
| Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do Banco e (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; (iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas. | | | |
| Não há | | | |

Anexo IV - Proposta de Remuneração dos Administradores (item 8 do Formulário de Referência)

8.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Banco possui uma Política de Remuneração dos seus Administradores (“Política de Remuneração”), aprovada em Reunião do Conselho de Administração de 27 de fevereiro de 2022, que contém os requisitos a serem cumpridos pelo Banco para um cenário de adequada gestão de riscos em atendimento às regulamentações aplicáveis, em particular a Resolução 3.921 de 25 de novembro de 2010 do Conselho Monetário Nacional

A Política de Remuneração foi construída com base nos seguintes princípios:

- (i) a remuneração deve incentivar uma visão de negócio de longo prazo, o desenvolvimento de uma responsabilidade sustentável, social e corporativa, bem como o alinhamento dos interesses dos administradores aos interesses de longo prazo do Banco e de seus *stakeholders*;
- (ii) a estrutura de remuneração deve contribuir para um efetivo controle de risco e desestimular a tomada de riscos indesejáveis;
- (iii) a remuneração deve permitir o recrutamento e retenção de administradores com as capacidades adequadas e ser compatível com o mercado de atuação do Banco;
- (iv) os níveis de remuneração devem criar uma cultura baseada no desempenho, devendo ser consistentes com os resultados sustentáveis alcançados;

- (v) a remuneração deve ser estruturada de forma a incentivar uma conduta em conformidade com os valores fundamentais do Banco e alinhada ao perfil de risco desejado;
- (vi) os métodos, princípios e objetivos da estrutura de remuneração variável devem ser transparentes para todos os administradores;
- (vii) a relação entre remuneração fixa e variável deve ser adequada à responsabilidade da função e objetivo de atuação do administrador; e
- (viii) a remuneração deve ser aderente às exigências regulatórias aplicáveis ao pagamento de remuneração para administradores de instituições financeiras.

Não obstante a Política de Remuneração em vigor, o Plano de Outorga de Ações do Grupo Bmg (“Plano”), aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de abril de 2020 e reformado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2022, estabelece os termos e condições gerais para o recebimento, por administradores e determinados empregados estratégicos do Grupo Bmg, de remuneração variável diferida, paga em ações preferenciais de emissão do Banco, com o objetivo principal de (i) estimular o desenvolvimento de visão de longo prazo nos colaboradores e, consequentemente, gerar um maior alinhamento entre seus interesses e os interesses dos acionistas do Banco; (ii) possibilitar o Banco atrair e reter talentos; e (iii) maximizar a geração de resultados e incentivar criação de valor de forma sustentável.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Anualmente, a área de remuneração elabora um Relatório de Remuneração dos Administradores, que é submetido ao Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura e ao Conselho de Administração do Banco.

Esse relatório deve ser aprovado por todos os membros do Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura e pelo Conselho de Administração e têm como objetivo de apresentar todas as responsabilidades e ações que foram realizados durante o ano.

Além disso, anualmente a Política de Remuneração é validada no Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura e no Conselho de Administração, com o objetivo de manter a consistência entre a remuneração praticada, os parâmetros definidos e as metas atribuídas aos Administradores.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração individual atribuída a cada membro da Administração leva em consideração (i) a legislação, normas e regulamentos que disciplinam o assunto; (ii) as responsabilidades assumidas por cada um em suas respectivas funções, bem como os riscos a elas inerentes; (iii) os valores praticados pelo mercado; e (iv) alinhamento com os interesses do Banco, buscando criar valor para os seus acionistas e investidores.

O Banco contrata periodicamente empresas especializadas para a realização de pesquisas de mercado, visando manter os valores atribuídos a cada um de seus Administradores alinhados com aqueles praticados pelo mercado, considerando o mercado competidor, empresas de porte semelhante, complexidade das responsabilidades e o alinhamento com a estratégia dos acionistas.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A Política de Remuneração é, anualmente, revisada pelo Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura e submetida para aprovação do Conselho de Administração do Banco.

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é composta apenas por parcela fixa mensal, podendo eventualmente existir pagamentos de honorários extras e não havendo remuneração variável. A remuneração fixa está alinhada com as práticas de mercado.

Diretoria Estatutária

A remuneração dos diretores estatutários está definida com base na estratégia de remuneração total definida pelo Banco e os valores praticados pelo mercado, conforme pesquisa realizada periodicamente por consultoria especializada.

A remuneração dos diretores estatutários é composta por uma parcela fixa e uma parcela variável. A parcela fixa é definida de acordo com as responsabilidades e atribuições do cargo e tem como referência à prática de mercado e equidade interna. A parcela da remuneração variável está atrelada ao resultado do Grupo Bmg e performance individual do Diretor, sendo dividida em Incentivo de Curto Prazo e Incentivo de Longo Prazo, em consonância com as regulamentações aplicáveis, em particular a Resolução 3.921 de 25 de novembro de 2010, do Conselho Monetário Nacional.

Conselho Fiscal

O Banco possui um Conselho Fiscal de funcionamento permanente e a remuneração dos seus membros é composta apenas por parcela fixa mensal, não havendo remuneração variável. O valor da remuneração fixa é estabelecido de acordo com as práticas de mercado e observados os parâmetros estabelecidos pela Lei 6.406/76.

Comitês

Os membros dos comitês do Banco não recebem remuneração específica pela atuação nestes.

- seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

A Política de Remuneração se alinha aos interesses do Banco, pois ao mesmo tempo que estimula o engajamento dos membros da administração, estabelece premissas

compatíveis com a gestão de risco de modo a não incentivar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazo. Busca-se, de um lado, o crescimento e lucratividade sustentável dos negócios do Banco e, de outro lado, o reconhecimento da contribuição dos executivos ao desenvolvimento do Banco.

Além disso, a remuneração dos diretores tem como estratégia o balanceamento de todos os componentes da remuneração total, sendo o incentivo de curto prazo representando 50% da remuneração variável e o incentivo de longo prazo representando o restante da remuneração variável total. O principal objetivo dessa estratégia é equilibrar e reconhecer o desempenho dos diretores no curto, médio e longo prazo, respeitando a Política de Riscos do Banco e as normas do Banco Central do Brasil.

- sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais

A tabela abaixo apresenta a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total para os três últimos exercícios sociais:

| 31/12/2022 | | | | |
|---------------------------|------------------|----------------------|------------------------------|-------|
| Órgão | Remuneração Fixa | Remuneração Variável | Remuneração baseada em ações | Total |
| Conselho de Administração | 100% | 0% | 0% | 100% |
| Diretoria Estatutária | 44% | 31% | 25% | 100% |
| Conselho Fiscal | 100% | 0% | 0% | 100% |

| 31/12/2021 | | | | |
|---------------------------|------------------|----------------------|------------------------------|-------|
| Órgão | Remuneração Fixa | Remuneração Variável | Remuneração baseada em ações | Total |
| Conselho de Administração | 100% | 0% | 0% | 100% |
| Diretoria Estatutária | 30% | 55% | 15% | 100% |

| | | | | |
|-----------------|------|----|----|------|
| Conselho Fiscal | 100% | 0% | 0% | 100% |
|-----------------|------|----|----|------|

| 31/12/2020 | | | | |
|---------------------------|------------------|----------------------|------------------------------|-------|
| Órgão | Remuneração Fixa | Remuneração Variável | Remuneração baseada em ações | Total |
| Conselho de Administração | 100% | 0% | 0% | 100% |
| Diretoria Estatutária | 51% | 39% | 10% | 100% |
| Conselho Fiscal | 100% | 0% | 0% | 100% |

- sua metodologia de cálculo e de reajuste

Parcela Fixa

A parcela fixa da remuneração devida aos administradores é estabelecida utilizando como referência a estrutura salarial, sendo esta balizada por (i) pesquisas de mercado periódicas realizadas junto a instituições financeiras do mesmo porte e, sempre que possível, do mesmo setor ou mercado de atuação do Banco; (ii) conhecimento e experiência para a posição; e (iii) responsabilidade por resultados inerentes à função exercida.

Remuneração Variável – Montante Global

Para a determinação do montante global da remuneração variável dos Diretores Estatutários, são considerados os seguintes fatores: (i) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo; (ii) o ambiente econômico em que o Banco está inserido e suas tendências; e (iii) o resultado do Banco, em particular a meta de lucro líquido.

Com base nestes critérios, o Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura realiza uma avaliação do montante global da remuneração variável, a qual deve ser submetida ao Conselho de Administração para a sua aprovação e, uma vez aprovada pelo Conselho de Administração, submetida à Assembleia Geral do Banco.

Remuneração Variável – Montante Individual

A remuneração variável de cada Diretor Estatutário será baseada na combinação dos seguintes fatores (i) desempenho individual do Administrador; (ii) desempenho da unidade de negócios; (iii) desempenho do Banco; e (iv) a relação entre os desempenhos mencionados nos itens (i), (ii) e (iii) e os riscos assumidos.

O desempenho dos Diretores Estatutários é avaliado, no mínimo, anualmente, com base em uma combinação de metas individuais e coletivas, as quais indicam os resultados esperados do Diretor Estatutário, a fim de contribuir para os planos anuais, para a estratégia de longo prazo e para o perfil de risco da instituição.

Ao determinar os resultados, os riscos associados a este desempenho são levados em consideração para evitar a tomada de riscos indesejáveis.

De forma a evitar conflitos de interesse, a remuneração variável do Diretor Estatutário responsável pelas áreas de controle interno, gestão de riscos, auditoria e conformidade deve ser determinada independentemente do desempenho financeiro do Banco e das áreas de negócios, seguindo a orientação da Resolução nº 3.921, de 25 de novembro de 2010, e da Resolução nº 4.595, de 28 de agosto de 2017, ambas do Conselho Monetário Nacional. As medidas do desempenho desse Diretor Estatutário serão baseadas predominantemente nos seguintes parâmetros: (i) desempenho da área a que pertence o respectivo Diretor Estatutário; e (ii) avaliação das entregas individuais do Diretor Estatutário.

- principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

Remuneração fixa

A remuneração dos administradores é determinada a partir do uso de parâmetros internos (estrutura salarial) e parâmetros externos (pesquisa salarial), sendo considerado também o grau de responsabilidade envolvido no cargo de cada indivíduo. Além disso, ao estabelecer a remuneração fixa, o Banco leva em consideração as qualificações e experiências de cada indivíduo no exercício de sua função.

Remuneração variável

Conforme mencionado acima, a remuneração variável de cada Diretor Estatutário é baseada na combinação dos seguintes fatores (i) desempenho individual do Administrador; (ii) desempenho do Banco; e (iii) a relação entre os desempenhos mencionados nos itens (i) e (ii) e os riscos assumidos.

O desempenho individual dos Diretores Estatutários é avaliado, no mínimo, anualmente, com base em metas pré-estabelecidas.

O desempenho do Banco é avaliado, dentre outros, pela evolução do lucro líquido recorrente do conglomerado financeiro Bmg.

As metas e pesos de cada um dos indicadores de desempenho são revisados anualmente. O processo de gestão de desempenho estabelecido contribui para atingimento dos objetivos de negócio do Banco.

Os resultados esperados (metas da organização definidas) são projetados a partir da análise dos riscos associados a este desempenho, com objetivo de mitigar a tomada de riscos indesejáveis. Isto baseia-se em (i) projeções de resultados, que define a ambição da organização, lista de metas e valores; (ii) código de ética e conduta do Banco, que descreve as regras de conduta que tipificam a organização; e (iii) as políticas de gestão de riscos, que tratam sobre risco de capital, crédito, liquidez, mercado e operacional.

Em 2022, uma das metas estabelecidas para determinados membros da diretoria do Banco foi o desenvolvimento e a implantação do Plano Estratégico de ASG, uma medida que tem por finalidade nortear as ações do Banco em relação a esta agenda nos próximos anos.

Considerando que, durante o exercício social de 2022, o Plano Estratégico ASG ainda estava em fase desenvolvimento, ainda não foram definidos indicadores, políticas ou práticas de remuneração dos administradores vinculadas à agenda ASG.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração proposta considera a estratégia de remuneração do Banco, a estrutura salarial do Banco, experiência dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, parâmetros externos que são oriundos de pesquisas salariais recorrentes, considerando o mercado competidor e o alinhamento com a estratégia dos acionistas.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não há membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária que não sejam remunerados.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos do Banco. Todo o processo de remuneração é praticado pelo Banco.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.



8.2 – Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

| Remuneração Prevista para o Exercício de 2023 – Valores Anuais | | | | |
|---|---|--|--|---------------|
| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
| Nº total de membros | 9,00 | 12,58 | 6,00 | 27,58 |
| Nº de membros remunerados | 9,00 | 12,58 | 6,00 | 27,58 |
| Remuneração fixa anual | | | | |
| Salário ou pró-labore | 7.189.501,77 | 17.093.656,65 | 797.017,87 | 25.080.176,29 |
| Benefícios direto e indireto | 1.087.236,15 | 7.713.447,55 | 2.982,13 | 8.803.665,83 |
| Participações em comitês | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações fixas | n/a | n/a | n/a | n/a |
| Remuneração variável | | | | |
| Bônus | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Participação de resultados | 0,00 | 14.501.098,79 | 0,00 | 14.501.098,79 |
| Participação em reuniões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comissões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações variáveis | n/a | n/a | n/a | n/a |
| Benefícios | | | | |
| Pós-emprego | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Cessação do cargo | 0,00 | 5.771.347,63 | 0,00 | 5.771.347,63 |
| Baseada em a oes, incluindo op oes | 0,00 | 12.843.711,46 | 0,00 | 12.843.711,46 |
| Observa oes | Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2023- CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administra o e da Diretoria Estatutária (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada  rgo apurado mensalmente, com duas casas decimais. | Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2023- CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administra o e da Diretoria Estatutária (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada  rgo apurado mensalmente, com duas casas decimais. O valor de | Conforme disposto no Ofício Circular/ Anual-2023- CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administra o e da Diretoria Estatutária (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada  rgo apurado mensalmente, com duas casas decimais. | |



| | | | | |
|-----------------------------|---------------------|---|-------------------|----------------------|
| | | R\$ 12.843.711,46 será provisionado no exercício de 2023. | | |
| Total da remuneração | 8.276.737,92 | 57.923.262,08 | 800.000,00 | 67.000.000,00 |

| Remuneração Reconhecida no Exercício de 2022 – Valores Anuais | | | | |
|--|---|---|--|--|
| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
| Nº total de membros | 8,67 | 13,17 | 6,00 | 27,84 |
| Nº de membros remunerados | 8,50 | 12,50 | 6,00 | 27,00 |
| Remuneração fixa anual | | | | |
| Salário ou pró-labore | 5.978.666,70 | 15.099.640,32 | 658.000,00 | 21.736.307,02 |
| Benefícios direto e indireto | 1.075.561,17 | 4.230.356,15 | 2.695,64 | 5.308.612,96 |
| Participações em comitês | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações fixas | | | | |
| Remuneração variável | | | | |
| Bônus | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Participação de resultados | 0,00 | 10.169.080,20 | 0,00 | 10.169.080,20 |
| Participação em reuniões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Comissões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 0,00 | 672.648,91 | 0,00 | 672.648,91 |
| Descrição de outras remunerações variáveis | | O valor lançado em Outros refere-se a bônus de contratação | | O valor lançado em Outros refere-se a bônus de contratação |
| Benefícios | | | | |
| Pós-emprego | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Cessação do cargo | 0,00 | 5.644.780,20 | 0,00 | 5.644.780,20 |
| Baseada em ações, incluindo opções | 0,00 | 8.505.998,95 | 0,00 | 8.505.998,95 |
| Observações | Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2023- CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. | Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2023- CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado | Conforme disposto no Ofício Circular/ Anual-2023- CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. | |



| | | | | |
|----------------------|--------------|--|------------|---------------|
| | | mensalmente, com duas casas decimais. O valor de R\$ 8.505.998,95 foi provisionado no exercício de 2022. Ainda, em razão do compromisso assumido pelo Banco com a B3, de não reduzir o <i>free float</i> , conforme detalhado no fato relevante divulgado no dia 09/02/2023, o pagamento da parcela diferida referente ao Plano de Outorga de Ações do Grupo Bmg, provisionados em 2022, com vencimento em março de 2023, foi realizado em dinheiro. | | |
| Total da remuneração | 7.054.227,87 | 44.322.504,73 | 660.695,64 | 52.037.428,24 |

Remuneração Reconhecida no Exercício de 2021 – Valores Anuais

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|--|---------------------------|-----------------------|-----------------|---------------|
| Nº total de membros | 8,17 | 9,50 | 6,00 | 23,67 |
| Nº de membros remunerados | 8,00 | 9,17 | 6,00 | 23,17 |
| Remuneração fixa anual | | | | |
| Salário ou pró-labore | 5.832.000,00 | 12.824.685,78 | 648.000,00 | 19.304.685,78 |
| Benefícios direto e indireto | 448.499,58 | 1.466.721,34 | 0,00 | 1.915.220,92 |
| Participações em comitês | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Descrição de outras remunerações fixas | | | | |
| Remuneração variável | | | | |
| Bônus | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0 |
| Participação de resultados | 0,00 | 10.599.979,12 | 0,00 | 10.599.979,12 |
| Participação em reuniões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0 |
| Comissões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0 |
| Outros | 0,00 | 5.299.078,40 | 0,00 | 5.299.078,40 |



| Descrição de outras remunerações variáveis | | O montante informado no campo "Outros" refere-se a bônus diferido. | | O montante informado no campo "Outros" refere-se a bônus diferido. |
|--|--|---|--|--|
| Benefícios | | | | |
| Pós-emprego | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Cessação do cargo | 0,00 | 10.484.353,61 | 0,00 | 10.484.353,61 |
| Baseada em ações, incluindo opções | 0,00 | 7.467.141,97 | 0,00 | 7.467.141,97 |
| Observações | Conforme disposto no Ofício Circular/ Anual-2023- CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. | Conforme disposto no Ofício Circular/ Anual-2023- CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. O valor de R\$ 7.467.141,97 foi provisionado no exercício de 2021. | Conforme disposto no Ofício Circular/ Anual-2023- CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. | |
| Total da remuneração | 6.280.499,58 | 48.141.960,22 | 648.000,00 | 55.070.459,80 |

| Remuneração Reconhecida no Exercício de 2020 – Valores Anuais | | | | |
|--|---|---|---|---------------|
| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
| Nº total de membros | 7,42 | 10,17 | 2,00 | 19,59 |
| Nº de membros remunerados | 7,42 | 10,17 | 2,00 | 19,59 |
| Remuneração fixa anual | | | | |
| Salário ou pró-labore | 5.446.395,84 | 13.099.182,34 | 216.000,00 | 18.761.578,18 |
| Benefícios direto e indireto | 620.878,41 | 1.868.738,25 | 0,00 | 2.489.616,66 |
| Participações em comitês | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros | 2.260.752,43 | 6.425.046,41 | 48.600,00 | 8.734.398,84 |
| Descrição de outras remunerações fixas | O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos sobre os honorários. | O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos sobre os honorários. | O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos sobre os honorários. | - |
| Remuneração variável | | | | |
| Bônus | 0,00 | 78.000,00 | 0,00 | 78.000,00 |
| Participação de resultados | 0,00 | 11.677.900,12 | 0,00 | 11.677.900,12 |
| Participação em reuniões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0 |



| | | | | |
|--|--|--|---|----------------------|
| Comissões | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0 |
| Outros | 0,00 | 4.651.949,82 | 0,00 | 4.651.949,82 |
| Descrição de outras remunerações variáveis | | O montante informado no campo "Outros" refere-se a encargos da remuneração variável. | | |
| Benefícios | | | | |
| Pós-emprego | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Cessação do cargo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Baseada em ações, incluindo opções | 0,00 | 4.334.828,04 | 0,00 | 4.334.828,04 |
| Observações | Conforme disposto no Ofício Circular/ Anual-2023- CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. | Conforme disposto Ofício Circular/ Anual-2023- CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. O valor de R\$ 4.334.828,04 (quatro milhões, trezentos e trinta e quatro mil e oitocentos e vinte e oito reais e quatro centavos) foi provisionado no exercício de 2020. | Conforme disposto Ofício Circular/ Anual-2023- CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. | - |
| Total da remuneração | 8.328.026,68 | 42.135.644,99 | 264.600,00 | 50.728.271,67 |

8.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL PREVISTA PARA O EXERCÍCIO DE 2023

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|--|----------------------------------|------------------------------|------------------------|----------------------|
| Número total de membros | 9,00 | 12,58 | 6,00 | 27,58 |
| Nº de membros remunerados | 0,00 | 12,58 | 0,00 | 12,58 |
| Bônus ⁽¹⁾ | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Valor Máximo Previsto no plano de remuneração | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (“Target”) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Participação nos Resultados ⁽¹⁾ | 0,00 | 14.501.098,79 | 0,00 | 14.501.098,79 |
| Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração | 0,00 | 11.600.879,03 | 0,00 | 11.600.879,03 |
| Valor Máximo Previsto no plano de remuneração | 0,00 | 17.401.318,55 | 0,00 | 17.401.318,55 |
| Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (“Target”) | 0,00 | 14.501.098,79 | 0,00 | 14.501.098,79 |
| Bônus Diferido ⁽¹⁾ | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Valor Máximo Previsto no plano de remuneração | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (“Target”) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Remuneração baseada em ações ⁽¹⁾ | 0,00 | 12.843.711,46 | 0,00 | 12.843.711,46 |

⁽¹⁾ Previsão do valor a ser efetivamente reconhecido no resultado do exercício social.

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL RECONHECIDA NO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2022

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|--|----------------------------------|------------------------------|------------------------|----------------------|
| Número total de membros | 8,67 | 13,17 | 6,00 | 27,84 |
| Nº de membros remunerados | 0,00 | 12,50 | 0,00 | 12,50 |
| Bônus ⁽¹⁾ | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Valor Máximo Previsto no plano de remuneração | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (“Target”) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Participação nos Resultados ⁽¹⁾ | 0,00 | 10.169.080,20 | 0,00 | 10.169.080,20 |
| Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração | 0,00 | 9.935.505,22 | 0,00 | 9.935.505,22 |
| Valor Máximo Previsto no plano de remuneração | 0,00 | 14.903.257,83 | 0,00 | 14.903.257,83 |

| | | | | |
|--|-------------|---------------------|-------------|---------------------|
| Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (“Target”) | 0,00 | 12.419.381,52 | 0,00 | 12.419.381,52 |
| Bônus Diferido⁽¹⁾ | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Valor Máximo Previsto no plano de remuneração | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (“Target”) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Remuneração baseada em ações⁽¹⁾ | 0,00 | 8.505.998,95 | 0,00 | 8.505.998,95 |

⁽¹⁾ Previsão do valor a ser efetivamente reconhecido no resultado do exercício social. Em razão do compromisso assumido pelo Banco com a B3, de não reduzir o *free float*, conforme detalhado no fato relevante divulgado no dia 09/02/2023, o pagamento da parcela diferida referente ao Plano de Outorga de Ações do Grupo Bmg, provisionados em 2022 e com vencimento em março de 2023, foi realizado em dinheiro

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL RECONHECIDA NO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2021

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|--|---------------------------|-----------------------|-----------------|----------------------|
| Número total de membros | 8,17 | 9,50 | 6,00 | 23,67 |
| Nº de membros remunerados | 0,00 | 9,17 | 0,00 | 9,17 |
| Bônus⁽¹⁾ | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Valor Máximo Previsto no plano de remuneração | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (“Target”) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Participação nos Resultados⁽¹⁾ | 0,00 | 10.599.979,12 | 0,00 | 10.599.979,12 |
| Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração | 0,00 | 8.479.983,29 | 0,00 | 8.479.983,29 |
| Valor Máximo Previsto no plano de remuneração | 0,00 | 12.719.974,94 | 0,00 | 12.719.974,94 |
| Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (“Target”) | 0,00 | 10.599.979,12 | 0,00 | 10.599.979,12 |
| Bônus Diferido⁽¹⁾ | 0,00 | 5.299.078,40 | 0,00 | 5.299.078,40 |
| Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração | 0,00 | 4.239.262,72 | 0,00 | 4.239.262,72 |
| Valor Máximo Previsto no plano de remuneração | 0,00 | 6.358.894,08 | 0,00 | 6.358.894,08 |
| Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (“Target”) | 0,00 | 5.299.078,40 | 0,00 | 5.299.078,40 |
| Remuneração baseada em ações⁽¹⁾ | 0,00 | 7.467.141,97 | 0,00 | 7.467.141,97 |

⁽¹⁾ Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social.

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL RECONHECIDA NO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2020

| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal | Total |
|----------------------------------|---------------------------|-----------------------|-----------------|------------------|
| Número total de membros | 7,42 | 10,17 | 2,00 | 19,58 |
| Nº de membros remunerados | 0,00 | 10,17 | 0,00 | 10,17 |
| Bônus⁽¹⁾ | 0,00 | 78.000,00 | 0,00 | 78.000,00 |

| | | | | |
|---|-------------|----------------------|----------|----------------------|
| Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração | 0,00 | 0 | 0 | 0 |
| Valor Máximo Previsto no plano de remuneração | 0,00 | 0 | 0 | 0 |
| Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (“ <i>Target</i> ”) | 0,00 | 78.000,00 | 0 | 78.000,00 |
| Participação nos Resultados ⁽¹⁾ | 0,00 | 11.677.900,12 | 0 | 11.677.900,12 |
| Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração | 0,00 | 9.342.320,10 | 0 | 9.342.320,10 |
| Valor Máximo Previsto no plano de remuneração | 0,00 | 14.013.480,14 | 0 | 14.013.480,14 |
| Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (“ <i>Target</i> ”) | 0,00 | 11.677.900,12 | 0 | 11.677.900,12 |
| Bônus Diferido ⁽¹⁾ | 0,00 | 4.651.949,82 | 0 | 4.651.949,82 |
| Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração | 0,00 | 3.721.559,86 | 0 | 3.721.559,86 |
| Valor Máximo Previsto no plano de remuneração | 0,00 | 5.582.339,78 | 0 | 5.582.339,78 |
| Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (“ <i>Target</i> ”) | 0,00 | 4.651.949,82 | 0 | 4.651.949,82 |
| Remuneração baseada em ações ⁽¹⁾ | 0,00 | 4.334.828,04 | 0 | 4.334.828,04 |

⁽¹⁾ Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social.

8.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. termos e condições gerais:

O Plano de Outorga de Ações do Grupo Bmg (“Plano”) é aplicável ao Banco, suas controladas e empresas sob controle comum com o Banco (“Grupo Bmg”) e tem por objetivo permitir que os diretores e determinados empregados do Grupo Bmg (“Colaboradores”) recebam ações preferenciais de emissão do Banco (“Ações”).

O Conselho de Administração pode aprovar Programas de Outorga de Ações (“Programas”) em que serão definidos os Colaboradores elegíveis, os termos e as condições da outorga e da liberação de Ações, observados os limites estabelecidos no Plano.

Os Colaboradores participantes de cada Programa são indicados pelo Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura do Banco e aprovados pelo Conselho de Administração (“Participantes”). Os Participantes devem assinar um Termo de Adesão, que estabelecerá os termos e condições específicos de sua participação no Programa para o qual foi eleito, incluindo as metas e objetivos aplicáveis.



A outorga das Ações ao Participante ocorrerá na data de pagamento do Programa de Participação de Resultados da Companhia (“Data da Outorga”), com base no preço unitário de referência das Ações determinado 10 (dez) dias úteis antes da Data de Outorga (“Data da Apuração”), com base na média do preço de fechamento das Ações na B3 nos 20 (vinte) pregões anteriores à Data da Apuração. A efetiva liberação das Ações ao Participante deverá observar os períodos de diferimento indicados em cada Programa, bem como as demais condições estabelecidas no Programa e no Termo de Adesão.

Excepcionalmente, caso não haja Ações em tesouraria em quantidade suficiente para fazer frente à liberação das Ações e o Banco esteja impedido, por disposição da legislação aplicável, de adquirir Ações adicionais ou, ainda, caso seja excessivamente onerosa para o Banco a aquisição de tais Ações, o Conselho de Administração poderá determinar que valor correspondente às Ações seja pago em dinheiro.

- principais objetivos do plano:

O Plano tem por objetivo: (i) estimular o desenvolvimento de visão de longo prazo dos Colaboradores e, conseqüentemente, gerar um maior alinhamento entre seus interesses e os interesses dos acionistas do Banco; (ii) possibilitar ao do Grupo Bmg atrair e reter talentos; e (iii) maximizar a geração de resultados e incentivar criação de valor de forma sustentável.

- forma como o plano contribui para esses objetivos:

Há evidências de que planos de remuneração de longo prazo estimulam o desenvolvimento de visão de longo prazo nos colaboradores participantes e, conseqüentemente, geram um maior alinhamento entre os interesses de tais colaboradores e os interesses dos acionistas. Também há consenso claro de que planos de longo prazo são eficazes em atrair e reter talentos para as empresas que os instituí.

O Plano foi elaborado em estrita observância das disposições da Resolução nº 3.921, de 25 de novembro de 2010 do Conselho Monetário Nacional (“Resolução 3.921”), que estabelecem novas regras em relação à remuneração de administradores das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.



As regras trazidas pela Resolução 3.921 buscam assegurar um ambiente concorrencial equilibrado, compatibilizando os interesses de administradores e empregados com a saúde financeira das instituições financeiras no longo prazo.

- como o plano se insere na política de remuneração do Banco:

O Plano se insere na política de remuneração do Banco como remuneração variável diferida, em linha com a busca pela otimização dos resultados da remuneração oferecida aos Colaboradores.

- como o plano alinha os interesses dos administradores e do Banco a curto, médio e longo prazo:

A liberação diferida das Ações tem como objetivo estimular os Participantes a aprimorar cada vez mais seu desempenho, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados no curto, médio e no longo prazo. Além disso, o pagamento com base em Ações tende a criar um sentimento de dono nos Participantes, que se beneficiarão diretamente da criação de valor para o Banco e da consequente valorização das Ações no longo prazo.

b. data de aprovação e órgão responsável

O Plano foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de abril de 2020 e reformado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2022.

c. número máximo de ações abrangidas:

A quantidade total de ações a ser outorgada no âmbito do Plano, em todos os Programas, não ultrapassará 10% (dez por cento) das ações em circulação do Banco, considerando a publicação mais recente da composição acionária em relação à data de cada Programa.

d. número máximo de opções a serem outorgadas:

Não serão outorgadas opções no âmbito do Plano, mas sim Ações.

e. condições de aquisição de ações:



O Participante deverá celebrar um Termo de Adesão, que estabelecerá os termos e condições específicos de sua participação no Programa para o qual foi eleito, incluindo as metas e objetivos aplicáveis para liberação diferida das Ações.

f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício:

O Plano terá a natureza de remuneração e, portanto, não será exigido do Participante o pagamento de qualquer valor, a título de preço de exercício ou qualquer outro.

g. critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício:

Observadas as condições dispostas no Plano, no Programa e no Termo de Adesão, o Participante terá direito ao recebimento das Ações mediante o cumprimento das metas estabelecidas e o decurso do prazo de diferimento aplicável.

h. forma de liquidação:

Os Participantes deverão observar as previsões do Plano, do Programa, do Termo de Adesão e, se aplicável, da Política de Remuneração de Administradores da Companhia, com relação às metas de performance, períodos de diferimento e demais condições para liberação das Ações outorgadas.

i. restrições à transferência das ações:

Não existe restrição de transferência de Ações.

j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano:

O Plano tem vigência por prazo indeterminado, podendo ser extinto, suspenso ou alterado a qualquer tempo, mediante aprovação da Assembleia Geral Extraordinária. O término de vigência do Plano não afetará a eficácia dos Programas criados com base nele.

k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do Banco sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações:

Salvo decisão específica em contrário do Conselho de Administração no âmbito de cada Programa ou do Termo de Adesão, nas hipóteses de término do contrato de trabalho ou do mandato do Participante, as Ações outorgadas e ainda não liberadas serão tratadas da seguinte forma: (i) no caso de demissão por justa causa ou de desligamento voluntário, o Participante perderá integralmente o direito aos lotes de Ações ainda não liberados, independentemente do cumprimento das metas e demais condições estabelecidas no Termo de Adesão; (ii) na hipótese de demissão sem justa causa ou aposentadoria estatutária do Participante, este fará jus ao recebimento dos lotes de Ações relativos aos exercícios sociais já encerrados antes do desligamento, desde que tenham sido cumpridas as metas e demais condições estabelecidas no Termo de Adesão para tais exercícios, sendo canceladas eventuais lotes de Ações relativos ao exercício ainda não encerrado na data de desligamento; e (iii) no caso de falecimento ou invalidez permanente do Participante, este fará jus ao recebimento de todos os lotes de Ações ainda não liberados, independentemente do atingimento das metas e condições estabelecidas no Termo de Adesão, as quais vencerão antecipadamente e serão liberadas em parcela única no prazo de 60 (sessenta) dias contados da formalização do desligamento do Participante.

8.5 Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: órgão, número total de membros, número de membros remunerados, preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções: (i) em aberto no início do exercício social, (ii) perdidas e expiradas durante o exercício social; (iii) exercidas durante o exercício social; e (iv) diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto.

O Banco não possui plano de remuneração baseado em ações sob a forma de opções de compra de ações, de forma que não há tal modalidade de remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e prevista para o exercício social corrente.

8.6 Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: órgão, número total de membros, número de membros remunerados, data de outorga, quantidade de opções outorgadas, prazo para que as opções se tornem exercíveis, prazo máximo para exercício das opções, prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções, valor justo das opções na data da outorga,



multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga.

O Banco não possui plano de remuneração baseado em ações sob a forma de opções de compra de ações, de forma que não foram outorgadas opções de compra de ações nos 3 últimos exercícios sociais e não há previsão de outorga para o exercício social corrente.

8.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: órgão, número total de membros, número de membros remunerados e, em relação às opções ainda não exercíveis, (i) quantidade; (ii) data em que se tornarão exercíveis; (iii) prazo máximo para exercício das opções; (iv) prazo de restrição à transferência das ações; (v) preço médio ponderado de exercício; (vi) valor justo das opções no último dia do exercício social; e, em relação às opções exercíveis, (i) quantidade; (ii) prazo máximo para exercício das opções; (iii) prazo de restrição à transferência das ações; (iv) preço médio ponderado de exercício; (v) valor justo das opções no último dia do exercício social; e (vi) valor justo do total das opções no último dia do exercício social.

O Banco não possui plano de remuneração baseado em ações sob a forma de opções de compra de ações, de forma que não há opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social.

8.8 Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: órgão, número total de membros, número de membros remunerados, número de ações, preço médio ponderado de exercício, preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas, multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas.

O Banco não possui plano de remuneração baseado em ações sob a forma de opções de compra de ações. Assim, não há opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais.

8.9 Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da



diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: órgão, número total de membros, número de membros remunerados e diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários.

| VALORES PREVISTOS PARA O EXERCÍCIO DE 2023 | | |
|---|----------------------------------|------------------------------|
| Remuneração Baseada em Ações | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária |
| Nº total de membros | 9,00 | 12,58 |
| Nº de membros remunerados | 0,00 | 12,58 |
| Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários | Não aplicável | Não aplicável |

| VALORES PARA O EXERCÍCIO DE 2022 | | |
|---|----------------------------------|------------------------------|
| Remuneração Baseada em Ações | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária |
| Nº total de membros | 8,67 | 13,17 |
| Nº de membros remunerados | 0,00 | 12,50 |
| Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários | Não aplicável | Não aplicável |

| VALORES PARA O EXERCÍCIO DE 2021 | | |
|---|----------------------------------|------------------------------|
| Remuneração Baseada em Ações | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária |
| Nº total de membros | 8,17 | 9,50 |
| Nº de membros remunerados | 0,00 | 9,17 |
| Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários | Não aplicável | Não aplicável |

| VALORES PARA O EXERCÍCIO DE 2020 | | |
|---|----------------------------------|------------------------------|
| Remuneração Baseada em Ações | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária |
| Nº total de membros | 7,42 | 10,17 |
| Nº de membros remunerados | 0,00 | 10,17 |
| Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários | Não aplicável | Não aplicável |

8.10 Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: órgão, número total de membros, número de membros remunerados, data de outorga, quantidade de ações outorgadas, prazo máximo para entrega das ações, prazo de restrição à transferência das ações, valor

justo das ações na data da outorga e multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga.

| VALORES PREVISTOS PARA O EXERCÍCIO DE 2023 | | |
|---|----------------------------------|------------------------------|
| Remuneração Baseada em Ações | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária |
| Nº total de membros | 9,00 | 12,58 |
| Nº de membros remunerados | 0,00 | 12,58 |
| Data de outorga | n/a | 01/03/2023 |
| Quantidade de ações outorgadas | n/a | 6.963.251 |
| Prazo máximo para entrega das ações | n/a | 4 anos |
| Prazo de restrição à transferência das ações | n/a | Sem restrição |
| Valor justo das ações na data da outorga | n/a | 2,16 |
| Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga | n/a | 15.039.793,95 |

| VALORES PARA O EXERCÍCIO DE 2022 | | |
|---|----------------------------------|------------------------------|
| Remuneração Baseada em Ações | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária |
| Nº total de membros | 8,67 | 13,17 |
| Nº de membros remunerados | 0,00 | 12,50 |
| Data de outorga | n/a | 25/02/2022 |
| Quantidade de ações outorgadas | n/a | 3.090.489 |
| Prazo máximo para entrega das ações | n/a | 4 anos |
| Prazo de restrição à transferência das ações | n/a | Sem restrição |
| Valor justo das ações na data da outorga | n/a | 3,14 |
| Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga | n/a | 9.704.135,46 |

| VALORES PARA O EXERCÍCIO DE 2021 | | |
|--|----------------------------------|------------------------------|
| Remuneração Baseada em Ações | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária |
| Nº total de membros | 8,17 | 9,50 |
| Nº de membros remunerados | 0,00 | 9,17 |
| Data de outorga | n/a | 01/03/2021 |
| Quantidade de ações outorgadas | n/a | 3.285.657 |
| Prazo máximo para entrega das ações | n/a | 4 anos |
| Prazo de restrição à transferência das ações | n/a | Sem restrição |
| Valor justo das ações na data da outorga | n/a | 5,53 |



| | | |
|---|-----|---------------|
| Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga | n/a | 18.169.683,21 |
|---|-----|---------------|

| VALORES PARA O EXERCÍCIO DE 2020 | | |
|---|----------------------------------|------------------------------|
| Remuneração Baseada em Ações | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária |
| Nº total de membros | 7,42 | 10,17 |
| Nº de membros remunerados | 0,00 | 10,17 |
| Data de outorga | n/a | 04/05/2020 |
| Quantidade de ações outorgadas | n/a | 1.889.087 |
| Prazo máximo para entrega das ações | n/a | 4 anos |
| Prazo de restrição à transferência das ações | n/a | sem restrição |
| Valor justo das ações na data da outorga | n/a | 4,58 |
| multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga | n/a | 8.652.018,46 |

8.11 Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: órgão, número total de membros, número de membros remunerados, número de ações, preço médio ponderado de aquisição, preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas, multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas.

| AÇÕES ENTREGUES - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31/12/2022 | | |
|--|----------------------------------|------------------------------|
| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária |
| Nº total de membros | 8,67 | 13,17 |
| Nº de membros remunerados | 0,00 | 12,50 |
| Número de ações | n/a | 1.535.749 |
| Preço médio ponderado de aquisição | n/a | 2,15 |
| Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas | n/a | 2,15 |
| Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas | n/a | 0,0 |
| Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas | n/a | 0,0 |

| AÇÕES ENTREGUES - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31/12/2021 | | |
|---|----------------------------------|------------------------------|
| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária |
| Nº total de membros | 8,17 | 9,50 |
| Nº de membros remunerados | 0,00 | 9,17 |
| Número de ações | n/a | 1.928.101 |
| Preço médio ponderado de aquisição | n/a | 3,14 |

| | | |
|--|-----|------|
| Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas | n/a | 3,14 |
| Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas | n/a | 0,0 |
| Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas | n/a | 0,0 |

| AÇÕES ENTREGUES - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31/12/2020 | | |
|--|---------------------------|-----------------------|
| | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária |
| Nº total de membros | 7,42 | 10,17 |
| Nº de membros remunerados | 0,00 | 10,17 |
| Número de ações | n/a | 602.206 |
| Preço médio ponderado de aquisição | n/a | 5,53 |
| Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas | n/a | 5,53 |
| Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas | n/a | 0,0 |
| Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas | n/a | 0,00 |

⁽¹⁾ quantidade bruta de ações entregues.

8.12 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11 acima, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a. modelo de precificação:

A outorga das Ações ao Participante ocorre na data de pagamento do Programa de Participação de Resultados da Companhia (“Data de Outorga”). O preço unitário de referência das Ações (“Preço”) é determinado 10 (dez) dias úteis antes da Data de Outorga (“Data da Apuração”), com base na média do preço de fechamento das Ações na B3 nos 20 (vinte) pregões anteriores à Data da Apuração. Considera-se dia útil aquele com negociação e liquidação nos mercados da B3.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Não se aplica, pois, a quantidade de Ações outorgadas é fixada a partir da definição do valor da remuneração. Feita essa definição, o valor é convertido em número de Ações, conforme procedimento descrito no item (a) acima. A efetiva liberação das Ações ao Participante deve observar os períodos de diferimento e as demais condições previstas no Programa e no Termo de Adesão.



c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não se aplica.

d. Forma de determinação da volatilidade esperada

Não se aplica.

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não se aplica.

8.13 Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

Em 31 de dezembro de 2022, membros da Administração detinham as seguintes participações acionárias no Banco:

| Emissor: Banco Bmg S.A. | | | |
|--------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------------|
| Órgão | Ações (ON) | Ações (PN) | Participação (%) |
| Conselho de Administração | 122.967.968 | 27.361.488 | 25,78% |
| Diretoria | 0 | 1.217.590 | 0,21% |
| Conselho Fiscal | 0 | 2.156 | 0,00% |

Em 31 de dezembro de 2022, membros da administração detinham as seguintes participações acionárias na Bmg Participações S.A.:

| Emissor: Bmg Participações S.A. | | | |
|--|-------------------|-------------------|-------------------------|
| Órgão | Ações (ON) | Ações (PN) | Participação (%) |
| Conselho de Administração | 7.575.445 | n/a | 53,21% |
| Diretoria | 0 | n/a | 0 |
| Conselho Fiscal | 0 | n/a | 0 |

8.14 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela: órgão, número total de membros, número de membros remunerados, nome do plano, quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar, condições para se aposentar antecipadamente, valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores, valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores, se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições.

| | Conselho de Administração | Diretoria |
|--|--|-----------------------------|
| Número de membros | 8,67 | 13,17 |
| Número de membros remunerados | 0,00 | 12,50 |
| Nome do plano | n/a | Renda Total Empresarial Bmg |
| Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar | 0 | 0 |
| Condições para se aposentar antecipadamente | Aposentadoria Antecipada: (i) no mínimo 55 (cinquenta e cinco) anos de idade; (ii) 10 (dez) anos de vínculo com Banco; e (iii) perda do vínculo do participante com o Banco. | |
| Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores | 0 | R\$ 885.109,42 |
| Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores | 0 | R\$ 885.109,42 |

| | | |
|--|----------|---|
| <p>Possibilidade de resgate antecipado e quais as condições</p> | <p>-</p> | <p>Enquanto profissional ativo do Banco, o participante poderá fazer uso somente das reservas financeiras formadas por suas contribuições. Em caso de resgate total do saldo formado pela Contribuição Básica e/ou pela Contribuição Especial Participante, o participante perderá integralmente o saldo formado pela Contribuição Básica e/ou Especial Empresa, que será destinado à conta coletiva do plano, e terá seu plano cancelado. Neste caso o participante somente poderá retornar ao plano como novo participante, mediante preenchimento de nova proposta em junho e novembro do respectivo ano. Em caso de resgate parcial do saldo formado pela Contribuição Básica e/ou Contribuição Especial Participante, o Participante perderá a mesma proporção do saldo formado pela Contribuição Básica e/ou Especial Empresa, mas continuará normalmente no Plano.</p> |
|--|----------|---|



8.15 Em forma de tabela, indicar para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

| | Diretoria Estatutária | | | Conselho de Administração | | | Conselho Fiscal | | |
|--|-----------------------|--------------|--------------|---------------------------|--------------|--------------|-----------------|------------|------------|
| | 31/12/2022 | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2022 | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2022 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Nº de membros | 13,17 | 9,50 | 10,17 | 8,67 | 8,17 | 7,42 | 6,00 | 6,00 | 2,00 |
| Nº de membros remunerados | 12,50 | 9,17 | 10,17 | 8,50 | 8,00 | 7,42 | 6,00 | 6,00 | 2,00 |
| Valor da maior remuneração individual (Reais) | 11.605.066,35 | 9.551.977,54 | 8.834.489,21 | 1.847.394,50 | 1.722.128,51 | 2.118.112,87 | 154.628,13 | 144.000,00 | 58.800,00 |
| Valor da menor remuneração individual (Reais) | 1.591.618,38 | 1.720.016,61 | 1.790.069,97 | 481.969,02 | 480.000,00 | 356.700,25 | 72.295,35 | 72.000,00 | 29.400,00 |
| Valor médio da remuneração individual (Reais) | 3.545.800,37 | 5.249.941,14 | 3.667.172,03 | 829.909,16 | 785.062,45 | 874.798,96 | 110.115,94 | 108.000,00 | 44.100,00 |

Observações:

| Diretoria Estatutária | |
|-----------------------|--|
| 31/12/2022 | O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros dos órgãos que estiveram no exercício do cargo por menos de 12 meses. O número de membros foi calculado conforme orientações do Ofício Circular/ Anual-2023- CVM/SEP. |
| 31/12/2021 | O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros dos órgãos que estiveram no exercício do cargo por menos de 12 meses. O número de membros foi calculado conforme orientações do Ofício Circular/ Anual-2022- CVM/SEP. |



| | |
|------------|--|
| 31/12/2020 | O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros dos órgãos que estiveram no exercício do cargo por menos de 12 meses. O número de membros foi calculado conforme orientações do Ofício Circular/ Anual-2022- CVM/SEP. |
|------------|--|

Conselho de Administração

| | |
|------------|--|
| 31/12/2022 | O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros dos órgãos que estiveram no exercício do cargo por menos de 12 meses. O número de membros foi calculado conforme orientações do Ofício Circular/ Anual-2023- CVM/SEP. |
| 31/12/2021 | O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros dos órgãos que estiveram no exercício do cargo por menos de 12 meses. O número de membros foi calculado conforme orientações do Ofício Circular/ Anual-2022- CVM/SEP. |
| 31/12/2020 | O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros dos órgãos que estiveram no exercício do cargo por menos de 12 meses. O número de membros foi calculado conforme orientações do Ofício Circular/ Anual-2022- CVM/SEP. |

Conselho Fiscal

| | |
|------------|---|
| 31/12/2022 | Conselho Fiscal foi instalado e eleito na Assembleia Geral Ordinária de 29 de abril de 2022, e homologado pelo Banco Central do Brasil em 07/07/2022, de forma que os membros do Conselho Fiscal tomaram posse em seus cargos na mesma data. Adicionalmente, na Assembleia Geral Extraordinária de 29 de abril de 2022 foi deliberado que o Conselho Fiscal tenha funcionamento permanente. |
| 31/12/2021 | Conselho Fiscal foi instalado e eleito na Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2021, e homologado pelo Banco Central do Brasil em 07/07/2021, de forma que os membros do Conselho Fiscal tomaram posse em seus cargos em 13/07/2021. |
| 31/12/2020 | Conselho Fiscal foi instalado e eleito na Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2020, com continuação em 15 de maio de 2020 e homologado pelo Banco Central do Brasil em 26/08/2020, de forma que os membros do Conselho Fiscal tomaram posse em seus cargos em 01/09/2020. Considerando que todos os membros estiveram no exercício do cargo por menos de 12 meses, os valores representam a remuneração efetivamente reconhecida no exercício de 2020. |

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Conforme previsto na Política de Remuneração do Banco, em caso de desligamento dos Diretores Estatutários, não haverá pagamento de remuneração variável anual correspondente ao ano de competência do desligamento.

As seguintes regras serão aplicáveis em relação a eventual saldo de Ações outorgadas no âmbito do Plano:

| Motivo do encerramento do desligamento | Consequências |
|---|--|
| Pedido de demissão (desligamento voluntário) ou demissão com justa causa | O Diretor Estatutário perderá integralmente o direito aos lotes ainda não liberados, independentemente do cumprimento das metas a ele aplicáveis. |
| Demissão sem justa causa ou por aposentadoria estatutária | O Diretor Estatutário fará jus ao recebimento dos lotes relativos aos exercícios sociais já encerrados antes do desligamento, desde que tenham sido cumpridas as metas aplicáveis em tais exercícios, sendo cancelados eventuais lotes relativos ao exercício ainda não encerrado na data do desligamento. |
| Falecimento ou invalidez permanente | O Diretor Estatutário fará jus ao recebimento de todos os lotes ainda não liberados, independentemente do atingimento das metas aplicáveis, os quais vencerão antecipadamente e serão liberados no prazo de 60 dias corridos da formalização do desligamento. |

Ainda, o Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura poderá propor ao Conselho de Administração tratamento excepcional para casos e situações especiais de desligamento, observadas as demais regras previstas na Política de Remuneração e no Plano.

Qualquer decisão referente ao tema será analisada pelo Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura e deliberado pelo Conselho de Administração, levando-se em consideração a atuação do administrador com a criação de valor e gestão de risco de longo prazo do Banco.

Vale observar que a apólice de seguros de responsabilidade civil para administradores contratada pelo Banco não oferece cobertura relacionada à demissão, mas oferece, aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria do Banco, proteção financeira e tranquilidade para executar suas tarefas diárias.

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no



resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

| Exercício Social | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal |
|------------------|---------------------------|-----------------------|-----------------|
| Previsto 2023 | 42,2% | 6,9% | 0% |
| 2022 | 56,9% | 7,1% | 0% |
| 2021 | 54,8% | 10,1% | 0% |
| 2020 | 50,1% | 8,0% | 0% |

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

| Exercício Social | Conselho de Administração | Diretoria Estatutária | Conselho Fiscal |
|------------------|---------------------------|-----------------------|-----------------|
| Previsto 2023 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2022 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2021 | R\$ 552.000,00 | 0,00 | R\$ 600.000,00 |
| 2020 | 0,00 | 0,00 | R\$ 245.000,00 |

8.19 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Não há, nos últimos três exercícios sociais e previsto para o exercício social corrente, valores reconhecidos nos resultados dos controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e das controladas do Banco, a título de remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, este último quando instalado, mesmo que não relacionados ao exercício de cargo no Banco.

8.20 Outras informações relevantes



Informamos que o valor da remuneração anual dos diretores constantes dos itens 8.2 e 8.3 do Formulário de Referência, relativamente ao previsto para o exercício de 2023 e ao reconhecido nos exercícios de 2021 e 2022, não está abarcando encargos sociais, conforme orientação do Ofício Circular/CVM/SEP/Nº 1/2021. A remuneração anual dos diretores constantes dos itens 8.2 e 8.3 do Formulário de Referência, relativamente ao reconhecido no exercício de 2020, considera os encargos sociais

Nos quadros abaixo demonstramos a memória de cálculo do número de membros e de membros remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária do Banco nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

Destacamos que, na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2022, foi aprovada reforma do Estatuto Social do Banco para que o Conselho Fiscal seja de caráter permanente.

| Conselho de Administração | | |
|----------------------------------|--------------------------------|--------------------------------------|
| Esperado 31/12/2023 | | |
| Mês | Número total de membros | Número de membros remunerados |
| Janeiro | 9 | 9 |
| Fevereiro | 9 | 9 |
| Março | 9 | 9 |
| Abril | 9 | 9 |
| Maió | 9 | 9 |
| Junho | 9 | 9 |
| Julho | 9 | 9 |
| Agosto | 9 | 9 |
| Setembro | 9 | 9 |
| Outubro | 9 | 9 |
| Novembro | 9 | 9 |
| Dezembro | 9 | 9 |
| Média | 9,00 | 9,00 |

| Diretoria | | |
|----------------------------|--------------------------------|--------------------------------------|
| Esperado 31/12/2023 | | |
| Mês | Número total de membros | Número de membros remunerados |
| Janeiro | 13 | 13 |
| Fevereiro | 11 | 11 |
| Março | 12 | 12 |
| Abril | 11 | 11 |
| Maió | 13 | 13 |
| Junho | 13 | 13 |
| Julho | 13 | 13 |
| Agosto | 13 | 13 |
| Setembro | 13 | 13 |
| Outubro | 13 | 13 |
| Novembro | 13 | 13 |
| Dezembro | 13 | 13 |
| Média | 12,58 | 12,58 |

| Conselho Fiscal | | |
|----------------------------|--------------------------------|--------------------------------------|
| Esperado 31/12/2023 | | |
| Mês | Número total de membros | Número de membros remunerados |
| Janeiro | 6 | 6 |
| Fevereiro | 6 | 6 |
| Março | 6 | 6 |
| Abril | 6 | 6 |
| Maió | 6 | 6 |

| | | |
|--------------|-------------|-------------|
| Junho | 6 | 6 |
| Julho | 6 | 6 |
| Agosto | 6 | 6 |
| Setembro | 6 | 6 |
| Outubro | 6 | 6 |
| Novembro | 6 | 6 |
| Dezembro | 6 | 6 |
| Média | 6,00 | 6,00 |

| Conselho de Administração | | |
|----------------------------------|--------------------------------|--------------------------------------|
| 31/12/2022 | | |
| Mês | Número total de membros | Número de membros remunerados |
| Janeiro | 9 | 8 |
| Fevereiro | 9 | 8 |
| Março | 9 | 9 |
| Abril | 9 | 9 |
| Maio | 9 | 9 |
| Junho | 9 | 9 |
| Julho | 9 | 9 |
| Agosto | 8 | 8 |
| Setembro | 8 | 8 |
| Outubro | 8 | 8 |
| Novembro | 8 | 8 |
| Dezembro | 9 | 9 |
| Média | 8,67 | 8,50 |

| Diretoria | | |
|-------------------|--------------------------------|--------------------------------------|
| 31/12/2022 | | |
| Mês | Número total de membros | Número de membros remunerados |
| Janeiro | 14 | 9 |
| Fevereiro | 14 | 14 |
| Março | 13 | 13 |
| Abril | 14 | 13 |
| Maio | 13 | 12 |
| Junho | 13 | 13 |
| Julho | 13 | 13 |
| Agosto | 12 | 12 |
| Setembro | 13 | 12 |
| Outubro | 13 | 13 |
| Novembro | 13 | 13 |
| Dezembro | 13 | 13 |
| Média | 13,17 | 12,50 |

| Conselho Fiscal | | |
|------------------------|--------------------------------|--------------------------------------|
| 31/12/2022 | | |
| Mês | Número total de membros | Número de membros remunerados |
| Janeiro | 6 | 6 |
| Fevereiro | 6 | 6 |
| Março | 6 | 6 |
| Abril | 6 | 6 |
| Maio | 6 | 6 |
| Junho | 6 | 6 |
| Julho | 6 | 6 |
| Agosto | 6 | 6 |
| Setembro | 6 | 6 |
| Outubro | 6 | 6 |
| Novembro | 6 | 6 |
| Dezembro | 6 | 6 |
| Média | 6,00 | 6,00 |

| Conselho de Administração | | |
|----------------------------------|--------------------------------|--------------------------------------|
| 31/12/2021 | | |
| Mês | Número total de membros | Número de membros remunerados |
| Janeiro | 8 | 8 |
| Fevereiro | 8 | 8 |

| Diretoria | | |
|-------------------|--------------------------------|--------------------------------------|
| 31/12/2021 | | |
| Mês | Número total de membros | Número de membros remunerados |
| Janeiro | 9 | 9 |
| Fevereiro | 9 | 9 |



| | | | | | |
|--------------|-------------|-------------|--------------|-------------|-------------|
| Março | 8 | 8 | Março | 9 | 9 |
| Abril | 8 | 8 | Abril | 9 | 9 |
| Maio | 8 | 8 | Maio | 9 | 9 |
| Junho | 8 | 8 | Junho | 9 | 9 |
| Julho | 8 | 8 | Julho | 8 | 8 |
| Agosto | 8 | 8 | Agosto | 8 | 8 |
| Setembro | 8 | 8 | Setembro | 10 | 10 |
| Outubro | 8 | 8 | Outubro | 10 | 10 |
| Novembro | 9 | 8 | Novembro | 10 | 10 |
| Dezembro | 9 | 8 | Dezembro | 14 | 10 |
| Média | 8,17 | 8,00 | Média | 9,50 | 9,17 |

| Conselho Fiscal | | |
|------------------------|--------------------------------|--------------------------------------|
| 31/12/2021 | | |
| Mês | Número total de membros | Número de membros remunerados |
| Janeiro | 6 | 6 |
| Fevereiro | 6 | 6 |
| Março | 6 | 6 |
| Abril | 6 | 6 |
| Maio | 6 | 6 |
| Junho | 6 | 6 |
| Julho | 6 | 6 |
| Agosto | 6 | 6 |
| Setembro | 6 | 6 |
| Outubro | 6 | 6 |
| Novembro | 6 | 6 |
| Dezembro | 6 | 6 |
| Média | 6,00 | 6,00 |

| Conselho de Administração | | |
|----------------------------------|--------------------------------|--------------------------------------|
| 31/12/2020 | | |
| Mês | Número total de membros | Número de membros remunerados |
| Janeiro | 7 | 7 |
| Fevereiro | 7 | 7 |
| Março | 7 | 7 |
| Abril | 7 | 7 |
| Maio | 8 | 8 |
| Junho | 8 | 8 |
| Julho | 7 | 7 |
| Agosto | 6 | 6 |
| Setembro | 8 | 8 |
| Outubro | 8 | 8 |
| Novembro | 8 | 8 |
| Dezembro | 8 | 8 |
| Média | 7,42 | 7,42 |

| Diretoria | | |
|-------------------|--------------------------------|--------------------------------------|
| 31/12/2020 | | |
| Mês | Número total de membros | Número de membros remunerados |
| Janeiro | 9 | 9 |
| Fevereiro | 9 | 9 |
| Março | 10 | 10 |
| Abril | 10 | 10 |
| Maio | 10 | 10 |
| Junho | 10 | 10 |
| Julho | 11 | 11 |
| Agosto | 11 | 11 |
| Setembro | 11 | 11 |
| Outubro | 11 | 11 |
| Novembro | 11 | 11 |
| Dezembro | 9 | 9 |
| Média | 10,17 | 10,17 |

| Conselho Fiscal | | |
|------------------------|--|--|
| 31/12/2020 | | |

| Mês | Número total de membros | Número de membros remunerados |
|--------------|-------------------------|-------------------------------|
| Janeiro | 0 | 0 |
| Fevereiro | 0 | 0 |
| Março | 0 | 0 |
| Abril | 0 | 0 |
| Maiο | 0 | 0 |
| Junho | 0 | 0 |
| Julho | 0 | 0 |
| Agosto | 0 | 0 |
| Setembro | 6 | 6 |
| Outubro | 6 | 6 |
| Novembro | 6 | 6 |
| Dezembro | 6 | 6 |
| Média | 2,00 | 2,00 |